

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

GENIVALDO GONÇALVES DOS SANTOS FILHO

O RENOVABR E A RENOVAÇÃO DA POLÍTICA BRASILEIRA: FORMAÇÃO
POLÍTICA, DISCURSOS E PERSPECTIVAS.

São Cristóvão – SE
2021

GENIVALDO GONÇALVES DOS SANTOS FILHO

O RENOVABR E A RENOVAÇÃO DA POLÍTICA BRASILEIRA: FORMAÇÃO
POLÍTICA, DISCURSOS E PERSPECTIVAS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe –
UFS, como requisito à obtenção do título de Mestre em
Antropologia.

Área de concentração: Relações de poder, política e
sociedade contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira.

São Cristóvão – SE
2021

GENIVALDO GONÇALVES DOS SANTOS FILHO

O RENOVABR E A RENOVAÇÃO DA POLÍTICA BRASILEIRA: FORMAÇÃO
POLÍTICA, DISCURSOS E PERSPECTIVAS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe –
UFS, como requisito à obtenção do título de Mestre em
Antropologia.

Área de concentração: Relações de poder, política e
sociedade contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira
PPGA – UFS

Prof. Dr. Frank Nilton Marcon
PPGA – UFS

Prof. Dr. Marco Aurélio Dias de Souza
DEDI – UFS

Prof. Dr. Matheus Mazzilli Pereira
CEM – SP

À minha esposa Débora e ao nosso filho João Miguel, por todo o Amor e Carinho que edificamos durante esse processo.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Sergipe, pela oportunidade de fomento à produção da ciência.

À equipe técnica do Programa de Pós-graduação em Antropologia, pela presteza e atenção ao longo dessa jornada.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, pela possibilidade de partilhar saberes e semear o conhecimento.

Aos discentes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da turma de 2018, pela oportunidade de viver e compartilhar essa experiência.

Aos interlocutores que possibilitaram a feitura e o desenvolvimento desta pesquisa, pois sem a contribuição e a colaboração deles não seria possível estar aqui.

Ao Prof. Dr. Frank Nilton Marcon, ao Prof. Dr. Marco Aurélio Dias de Souza e ao Prof. Dr. Matheus Mazzilli Pereira, pela disponibilidade e presteza em participar deste momento de transição e formação.

Ao Prof. Dr. William de Siqueira Piauí do Departamento de Filosofia da UFS, pela amizade tão necessária para redescobrir o mundo.

Ao Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira, pela parceria, paciência e amizade tão necessárias para enfrentar esses tempos áridos.

Aos meus pais Genivaldo Gonçalves dos Santos e Kátia Silvina Santos Gonçalves, por todo o Amor, carinho e empenho em minha criação.

À minha esposa Débora, que me floresceu e fez saber de mim nos momentos mais difíceis e ao nosso filho João Miguel, que me diz: – Chocolate! – no auge das suas peripécias, por todo o Amor que compartilhamos.

Fosse eu o desbravador viril de tantos outros pretéritos
Não carregaria incólume a chaga da colonização
E no peito negro escancarado
O sangue belo, cálido e lírico
Escorreria sobre o meu corpo nu

Genivaldo

RESUMO

Esta pesquisa tem como cerne o processo de experimentação da política dos sergipanos que foram concludentes dos processos de formação do RenovaBR nos períodos de 2018 a 2020. O RenovaBR compreende um tipo de organização análoga aos movimentos sociais, que atua conforme uma estrutura organizacional e um conjunto de estratégias inicialmente semelhantes, de maneira que esta condição de analogia permitiu-me investigá-lo tomando por base os estudos acerca dos movimentos sociais e suas implicações no campo da política, que apesar de relativamente recentes estabeleceram-se num período de significativas transformações socioculturais no mundo, sobremaneira no que diz respeito às formas de atuação e inserção no campo da política, bem como, das lutas advindas das dinâmicas suscitadas pela intersecção entre movimentos sociais enquanto representantes da sociedade civil e o Estado enquanto regulador dos espaços institucionais em que a política é desenvolvida. O interesse em empreender essa pesquisa surgiu da curiosidade em compreender como o RenovaBR está inserido nesse contexto das dinâmicas da inserção e da atuação no campo da política brasileira, sendo necessário situá-lo a partir do marco temporal de sua criação em relação à trajetória e à literatura que contemplam suas formas de operação e seus desdobramentos, isto é, o final do século XX (quando da redemocratização do Estado brasileiro) e as duas primeiras décadas do século XXI (quando do restabelecimento dessa democracia). Dessa maneira, vali-me do recorte etnográfico para propor ao exame as formas de operação do RenovaBR em relação ao contexto da crise de representatividade do sistema político brasileiro, bem como, de sua proposta de inserção e atuação na política institucional brasileira em nome de uma renovação desta política, o que perpassa pela lógica da reestruturação da linguagem desse campo a partir do emprego das redes sociais digitais como ferramentas de ação para recrutamento, divulgação e formação dessas novas lideranças políticas à consolidação de um projeto de Brasil defendido pelo RenovaBR.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Renovação da política brasileira. Ciberespaço. Ativismo digital. Formação Política.

ABSTRACT

This research is centered on the policy experimentation process of Sergipe people who were conclusive of the RenovaBR formation processes in the periods 2018 to 2020. The RenovaBR comprises a type of organization analogous to social movements, which acts according to an organizational structure and a set of initially similar strategies, so that this condition of analogy allowed me to investigate it based on studies on social movements and their implications in the field of politics, which, despite being relatively recent, were established in a period of significant sociocultural transformations in the world, particularly with regard to the forms of action and insertion in the field of politics, as well as the struggles arising from the dynamics raised by the intersection between social movements as representatives of civil society and the State as regulator of institutional spaces in which politics is developed. The interest in undertaking this research arose from the curiosity to understand how RenovaBR is inserted in this context of the dynamics of insertion and performance in the field of Brazilian politics, and it is necessary to situate it from the time frame of its creation in relation to its trajectory and literature that contemplates its forms of operation and its consequences, that is, the end of the 20th century (when the Brazilian State was redemocratized) and the first two decades of the 21st century (when this democracy was reestablished). In this way, I used the ethnographic perspective to propose the examination of the ways in which RenovaBR operates in relation to the context of the crisis of representativeness of the Brazilian political system, as well as its proposal to insert and act in Brazilian institutional politics in the name of a renewal of this policy, which permeates the logic of restructuring the language of this field from the use of digital social networks as action tools for recruitment, dissemination and training of these new political leaders to the consolidation of a project in Brazil defended by RenovaBR.

Key words: Social movements. Renewal of Brazilian political. Cyberspace. Digital activism. Political Formation.

LISTA DE SIGLAS

CANSEI – Movimento Cívico pelos Direitos dos Brasileiros
Cidadania – Antigo PPS (Partido Popular Socialista)
Covid-19 – Coronavírus SARS-CoV-2
DEM – Democratas
EUA – Estados Unidos da América
MBL – Movimento Brasil Livre
MEB – Movimento Endireita Brasil
Novo – Partido Novo
ONGs – Organizações não governamentais
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PL – Partido Liberal
PMN – Partido da Mobilização Nacional
Podemos – Antigo PTN (Partido Trabalhista Nacional)
PP – Partido Progressista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
REDE – Rede Sustentabilidade
RenovaBR – Associação RenovaBR
ROL – Revoltados On-line
TRE-SE – Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
VPR – Vem Pra Rua

LISTA DE TABELAS

Entrevistas.....	34
Divulgação de Ideais.....	34
Lideranças.....	35
Candidaturas em 2018	126
Candidaturas em 2020.....	135

Sumário

Introdução.....	10
Justificativa.....	15
Problema de pesquisa.....	19
Objetivo Geral.....	24
Objetivos Específicos.....	24
Metodologia.....	25
Recorte teórico.....	39
Capítulo 01 – Os movimentos sociais e o contexto da crise da representatividade política brasileira no século XXI.....	50
1.1. Os movimentos sociais no Brasil: trajetórias possíveis entre os séculos XX e XXI.....	53
1.2. O ponto de tensão entre as manifestações de 2013 a 2015.....	63
1.3. Gênese do RenovaBR: associação, movimento social ou escola?.....	76
Capítulo 02 – O RenovaBR e a democracia moderna brasileira: formação política, discursos e perspectivas.....	88
2.1. Os movimentos sociais brasileiros no contexto do ciberespaço: redes sociais digitais e ativismo digital.....	89
2.2. Gestando um Brasil: projeto político e ativismo institucional.....	100
2.3. Por uma política cidadã: populismo, tecnopopulismo e democracia brasileira.....	109
Capítulo 03 – Dinâmicas da experimentação política: a experiência dos formandos sergipanos do RenovaBR em 2018/2020.....	122
3.1. Contexto de 2018: processo seletivo e pleito eleitoral.....	123
3.2. Contexto de 2020: processo seletivo e pleito eleitoral.....	132
3.3. Contextos 2018/2020: democracia e política brasileira.....	140
Considerações.....	150
Referências.....	160

Introdução

As pesquisas acerca dos movimentos sociais possuem uma vasta e já consolidada literatura, que contempla o fenômeno dos movimentos sociais e suas formas de operação no que diz respeito às formas de ingresso e atuação no âmbito da política, bem como, das disputas oriundas deste campo. Esta pesquisa tem como ponto de partida o surgimento do RenovaBR enquanto uma organização voltada à formação política de pessoas à margem da lógica partidária do ingresso na política, tomando-se enquanto primeiro como uma coisa, posto que, apesar de suas semelhanças estruturais com os movimentos sociais, sua forma de operação e as estratégias empregadas ao alcance de suas agendas distanciam-no do alinhamento enquanto um movimento social de fato.

A fim de compreender de que maneira essa organização surgiu e passou a atuar no campo da política brasileira, é necessário que tenhamos em mente que sua ocorrência não compreende uma novidade, nem tampouco, algo dotado de ineditismo, posto que, a formação de lideranças políticas pelas vias dos movimentos sociais tem sido amplamente dialogada no âmbito das ciências sociais desde a década de 70 do século XX na Europa, nos EUA, na América Latina e conseqüentemente no Brasil, de maneira que a atuação de RenovaBR possui de novidade é o emprego das redes sociais digitais, bem como, das mídias digitais e das ferramentas das novas tecnologias da comunicação e da informação como recursos à formação política dos seus agentes.

O RenovaBR, assim como outros movimentos sociais brasileiros do século XXI, surgiu no momento de reestruturação dos formatos de atuação na política nacional, tendo como diferencial a atuação mediante um programa didático-pedagógico voltado especificamente à formação de novas lideranças políticas, para atuar não somente junto à sociedade civil, mas também, para disputar os cargos do legislativo e do executivo brasileiro. Entretanto, essa perspectiva suscita a dupla reflexão acerca da legitimidade do RenovaBR enquanto uma novidade no âmbito dos movimentos sociais, bem como, acerca de quais perspectivas seu projeto político-ideológico está fundamentado.

Nesse sentido, pode-se dizer que estas reflexões são questionamentos que esta pesquisa preocupa-se em analisar, a fim de respondê-los não em definitivo, dada à dinamicidade dos fenômenos políticos, mas conforme a sua implicação diante do tempo presente, isto é, do recorte proposto para a análise a ser desenvolvida. Dessa maneira, o recorte estabelecido compreende o ano 2018 (surgimento do RenovaBR) até o término do pleito eleitoral de 2020, com ênfase para seu processo de inserção e atuação na política sergipana.

Tomando Michels (1982) como ponto de partida, pode-se dizer que as forças ditas de caráter político mantêm-se a partir das similitudes das suas aspirações e propostas político-ideológicas, de maneira que essa ação justifica o processo de recrutamento e também a formação da unidade entre aqueles que se encontram num mesmo grupamento de interesses individuais. Dessa forma, estabelecer essa interface requer esmiuçar os percursos e as trajetórias, que possibilitaram a ocorrência do RenovaBR, isto é, exige examinar os desdobramentos dessa cadeia de eventos, a fim de compreender em que medida eles ocorrem e como se comunicam com as pessoas.

A produtividade ou criatividade de nossa cultura é definida pela aplicação, manipulação, reatualização ou extensão dessas técnicas e descobertas. Qualquer tipo de trabalho, seja ele inovador ou simplesmente “produtivo”, como se diz, adquire sentido em relação a essa soma cultural, que constitui seu contexto de significação. [...] O trabalho do antropólogo também faz isso: utiliza-se de um fundo comum de habilidades e ideias que podem ser adquiridas por “educação” e contribui para uma totalidade chamada “a literatura antropológica”. (WAGNER 2010, p. 56)

Nesse sentido, o contexto socio-histórico em que o RenovaBR está inserido compreende um momento de crise da crença na representatividade do sistema político brasileiro, tanto pelos impactos causados pelas manifestações de 2013 a 2015, como pelo crescente discurso de moralização da política aliado à necessidade de ruptura com a lógica de operação dos partidos e de sua estrutura de operação em relação ao funcionamento e ao gerenciamento da coisa pública. Todavia, esse contexto não compreende ele mesmo a condição exclusiva para o surgimento do RenovaBR, mas ilustra a partir de quais elementos a discussão e o panorama que suscitaram o seu surgimento foram estabelecidos, ora pelo fato

deste representar um rearranjo das ONGs e ser uma espécie de *startup*¹ que fomenta atua de forma diversificada e possui relações diversas com pessoas de vários setores sociais, ora pelo fato de estar situado no contexto da conjuntura de reformulação do diálogo político pelas vias de uma renovação da política brasileira, bem como, pela mudança estrutural suscitada pelas manifestações de 2013 a 2015.

A partir dessa perspectiva, podem-se compreender as diretrizes político-ideológicas conforme propõe Chauí (2008), enquanto a ordenação sistematizada e normatizada das práticas comuns a um grupo de pessoas ou instituição, aqui com o acréscimo do aspecto político na acepção de reivindicação da outorga da participação no gerenciamento da coisa pública, dado que o RenovaBR propôs-se a essa empresa a partir do momento em que se valeu desse discurso como forma de recorte da conjuntura política brasileira.

Deste modo, Ricoeur (2014), assinala que o exercício de compreensão dessa relação de produção de sentido discursivo consiste em compreender as formas pelas quais os significantes e os significados relacionam-se a partir da interação entre os sujeitos da política, isto é, reconhecer como essa gramática é construída e como seus usuários fazem uso dela. De maneira que, pensá-la implica não somente ter esse exercício em perspectiva, mas compreender que sua ocorrência existe no tempo e no espaço e que as gramáticas que decorrem desse processo, são sempre léxica e semanticamente dinâmicas.

Assim, a partir do momento em que o RenovaBR propôs-se a essa forma específica de atuação, ele inaugurou uma nova maneira de atuar politicamente sem a trajetória de inserção e formação exclusivamente partidárias, o que torna essa diretriz um dos pontos de abordagem desta pesquisa, visto que, essa tentativa compreende um esforço claro em forjar uma conjuntura em que se possa formar pessoas com conhecimento técnico acerca da política e do seu exercício, o que implica em uma estrutura didático-pedagógica aliada a uma política de investimentos financeiros de naturezas diversas, para garantir a execução desse feito.

1 Nomenclatura empresarial destinada a empresas que não possuem fonte significativa de recursos financeiros, valendo-se da divulgação dos seus projetos como forma de captação desses recursos.

Ao visitar a página virtual do RenovaBR, pode-se visualizar as diretrizes relativas aos valores institucionais do movimento, que são respectivamente:

1. Honestidade – Chega de corrupção, desvios de conduta e políticos que trabalham em benefício próprio. Renovação começa por eleger políticos ficha limpa.
2. Diálogo – Não vamos encontrar soluções para nossos problemas se insistirmos em divisão e intolerância. Avançar é construir junto.
3. Dedicção – Buscamos pessoas comprometidas, realizadoras e dedicadas a promover o bem comum. Política é ter vontade de servir.
Disponível em: <https://www.renovabr.org/quem-somos>

A partir dessas diretrizes, pode-se pensar em como esse movimento operacionaliza o objetivo de sua ação central, isto é, a formação de cidadãos para a atuação na política, a partir de uma renovação pautada no combate à corrupção, no reforço à coletividade do diálogo político e no comprometimento com a garantia do bem comum. De maneira que, é mister que se consiga atingir a compreensão das formas pelas quais essa formação política ocorre, bem como, em que medida esse processo logra êxito ou não à inserção destas pessoas no ambiente da política brasileira.

Doravante, deve-se investigar quais as pautas e os discursos empregados à formação política dos filiados, bem como, identificar se o objetivo principal foi/será atingido a partir do lançamento de candidaturas dos filiados para disputar cargos eletivos no ambiente da coisa pública. Nessa perspectiva, Foucault (2014) aponta que os discursos possuem a função principal centrada na disseminação de ideias, com vistas ao controle e à dominação social, através da reivindicação da verdade no contexto dicotômico e maniqueísta entre verdade/mentira, de maneira que sua lógica de funcionamento parte do princípio de inviabilizar através da interdição do diálogo, as emissões de discursos que se antagonizem àquela que se quer verdadeira em absoluto.

A partir desse contexto, a busca pelo exercício da participação na coisa pública, requer compreender de que maneira são formados os grupos que exigem a outorga dessa participação, da mesma forma, de como se organizam e buscam elevar sua capacidade de alcance e recrutamento. Se tomarmos a análise de Barickman; Love (2006), perceberemos que

esse processo requer detalhar em que medida se dá o alcance e angariação de recursos dessas instituições e sujeitos, o que engloba esmiuçar desde os perfis de formação acadêmica até as formas como as relações de interesse foram estabelecidas.

Além dessa perspectiva, o cenário em que RenovaBR está inserido, compreende os estudos acerca dos movimentos sociais brasileiros, não de maneira isolada, mas enquanto uma conjuntura de já versada tradição literária, dado que o caso da latino-americano dispõe de muitas análises diante desse fenômeno, sobretudo no século XX. Entretanto, a emergência do ciberespaço na transição entre século XX e século XXI, propiciou um conjunto variado de novas dinâmicas inerentes a esse campo, já que esse processo virtualizou os movimentos sociais e os alçou a outra categoria dentro de um mesmo gênero.

Nesse sentido, Gohn (2000) demonstra que o caso brasileiro possui nuances originárias da condição de periferia capitalista, vivida não somente pelo Brasil, mas pelos países da América Latina, sobretudo durante os anos 90 do século XX, dadas as dimensões estruturais do avanço das políticas neoliberais em relação aos países subdesenvolvidos, que suscitaram um enfraquecimento das associações e sindicatos de majoritariamente formados por trabalhadores e abriu espaço para o surgimento das várias associações e organizações não governamentais que abundaram nesse período.

Tão logo, o trabalho desenvolvido ao longo dessa pesquisa, busca refletir diante desses contextos e das transformações sofridas pelos movimentos sociais brasileiros em relação ao recorte temporal proposto, como tenta compreender em que medida a política e o seu exercício dialogam com esses movimentos, em especial o RenovaBR e como o advento do ciberespaço afetou toda essa dinâmica de atuação.

Justificativa

A presente pesquisa surgiu do interesse em compreender como o surgimento do RenovaBR em 2018 possui relação com o contexto histórico de outros movimentos sociais surgidos no período que compreende as manifestações de 2013 a 2015, bem como, sua forma de atuação decorre também do desdobramento do ciberespaço como um novo campo de atuação e feitura da política brasileira.

Aquele momento foi para mim o limiar do interesse em compreender que fenômeno era/é esse/este capaz de mobilizar parte significativa da população brasileira à atuação política no âmbito do ciberespaço através das redes sociais digitais (naquele momento *Facebook*², *Youtube*³, *Twitter*⁴ e *Whatsapp*⁵ basicamente), bem como, do exercício da política por meio da virtualização de seus discursos e suas impressões acerca do Brasil e do mundo e de como o Brasil deveria posicionar-se diante dessa nova modalidade de inserção das pessoas à participação política.

Além disso, o desenvolvimento dessa pesquisa alinha-se ao que deve ser o trabalho acadêmico sob o viés do seu engajamento em investigar os fenômenos de sua época, sobretudo àqueles de natureza social, que por serem eminentemente humanos, demandam um nível de comprometimento que consiste em propor ao exame os elementos componentes da própria extensão espaço/temporal em que estão inseridos o pesquisador e o objeto.

A esse exercício que ocorre sob a égide da representatividade acadêmica da universidade pública brasileira, posso pontuar como Derrida (2003), que uma das tarefas da universidade consiste em subsidiar através da ciência e da produção acadêmica, os pontos de partida necessários à compreensão das situações-problema pertinentes à comunidade em que está inserida. Dito isto, esta pesquisa mantém esse compromisso, posto que investiga um fenômeno pertinente à comunidade sergipana e brasileira, empreendendo o esforço de

2 Rede social de compartilhamento e avaliação de conteúdos.

3 Plataforma virtual de exibição de conteúdo on-line.

4 Rede social de compartilhamento e avaliação de conteúdos textuais.

5 Aplicativo de envio e recebimento de mensagens multimídia via acesso à internet.

compreender as novas dinâmicas do fenômeno político no século XXI enquanto uma seara que permite um amplo segmento para investigações.

Em face do citado, algumas inquietações ocorreram-me, dentre elas o fato de como esse fenômeno impactaria o desenvolvimento do exercício político no Brasil e de que maneiras as pessoas concebiam essa prática ocorrida primariamente por intermédio de alguma rede social digital. Essa perspectiva suscitou um questionamento antropológico de natureza ontológica, posto que esse cenário não somente incidiu/incide sobre a variância do exercício e da experimentação da política, mas alterou/altera também as formas como nos propomos para o mundo enquanto sujeitos, entes de uma condição espaço/temporal, que a partir da virtualidade puderam/podem experimentar uma nova condição de experimentação da política sem a necessidade de iniciar uma formação através da trajetória pertinente à lógica dos partidos.

A partir do interesse em compreender como aquele cenário foi propiciador do surgimento desses movimentos e consequente do RenovaBR, senti a necessidade de investigar quais as áreas do conhecimento atuavam, para explicar sua ocorrência e as relações que estes mantinham com a sociedade e suas implicações no campo da política brasileira. Assim, pude perceber que o âmbito das Ciências Sociais, com maior evidência para a Antropologia e a Sociologia, possuíam uma atuação de maior incidência em relação à produção acadêmica existente acerca deste fenômeno.

Neste sentido, ao buscar informações acerca das produções existentes nessas duas frentes do conhecimento, a Antropologia foi a área que mais me chamou a atenção, visto que, minha primeira formação é educação e o fato de ter cursado uma disciplina de Antropologia da Educação durante os anos de graduação, fizeram-me optar por esta seara. Doravante, o trabalho sob o viés do recorte antropológico foi direcionado à Antropologia da Política enquanto o eixo de produção acadêmica, que contemplava as características que me chamaram à atenção e despertaram o interesse à pesquisa.

Tendo como *locus* a Antropologia da Política, percebi que uma das possibilidades metodológicas de que poderia valer-me estava situada na etnografia, tanto pela possibilidade de abordar o fenômeno a partir das interações entre seus atores, como pela possibilidade de compreendê-lo a partir das suas formas de organização enquanto uma coisa análoga a um movimento social, que se propunha não somente a renovar a política, mas também a inserir o cidadão comum em seu universo e forjar um novo projeto de Brasil.

Assim, para pensar o RenovaBR e a dinâmica que ele suscita, será necessário compreender como se deu o processo de seu surgimento enquanto instituição na sociedade civil, bem como, a partir de quais perspectivas ele se utiliza para forjar esse ideal brasileiro e a partir do emprego de quais estratégias tenta desenvolver esse projeto. Outrossim, empreender esta pesquisa pode acrescentar ao campo teórico existente a compreensão acerca não somente desse fenômeno sob o recorte aqui proposto, mas também, das dinâmicas que ele suscita em relação às formas pelas quais se ingressa no ambiente político brasileiro e como esses processos engendram novas formas de atuação e organização políticas.

Todavia, é necessário salientar que o RenovaBR possui uma característica distinta em relação aos demais movimentos que lhes são contemporâneos, ela está situada na não negação do interesse em atuar na política, o que se mostra institucionalmente em seu objetivo primeiro de formar pessoas para esse fim e concomitantemente renovar os quadros políticos nacionais, valendo-se para isso de um curso de formação política, elaborado a partir de uma proposta curricular que contemple as competências e habilidades, que eles julgam ser pertinentes.

Tão logo, esse aspecto de sua atuação despertou-me ainda mais o interesse em empreender essa investigação, pois, ele diverge duplamente da tônica presente nos movimentos sociais que lhes são contemporâneos, ora pelo fato destes últimos flertarem com a negação da figura do político enquanto um ator social necessário à manutenção da coisa pública, ora pela negação da política enquanto um elemento constitutivo da realidade social, de maneira que o seu posicionamento contrário frente a essa dupla negação evidencia o interesse do RenovaBR em estar/ser uma possível vanguarda no que se refere ao campo da

formação política, bem como, de suscitar uma nova dinâmica em relação às formas pelas quais é possível ingressar na política brasileira.

Entretanto, essa característica demonstra que o RenovaBR, apesar de não se intitular enquanto instituição, movimento ou partido, concentra seus esforços e recursos ao alcance do objetivo supracitado, o que além de possuir paralelo equivalente aos objetivos de inserção política presente nos partidos, pode ser compreendido como uma nova forma de atuação no campo da inserção na política brasileira. Assim, esse modo de operação representa uma nova forma de alcance ao campo da atuação política, posto que diferente das formas costumeiras presentes na lógica de operação dos partidos, os atores envolvidos no processo possuem um treinamento específico voltado para o desempenho dessa atividade.

Problema de pesquisa

Diante do interesse em analisar o RenovaBR a partir do contexto dos movimentos de renovação da política brasileira, enquanto um movimento social gestado no contexto sociohistórico, que contempla o fenômeno do surgimento dos movimentos sociais brasileiros de atuação política do século XXI, pode-se dizer que elencar o contexto sociopolítico do seu surgimento garantirá compreender não apenas a gênese das suas formas de operação, mas também, as suas diretrizes fundantes e o processo de difusão de sua estrutura do macro para o micro, isto é, do momento embrionário até a concepção enquanto instituição, para em seguida capilarizar-se para as demais regiões do Brasil até chegar à Sergipe.

Os estudos dos movimentos sociais deve considerar dois ângulos básicos: interno e externo: Eles são conectados e um é a face do outro. As duas faces compõem uma visão de totalidade dos diversos grupos; internamente, eles constroem repertórios de demandas segundo valores, crenças, ideologias etc. e organizam as estratégias de ação que os projetam para o exterior. Assim, os elementos internos básicos de um movimento social a ser pesquisado, enquanto parte de suas categorias de análise, são: suas demandas e reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram, sua composição social, suas articulações. Nas articulações deve-se considerar os níveis internos e externo. No interno deve-se pesquisar sua ideologia, seu projeto, sua organização, suas práticas. Externamente deve-se considerar o contexto do cenário sociopolítico e cultural em que se insere, os opositores (quando existirem), as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral – enquanto interlocutores do movimento – e as relações do movimento como um todo no conjunto de outros movimentos de lutas sociais; suas relações com os órgãos estatais e demais agências da sociedade política; articulações com a Igreja e outras formas de religião e com outras instituições e atores da sociedade civil, como o pequeno e médio empresários e suas organizações; suas relações com a mídia em geral. O conjunto das articulações nos dá o princípio articulatório que estrutura o movimento como um todo. Devem ser pesquisadas ainda as representações que eles têm de si próprios e do outro; suas conquistas e derrotas; e a cultura política que constroem ao longo de suas trajetórias. (GOHN, 1997, p. 255-256)

À maneira de empreender esse esforço cumpre propor ao exame as formas de operação do RenovaBR, bem como, os repertórios de atuação de que se vale, para compreender os elementos ideológicos presentes em seu discursos e a partir destes

compreender as gramáticas que se desdobram através das interações dos formandos. Dessa maneira desdobrei o problema de pesquisa a partir dos seguintes questionamentos:

01. O surgimento do RenovaBR inaugura de alguma maneira uma novidade no que diz respeito às formas de atuação e ingresso na política brasileira, visto que sua forma de operação tem como premissa a oferta de uma formação direcionada ao exercício da política no âmbito do Estado?
02. As manifestações ocorridas no período de 2013 a 2015 possuem relação com o panorama de criação do RenovaBR em face da crise da representatividade na política brasileira?
03. O uso das redes sociais digitais possui alguma relação com a forma de operação dos movimentos sociais atuantes no período de 2013 a 2015 – aí incluso a *posteriori* o RenovaBR –?
04. Os formandos representam em alguma medida um novo perfil de sujeitos atuantes na política, isto é, compõem um grupo com as características distintas em relação às predominantes no caso brasileiro?

Assim, será possível seccionar o problema e estabelecer uma abordagem, que possa alcançar a resolução desses questionamentos, bem como viabilizar a feitura de uma crítica diante do que ele representa enquanto um fenômeno investigado sob a perspectiva da Antropologia da Política. Tão logo, através desses questionamentos é que será possível direcionar em que medida a atuação do RenovaBR configura-se ou não num movimento de vanguarda no tocante ao ingresso e à feitura da política brasileira.

Mas os movimentos não são simples idéias ou entes fantasmas. Eles têm uma concretude, e para viabilizar e operacionalizar suas pautas e agendas de ação se apoiam em instituições e em organizações da sociedade civil e política. Muitas vezes a proximidade desta interação é tamanha, ou o conflito que permeia suas ações se regulamentou de tal forma, que ele deixa de ser movimento e se transforma numa organização. Na realidade, usualmente a trama que tece as relações entre o movimento e as organizações precede a própria existência do movimento. (GOHN, 1997, p. 254)

Diante do proposto, cabe ressaltar para o exercício dessa investigação há a situação-problema, que reside na proximidade histórica que há entre o objeto e o pesquisador, dado que estes estão numa conjuntura de paralelismo dimensional sob as perspectivas de antropólogo e nativo, o que adiciona à pesquisa o desafio de estabelecer esse diálogo, tendo como ponto de reflexão essa conjuntura, que à medida que nos aproxima enquanto sujeitos de uma mesma realidade social, também nos distancia em face das posições de poder que ocupamos sobre nós mesmos.

Nesse sentido, Viveiros de Castro (2002) aponta as formas pelas quais essa relação ocorre, em especial, quando se pretende tratar a relação antropólogo/nativo a partir das semelhanças que há entre ambos, sobretudo, esse exercício de construir o nativo surge do pressuposto antropológico, de que este mantenha uma relação natural com sua cultura, que seja um “produto” dela e para e por ela direcione todas as suas ações, bem como, de que o antropólogo a partir dessa pressuposição possa situar-se como tradutor dessa cultura presente no nativo, de maneira que:

Se isso a que os antropólogos chamam de “cultura” é tão englobante como vimos supondo, então essa obsessão por parte do pesquisador de campo não é despropositada, pois a cultura estudada constitui um universo de pensamento e ação tão singular quanto a sua própria cultura. Para que o pesquisador possa enfrentar o trabalho de criar uma relação entre tais entidades, não há outra maneira senão conhecer ambas simultaneamente, apreender o caráter relativo de sua cultura mediante a formulação concreta de outra. Assim é que gradualmente, no curso do trabalho de campo, ele próprio se torna o elo entre culturas por força de sua vivência em ambas; e é esse “conhecimento” e essa competência que ele mobiliza ao descrever e explicar a cultura estudada. “Cultura”, nesse sentido, traça um sinal de igualdade invisível entre o conhecedor (que vem a conhecer a si próprio) e o conhecido (que constitui uma comunidade de conhecedores). (WAGNER, 2010, p. 30)

Entretanto, essa relação reforça uma prática antropológica que concentra a legitimidade da cultura enquanto categoria antropológica e científica ao antropólogo, eximindo o nativo da possibilidade de ser também cômico de sua cultura, no sentido de utilizá-la para expressar suas impressões acerca do mundo que o cerca e não de ser exclusivamente

utilizado por ela (cultura). Assim, desenvolver uma pesquisa desse caráter exige um exercício epistemológico rigoroso, presente numa série de questões centrais acerca da etnografia e do exercício antropológico, a fim de tratar de uma possibilidade de ciência que estabeleça a autoanálise diante do próprio *locus* de atuação, bem como, do objeto de estudo de maneira genérica.

De fato, poderíamos dizer que um antropólogo “inventa” a cultura que ele acredita estar estudando, que a relação – por consistir em seus próprios atos e experiências – é mais “real” do que as coisas que e a “relaciona”. [...] Ao experienciar uma nova cultura, o pesquisador identifica novas potencialidades e possibilidades de se viver a vida, e pode efetivamente passar ele próprio por uma mudança de personalidade. [...] Desse modo, ele pela primeira vez compreende, na intimidade de seus próprios erros e êxitos, o que os antropólogos querem dizer quando usam a palavra “cultura”. Antes disso, poder-se-ia dizer, ele não tinha nenhuma cultura, já que a cultura em que crescemos nunca é realmente “visível” – é tomada como dada, de sorte que suas pressuposições são percebidas como autoevidentes. É apenas mediante uma “invenção” dessa ordem que o sentido de abstrato de cultura (e de muitos outros conceitos) pode ser apreendido, e é apenas por meio do contraste experienciado que sua própria cultura se torna “visível”. (WAGNER, 2010, p. 30-31)

É sob essa perspectiva que o antropólogo situa-se numa posição de vantagem epistemológica em relação ao nativo, pois seu exercício de alteridade tem origem numa dimensão semântica para a qual o nativo não possui inserção, tão logo, as relações de sentido que estabelecem são assimétricas, posto que, apesar de a Antropologia valer-se da fala e da escrita acerca do nativo, está atividade não compreende em hipótese alguma tudo o que ele representa, mas sim uma análise datável e situacional que pôde ser investigada.

Para Bordieu; Chamboredon; Passeron (1999) essa relação ocorre sobre esses moldes devido ao fato de o antropólogo representar em seu ofício a presença da ciência sob a perspectiva de sua institucionalidade, o que lhe outorga (não a *priori*) de fato, o exercício de autoria legítima inerente à academia. Dessa maneira, a distinção entre objeto e pesquisador ocorre pelo fato de que apesar de ambos experimentarem o exercício mútuo da alteridade (quando coabitam num mesmo recorte espaço/tempo) suas posições de poder são distintas e díspares, pois o nativo (agente do objeto) não representa a institucionalidade acadêmica e sua capacidade de formar e produzir o campo do saber.

Para ilustrar o problema dessa relação, Viveiros de Castro (2002) propõe que a condição de sujeito do nativo não é algo a ser questionado, bem como, de que vê-lo como sujeito tampouco nos faz avançar na reflexão, mas tentar compreender o que pode ser um sujeito é o desafio que o nativo nos impõe. Sendo assim, pode-se dizer que o objeto da antropologia situa-se nas variações das relações sociais humanas, das quais emana toda a gama de possibilidade de investigação antropológica independentemente de tradição teórica, dado que, a partir dessas variações é que se pode compreender como a cultura se desenvolve e é desenvolvida pelos sujeitos nativos ou não.

Objetivo Geral

Compreender as maneiras pelas quais os formandos sergipanos das turmas 2018/2019 do RenovaBR concebem a política e a democracia brasileiras à luz do fenômeno dos movimentos sociais de renovação da política brasileira.

Objetivos Específicos

01. Compreender como a formação dos formandos está inserida no contexto dos movimentos sociais do século XXI.
02. Situar os elementos presentes nas formas discursivas empregadas pelos formandos à luz da intersecção entre os movimentos sociais, a política e a democracia brasileiras.
03. Estabelecer um perfil social dos formandos.
04. Analisar a participação dos formandos nas disputas eleitorais de 2018/2020.

Metodologia

Quando pensei em investigar o fenômeno do RenovaBR enquanto um dos “novos movimentos sociais brasileiros”, fui tomado pelo choque inicial acerca de como se daria a minha entrada nesse campo. A preocupação (preocupações) consistia em saber como estabeleceria diálogo com os formandos (nativos)? Como seria a minha relação com eles? De que maneiras poderia ter acesso aos dados acerca de suas experiências no curso da formação política ministrada pelo RenovaBR? Em que medidas eles estavam dispostos a dialogar comigo?

Para além disso, a inquietação teórico-metodológica diante do que faria para compor a minha pesquisa em uma pesquisa antropológica e assim inventá-la e constituir seu campo, todas essas coisas – que parecem pormenores quando ditas, escritas e lidas – cumprem o itinerário, para o qual todo pesquisador no âmbito das Ciências Sociais – sobremaneira na Antropologia – deve estar preparado, posto que são elementos constitutivos da sua feitura.

A fim de refletir diante da condição que forma ou estrutura um pesquisador, é mister que tenhamos em evidência que esse processo implica em esmiuçar uma trajetória, que se desdobra no campo da institucionalidade acadêmica a partir de vários elementos que se deslocam em espiral, posto que não circundam a si mesmos, mas são paralelos em relações às trajetórias anteriores. Pensar essa perspectiva, cumpre o itinerário de conceber o pesquisador como um sujeito que está para além da interpretação imediata e nominal de sua formação, mas como um alguém que dispõe de um movimento histórico em que:

O conjunto das características que definem cada pesquisador, a saber, seu tipo de formação (científica ou literária, canônica ou eclética, acabada ou parcial, etc.), seu estatuto na universidade ou em relação à universidade, as instituições de que faz parte, suas afiliações de interesse e sua participação em grupos de pressão propriamente intelectuais (revistas científicas ou extracientíficas, comissões ou comitês, etc.), contribui para determinar suas possibilidades de vir a ocupar esta ou aquela posição, isto é, adotar estas ou aquelas oposições, no campo epistemológico. O pesquisador acaba sendo empirista, formalista, teórico ou nada disso, não tanto por vocação, mas por destino, na medida em que o sentido da própria prática chega a cada um sob

a forma do sistema de possibilidades e impossibilidades que definem as condições sociais de sua prática intelectual. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 91)

Doravante, a criação desse campo sofreu muitas alterações – o que é bastante comum –, quando a pandemia global de Covid-19⁶ alterou de forma estruturalmente profunda as bases para esse campo, posto que engendrou a necessidade de isolamento social para conter o avanço da contaminação, o que impactou a forma como a pesquisa de campo e no campo seria realizada. Em decorrência desse cenário, o Governo do Estado de Sergipe publicou o decreto de nº 40.560 em 16 de Março de 2020, determinando o isolamento social e a proibição de circulação de pessoas e a realização de atividades em que houvesse aglomeração de pessoas em espaços públicos ou privados.

A partir de Wagner (2010), destaco que o processo de minha entrada no campo foi também permeado pela série de intempéries a que todo pesquisador – sobremaneira no exercício etnográfico – está sujeito. Houve uma série de mudanças que arrefeceram o contato com meus interlocutores, em grande medida a pandemia de Covid-19 causou toda uma reestruturação do campo, bem como, da maneira como o vislumbrei e o inventei posteriormente, dado que uma das minhas interlocutoras infelizmente faleceu em decorrência de complicações ocasionadas pela Covid-19, bem como, minha esposa Débora e eu tivemos Covid-19 entre o final de março e o início de abril de 2021, o que além de abalar nossa saúde física e mental, abalou nossa saúde emocional também, já que ficamos impossibilitados de acarinhar nosso João Miguel (nosso filho de 02 anos de 10 meses à época) durante o todo o período de recuperação (aproximadamente 28 dias).

Todo esse cenário, impactou a maneira como me inseri no campo, bem como, incidiu na maneira como o compreendo a partir do exercício de inventá-lo em conjunto com meus interlocutores, o que clarifica que apesar de eu representar certa presença institucional, ela não me vale de nada quando do exercício de alteridade que a invenção requer, talvez, ela sirva para salvaguardar o meu retorno ao campo institucional de onde parti e para onde regressei e regresso aqui.

6 Vírus que iniciou uma pandemia global em janeiro de 2020 e que ainda está em curso até o presente momento desta publicação.

Esse fato foi crucial, para que a pesquisa tomasse outros rumos, pois diante daquele contexto vali-me do recurso da etnografia virtual e da vídeo etnografia para iniciar o contato com os nativos. Todavia, cabe ressaltar que esse processo não se deu de forma espontânea – não haveria como ser dessa forma –, mas foi resultado de uma longa e árida caminhada em busca de horizontes e terrenos e férteis.

Nesse sentido, o espaço amostral que recortei compreende os formandos sergipanos do curso de formação política do RenovaBR para os anos de 2018 e 2019, porém, quando estabeleço a categoria *formandos*, tomo como referência o fato de que estes concluíram o curso de formação integralmente, estabeleci o recorte dessa maneira em decorrência de considerar pouco adequado inserir numa mesma categoria todos os sergipanos que participaram dos processos seletivos para suas respectivas turmas, bem como, pelo fato de não ter localizado no site oficial do RenovaBR e nem em suas mídias sociais (*Facebook, Instagram e Twitter*) a divulgação documentada ou publicizada via hipertexto de todos os participantes dos processos seletivos, constando apenas os nomes dos formandos no site do RenovaBR.

A partir desse espaço amostral, optei por empregar as entrevistas semiestruturadas, a fim de facilitar o desenvolvimento da pesquisa, bem como, de garantir a viabilidade da sua realização, fi-lo através conforme o desejo dos meus interlocutores, sendo que todos optaram por me conceder a entrevista através do *Google Forms*⁷, *Whatsapp* e/ou *Telegram*, segundo eles pela facilidade de diálogo e pela não necessidade gravação de vídeo. Essa conjuntura fez-me refletir acerca de como o advento do ciberespaço modificou as formas como nossas vidas transcorrem, como alterou nosso léxico e engendrou tantos outros neologismos diante das nossas práticas culturais mais corriqueiras.

Parece-me que Lévy (1999) diagnosticou o ponto nodal do nosso tempo ao destacar o ciberespaço enquanto um desdobramento possível da condição humana, que aos poucos seria capaz de emaranhar-se a esta última de tal maneira que sua distinção suscitaria profundos debates. Nesse sentido,

7 Plataforma gratuita de criação de formulários de pesquisa, que podem ser disponibilizados virtualmente pela internet.

As conversas nesse aplicativo móvel, acessado desde o celular, são muito mais imediatas do que aquelas empreendidas numa troca de e-mails, cujo tempo de resposta pode variar, de acordo com a disponibilidade tanto dos interlocutores quanto do pesquisador. A conectividade perpétua, refletindo o modo de se vivenciar as plataformas digitais contemporaneamente, impõe uma novidade a esse tipo de etnografia, na qual se está, de certo modo, potencialmente à disposição do trabalho de campo de modo contínuo e permanente, a qualquer horário do dia e da noite. Os limites passam a ser negociados a partir da própria plataforma, mas essa tem como característica informar aos contatos o horário de última conexão dos sujeitos e se as mensagens enviadas foram ou não lidas, podendo gerar situações delicadas e expectativas de respostas imediatas as conversas iniciadas. (GOMES; LEITÃO, 2017, p. 56)

Nesse sentido, em face do questionamento acerca da postura ética adotada nas pesquisas antropológicas – sobretudo quando do emprego da etnografia – é necessário ter em evidência que o trabalho antropológico brasileiro é regulamentado pela normativa ética da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), que baliza a nossa atuação profissional, porém, é necessário que o façamos a partir da dimensão de variabilidade situacional que a nossa disciplina requer (sem ambiguidades ou simulacros relativistas), posto que, no exercício antropológico o fenômeno e os atores que dele fazem parte estão em uma constante negociação (*lato sensu*) com o pesquisador, negociação acerca dos próprios interesses e das próprias aspirações, mesmo que isso não esteja formalmente explícito, o que pode assumir formas de elevado grau de variação conforme o desdobramento da pesquisa, dessa maneira, pensar a ética no exercício da Antropologia:

Trata-se de investir na ideia de que a ética é diferencialmente produzida em múltiplos domínios da prática antropológica – em sua vida social ativa –, o que requer delicadeza na sua discussão e consideração, assim como compreensão da diversidade e situacionalidade dos espaços de sua realização. (SCHUCH, 2011, p. 06)

Outrossim, o debate acerca do código de ética da ABA ainda não é suficiente para dirimir a problemática em torno da ética na Antropologia, tanto pela ausência de força jurídica em sua escritura, como pela capacidade de instabilidade profissional que advém desse questão sensível, posto que esses elementos acabam sendo constituintes do campo do poder e de suas formas de operação diante da produção do conhecimento científico, de qualquer maneira:

[...] o Código de Ética da ABA, tomada em seu conjunto, de certa forma sintetiza a complexidade da articulação entre os três diferentes espaços em que a vida social ativa da ética antropológica é problematizada – as reflexões sobre o pesquisar/atuar, Antropologia e multidisciplinaridade e a Ética como campo de regulamentação [...] Isso porque, de um lado, mesmo sem ter nenhum papel legal punitivo, esse código institui certos princípios a serem seguidos que se tornam potentes criadores de imagens de avaliação acerca de comportamentos profissionais; de outro lado, porque o Código de Ética da ABA anuncia claramente um compromisso ético do pesquisador com o grupo pesquisado, subordinando os interesses do profissional aos dos sujeitos pesquisados e colocando em questão a própria finalidade ou vocação do conhecimento antropológico [...]. (SCHUCH, 2011, p. 16)

Ademais, compromisso ético é condição *sine qua non* ao desenvolvimento da pesquisa antropológica brasileira, sua existência representa o aspecto laboral da Antropologia enquanto um campo profissional sujeito às normativas legais, mas garante, que serão respeitados incondicionalmente os elementos que constituem e se configurem como indispensáveis à salvaguarda da integridade social (*lato sensu*) dos sujeitos que compõem os fenômenos investigados. Entretanto, essa conjuntura suscita uma série de questionamentos acerca da viabilidade da pesquisa antropológica sobre esses moldes, bem como, acerca dos limites que podem ser estabelecidos, para declarar uma prática ética ou não, coisa para a qual não me deterei aqui, mas que nos serve de ponto de observação, ainda mais na conjuntura do mundo moderno em que a distensão espaço/temporal causada pelo ciberespaço permite-nos engendrar uma gama de atividades acerca dos dados e de sua publicização.

A fim de iniciar por um lugar-comum, posso dizer que essa tarefa não foi das mais fáceis. Aliás, parece-me que a Antropologia e sua feitura vão se desenrolando de forma muito peculiar, pois seu desabrochar demanda tempo, paciência e fé (pulsão). Dito isso, essa construção de um campo possível tem origem naquilo que Bourdieu (2002) propõe como a construção do campo, um campo que engloba os aspectos intelectuais e do saber, que constitui a junção das trajetórias teórico-metodológicas que fazem parte da minha formação e aliá-lo à literatura consolidada acerca do objeto que para o qual me debrucei. Outrossim, antes de iniciar por esses caminhos, cumpre tratar primeiramente do “porquê” da etnografia, de explicar os motivos dessa filiação e do seu emprego nessa pesquisa.

Quanto à escolha da etnografia como proposta desta investigação, cumpre assinalar que:

[...] há certo consenso de que a etnografia constitui uma *técnica de pesquisa específica da Antropologia*.

Essa concepção metodológica e disciplinar da etnografia contribui para que sua originalidade e relevância sejam, em grande parte, ofuscadas. Talvez, por isso, sua utilização como princípio de construção do objeto, de levantamento de informações, de interpretação e de análise dos fenômenos políticos ainda seja uma prática tão rara nas ciências sociais, incluída a própria Antropologia. No que diz respeito ao estudo dos fenômenos políticos, pode-se dizer que os mesmos ainda estão muito distantes da agenda etnográfica contemporânea. (OLIVEIRA, 2015, p. 188)

Quanto ao alcance da etnografia como proposta de investigar os fenômenos sociais humanos, posso dizer que seu emprego, apesar de requerer do pesquisador uma carga elevada de suporte teórico-metodológico, visto que compreende o exercício de uma trajetória teórica dinâmica e cumulativa quanto às experiências em campo, é também fruto do estranhamento que temos com o mundo ao nosso redor, aquele estranhamento que nos causa curiosidade e nos incita a inquirir para nós mesmos a partir das fontes sensoriais a que temos acesso, sobre qualquer coisa que se nos apresente e seja capaz de suscitar essa inquietação tão específica.

A abordagem antropológica privilegia técnicas de pesquisa qualitativas, voltadas para a realização de trabalho de campo com observação participante e entrevistas em profundidade, frequentemente produzindo “estudos de casos”. No entanto, o antropólogo não ignora que as práticas e as representações observadas estão inseridas numa sociedade maior, num sistema político formal, com instituições de larga escala. (KUSCHNIR, 2007, p. 166)

Dessa inquietação decorre o limiar do fazer etnográfico, do direcionamento dos sentidos à busca de respostas, da observação atenta às comunicações (*lato sensu*) que ocorrem em dado ambiente, a fim de capturar seus possíveis significados e compreender como seus emissários a tomam para dialogar entre si. Neste sentido, cumpre dizer que:

Tudo que nos surpreende, que nos intriga, tudo que estranhemos nos leva a refletir e a imediatamente nos conectar com outras situações semelhantes que conhecemos ou vivemos (ou mesmo opostas), e a nos alertar para o fato de que muitas vezes a vida repete a teoria. (PEIRANO, 2014, p. 378).

Oliveira (2015) destaca ainda, que o escasso emprego da etnografia na literatura acerca dos fenômenos do poder e da política, sobretudo na Sociologia, na Ciência Política e na Antropologia, decorre dentre outras coisas, da não inserção desta enquanto uma proposta de trabalho hegemônica no campo das ciências sociais, de maneira que esse processo de marginalização da etnografia, tem origem na forma como as ciências sociais, sobretudo a antropologia, foram estruturadas no Brasil, privilegiando modelos de produção científica baseados numa perspectiva essencialista de cultura predominante na tradição norte-americana, em que estes fenômenos são predominantemente investigados pela Sociologia e pela Ciência Política, a partir de abordagens qualiquantitativas.

Ao pensar em que tipo de alcance a etnografia pode me oferecer em relação aos fenômenos da política, sobretudo em relação ao debate sobre suas potencialidades técnicas, posso dizer que

[...] a etnografia não deve ser reduzida a uma “técnica qualitativa” de pesquisa, tratando-se antes de uma concepção ampla da relação entre teoria e empiria, bem como da forma de definição e de acesso ao próprio objeto de estudo. Nesse sentido, o tipo de reflexão que ela nos desafia a incorporar na prática de pesquisa sobre a política e, em particular, sobre os grupos dirigentes vai muito além de um simples questionamento metodológico sobre as dificuldades de aplicação de determinadas técnicas e, até mesmo, sobre as condições de acesso a certos terrenos de investigação. (OLIVEIRA, 2015, p. 189)

Nesse sentido, concordo com Peirano (2014) em face da negação da etnografia enquanto método, visto que este último dispõe de uma estrutura definitiva de execução a fim de garantir um resultado. Não é possível concebê-la enquanto método pelo fato de sua feitura justapor a sentença [pesquisador/nativo], doravante ocorre entre eles uma dinâmica de dupla condição, que se alterna de maneira não excludente, isto é, o pesquisador e o nativo atuam sobre ambas as perspectivas, pois no âmbito das relações que compartilham estão constantemente buscando compreender um ao outro cada um a sua maneira, tão logo:

A ideia de “método etnográfico” é complexa. [...] a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para

ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos. (PEIRANO, 2014, p. 379)

Dessa maneira, Oliveira (2015) destaca que o emprego da etnografia exige empreender transformações de naturezas diversas, a fim de compreender os fenômenos investigados, bem como, para suscitar uma reflexividade que englobe esse processo em seus desdobramentos acadêmico-institucional (no tocante ao pesquisador e à sua posição no campo) e cultural (no tocante ao todo complexo compreendido pelo fenômeno e seus agentes).

Peirano (2014) assevera que a etnografia compreende a prática fundamental à Antropologia, sem seu emprego perde-se o elemento empírico tão necessário às ciências sociais, demasiado na Antropologia, em que a percepção da realidade perpassa em grande parte pelos sentidos, de maneira que as coisas que nos afetam são sempre elementos constituintes da experiência etnográfica, não somente por estabelecer uma relação afetiva conosco, mas por através disso nos impulsionar a estabelecer conexões mentais com nossa trajetória teórica, com a nossa vida particular, com a nossa vida acadêmica e com a forma como compreendemos o mundo. Dito isso:

[...] a etnografia é a ideia-mãe da antropologia, ou seja, não há antropologia sem pesquisa empírica. A empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação. Não são “fatos sociais”, mas “fatos etnográficos” [...]. (PEIRANO, 2014, p. 380)

Fischer; Marcus (2010), destacam que a etnografia compreende uma forma muito específica de estabelecer o desenvolvimento do conhecimento antropológico, sobremaneira pela necessidade de investigar as trajetórias e os itinerários sociais percorridos pelos agentes, bem como, de suas interações coletivas, a fim de compreender quais os elementos são determinantes para que sua realidade tenha sentido.

Porém, esse exercício possui uma elevada carga de particularidade, posto que o exercício etnográfico exige do antropólogo uma espécie de treinamento sensorial, que em si não compreende apenas o aspecto empírico da prática, mas é permeado pela trajetória de formação que o acompanha, sendo que esta influi sobre esse exercício e incide sobre a maneira como a etnografia é desenvolvida. Outrossim, Wagner (2010) converge com essa perspectiva ao apontar que o exercício etnográfico é um exercício de invenção, de criação de uma dada realidade de um fenômeno, para o processo de inteligibilidade que o conhecimento antropológico requer, o que reforça o caráter particular desta prática, já que cada antropólogo tratará de inventar conforme as experiências e experimentações que lhe seja pertinente.

Para Oliveira (2015), o emprego da etnografia configura uma tomada de posicionamento em relação ao campo, que justapõe o pesquisador e os “pesquisados”, que os coloca em certa medida numa mesma condição de alternância contínua, pois a experiência em curso implica a interação dos afetos de ambos, o que promove não somente um deslocamento teórico e epistemológico, dada a profundidade de sua realização, mas se liga diretamente à busca da reflexividade, de uma reflexividade possível, que seja capaz de seccionar estes dois sujeitos (antropólogo e nativo) da pesquisa de forma não disjuntiva, ao contrário conjuntiva, posto que, no campo dos estudos da política moderna (com os Estados já definidos) eles coexistem numa conjuntura mesma de espaço/tempo.

Sendo assim, deve-se permitir que os fenômenos da política falem por si, o que requer compreendê-los a partir das manifestações de seus atores, para analisar seus discursos e situá-los mediante as convergências e divergências, que podem se alterar conforme a variação dos interesses individuais e coletivos presentes nas dinâmicas de suas relações. Nesse sentido, o exercício da compreensão dos fenômenos políticos, exige um olhar etnográfico capaz de seccionar essas dinâmicas sem retirar delas a sua unidade integral, não somente para compreendê-los de maneira profunda, mas para não perder de vista a integralidade de suas dimensões enquanto fenômeno.

Quando houve a necessidade incorrer no exercício de uma etnografia virtual, tanto em consequência do uso dos vídeos do RenovaBR em seu canal do *Youtube*, como pelo fato de

fazer as entrevistas através de conversas virtuais, estive diante de mais uma situação-problema daquelas às quais o pesquisador nas ciências sociais está sujeito. Todavia, percebi que se o objeto desta pesquisa ocupa também um espaço virtual, cumpre que eu consiga ter acesso a ele, a fim de compreender seus desdobramentos e de que maneira ele engendra os processos que busquei investigar. Dessa maneira, seccionei o material videográfico disponível no canal do RenovaBR no *Youtube* (16 vídeos), organizei-os em 03 categorias conforme a natureza do seu conteúdo: Divulgação de Ideais; Entrevistas; Lideranças, conforme as tabelas a seguir.

Tabela 01 – Divulgação de Ideais

Título	Link	Duração	Publicação
O Brasil tem jeito RenovaBR.	https://www.youtube.com/watch?v=0SwJ-UEyRN8	00:01:48	08/01/2018
Ainda dá para retomar a esperança na classe política?	https://www.youtube.com/watch?v=7wbAJPY1NfA	00:03:14	06/02/2018
Eduardo Giannetti: “Não deixe o descontentamento virar indiferença”.	https://www.youtube.com/watch?v=a44bfowpS2E	00:01:22	21/03/2018
RenovaBR: Nosso País, Nossa Política.	https://www.youtube.com/watch?v=4C5UZo3dDjc	00:01:00	17/04/2018
RenovaBR: veja o nosso manifesto.	https://www.youtube.com/watch?v=gOugNJnHwKU	00:00:58	10/05/2018
Três verdades sobre essas eleições.	https://www.youtube.com/watch?v=z7joT6H3Pjc	00:00:45	26/09/2018
A renovação está só começando.	https://www.youtube.com/watch?v=oLr63DPMrlw	00:01:00	10/12/2018
Pessoas comuns, políticos fora do comum.	https://www.youtube.com/watch?v=AErAoT_nPzg	00:01:36	07/01/2020

Tabela 02 – Entrevistas

Título	Link	Duração	Publicação
Eduardo Mufarej, Co-fundador do RenovaBR em entrevista à Rede TV.	https://www.youtube.com/watch?v=bwq5Q3v7pO0	01:05:51	09/01/2018
Eduardo Mufarej explica RenovaBR no Jornal da Gazeta.	https://www.youtube.com/watch?v=G4KKwrGGur4	00:09:25	06/02/2018
Entrevista de Eduardo Mufarej no programa "Brasil Que Dá Certo".	https://www.youtube.com/watch?v=Ma_gjiAiy_4	00:14:00	15/02/2018

Tabela 03 – Lideranças

Título	Link	Duração	Publicação
Os novos protagonistas da política brasileira.	https://www.youtube.com/watch?v=p5V1UUroDkM	00:02:30	02/02/2018
Quem também acredita no RenovaBR!	https://www.youtube.com/watch?v=T3Z9NmcyrTg	00:03:47	06/02/2018
Conheça o RenovaBR Pessoas preparadas para mudar a política Brasileira.	https://www.youtube.com/watch?v=FBOnfvEy-YE	00:01:00	13/04/2018
Inscrições abertas para o Processo Seletivo RenovaBR Cidades!	https://www.youtube.com/watch?v=EvqSt-q4nQk	00:00:30	02/04/2019
Os novos protagonistas da política brasileira.	https://www.youtube.com/watch?v=p5V1UUroDkM	00:02:30	02/02/2018

Dito isto, posso dizer que o caminho para uma etnografia virtual deve levar em consideração muitas coisas, que muito se assemelham ao trabalho de campo no campo, porém, requerem do pesquisador um domínio assaz do funcionamento do virtual (sites, blogs, periódicos virtuais, vlogs, redes sociais digitais e afins), mas nada que seja impeditivo. Entretanto, o que é necessário destacar é que, se o campo do virtual comporta parte dos ideários humanos que são decorrentes da vida social no plano do real, logicamente, ele representa um desdobramento da condição humana, isto é, compreende uma extensão da vida social em que as relações entre os sujeitos ocorrem de forma paralela ao nosso espaço/tempo no mundo real, dessa maneira que:

Uma consequência da distinção ainda válida entre on-line e off-line é que usuários de plataformas digitais não se encontram mais restritos a um único ambiente, aquele onde vivem suas vidas off-line e, tampouco, aos seus governos locais e nacionais. Neste sentido, usuários podem possuir várias “cidadanias” inscritas em seus corpos, tanto pelo fato de estarem subordinados às regras de empresas globais, proprietárias das plataformas digitais que habitam, quanto pelo fato de cada uma delas estabelecer um tipo de “constituição” diferente a qual os usuários aderem e se submetem. (GOMES; LEITÃO, 2017, p. 43).

Essa mudança, apesar de proporcionar um momento *sui generis* à pesquisa, sob os aspectos de sua exequibilidade e historicidade, mostrou-se como um desafio a mais para o já extenso espectro dos desafios da Antropologia Brasileira, como cita Feldman-Bianco (2013)

que aponta a necessidade de dialogar com a reconfiguração da sociedade brasileira a partir da revolução dos meios de informação e comunicação, enquanto um fator inerente ao desenvolvimento da Antropologia, posto que, além de estar no cerne das discussões do alcance desta enquanto ciência humana, configura-se também como uma nova perspectiva de compreensão dos fenômenos de natureza social.

Gomes e Leitão (2017) destacam que pensar a sociedade sob o prisma do virtual, requer pensá-la como uma cidade no campo do real, que pode ser vista e experimentada de maneiras distintas, que possui toda uma estrutura organizacional e administrativa que muitas vezes nos é inacessível, bem como, é o campo de disputas de poder que transcendem o mundo real. Diante desse contexto, Simmel (2006) propõe a sociedade enquanto um todo complexo, que dentre outras coisas, caracteriza-se pela dinamicidade e variância de elementos de caráter social, o que torna seus fenômenos passíveis de serem recortados a partir das mais diversas perspectivas, desde que estas não percam de vista a natureza social que lhes originou.

Assim, cumpre indagar acerca de como o virtual e o real se entrelaçam e dão sentido à vida ou melhor como a partir deles a vida passa a fazer sentido? A pergunta não é retórica, pois dar conta de como funcionam as estruturas semânticas no campo do real já é bastante complexo e dispendioso, ainda mais se intentarmos fazê-lo sob duas vias (com o acréscimo do virtual), mas a esta indagação posso elencar uma resposta possível, ela reside nas ciências, sobretudo na Antropologia, enquanto uma possibilidade de compreender como fazemos da transcendência dos nossos corpos e suas implicações e afetos, para o virtual e isso se torna parte constitutiva da nossa cultura.

Após evidenciar esse contexto é possível dizer que o advento do ciberespaço e das plataformas digitais, suscitou novas dinâmicas no processo de inserção das pessoas à experimentação da política, visto que pôs em curso uma ressignificação das maneiras pelas quais estas compreendem a própria atuação política. Dessa maneira, essa nova forma de fazer política, agora decorrente das relações entre os sujeitos virtualizados no ciberespaço configura-se enquanto um elemento regulador do exercício da política no mundo físico, mesmo esta não sendo uma relação disjuntiva, mas decorrente da reformulação histórica dos

meios de comunicação e informação, bem como da revolução que estes proporcionaram diante das possibilidades discursivas dos sujeitos.

Para tanto, o recorte etnográfico para compreender os fenômenos da política sob a perspectiva também do ciberespaço, possui dinâmicas de operação distintas das usuais, pois estas situam-se num campo em que os interlocutores, apesar de estarem situados num mesmo marco espaço/tempo, não são exclusivamente regulados por eles, para estar em contato com a política e nem com a sua feitura, de maneira que é possível situar o exercício da política moderna antes e após o advento do ciberespaço enquanto um campo humano e como tal, um campo político.

Diante disto, houve a necessidade de evidenciar se o RenovaBR estabeleceu seu processo de recrutamento a partir de um perfil previamente elaborado, para direcioná-lo a um público-alvo, bem como, se os mecanismos empregados a essa demanda também englobam o uso das redes sociais digitais e do ciberespaço. Doravante, a análise da inserção do RenovaBR em Sergipe, requer estabelecer uma contraposição entre os itinerários percorridos pelos seus agentes diante dos recursos utilizados para essa finalidade, a fim de viabilizar essa inserção. O que por sua vez, requer compreender as proposituras de diálogo presentes nesse processo, bem como, das eventuais contradições dele suscitadas, como pode ser destacado a partir das trajetórias institucionais compreendidas na dialética das possíveis candidaturas e sua relação com as diretrizes do movimento.

A análise dos dados coletados colocará em perspectiva a processo de gênese do RenovaBR, a fim de relacionar sua inserção no contexto político brasileiro mediante as estratégias, os discursos e os ideários de que se valeu para emergir e estruturar um *corpus* institucional de formação política no Brasil. Por conseguinte, essa análise terá como ponto referencial as experiências vividas pelos formandos das turmas de 2018/2019 em Sergipe, tomando por recorte os usos que estes fazem do ideário político a que tiveram acesso durante sua formação, bem como, de suas concepções acerca da democracia brasileira e da relação política que eles mesmos desempenham diante dela.

Como forma de estruturar o que deve ser levado em consideração, estabeleci um roteiro de ações, a fim de viabilizar a compreensão esquemática das formas de operação do RenovaBR, bem como, em suas estratégias de fomento à formação de novas lideranças para o campo da política brasileira, além de possibilitar um recorte focal deste desdobramento no campo da política sergipana. O roteiro compreende as seguintes ações:

01. Delimitar o marco espaço/tempo de sua criação até a consolidação da presença e alcance de visibilidade nacional;
02. Identificar as estratégias e ferramentas utilizadas para o alcance de um público-alvo;
03. Identificar os elementos semânticos comuns ao grupo, que se configuram enquanto o ideário acerca da política e da democracia brasileiras.

Recorte teórico

O objeto antropológico que investigo, situa-se diante do surgimento do RenovaBR enquanto uma instituição civil, gestado entre o contexto das manifestações de junho de 2013 e a conjuntura pós-eleitoral de 2014, que culminou com o impeachment da então presidenta Dilma Rouseff. Para estabelecer a trajetória de desenvolvimento desta pesquisa, foi necessário seccionar o objeto em seus aspectos temáticos, a fim de organizar a sua compreensão em etapas bem delineadas, tanto pela necessidade de evidenciar a sua historicidade, como para estabelecer um campo do conhecimento, que se consolidou na Antropologia Brasileira em face da temática que é objeto desta pesquisa.

Assim, a trajetória estabelecida tem como mote a discussão da antropologia brasileira em relação aos movimentos sociais, o empreendimento da antropologia da política, enquanto um segmento da antropologia que forjou o cânone literário acerca desse fenômeno, bem como, as reflexões e intersecções possíveis, que possam resultar do diálogo com essa literatura e seus aspectos clássicos (do momento de fundação) e contemporâneos (das produções oriundas do século XXI).

Diante dessa perspectiva, os blocos temáticos desta pesquisa estão seccionados em 03 (três) segmentos, sendo o primeiro dedicado à discussão histórica acerca dos movimentos sociais e sua ocorrência histórica no Brasil e na América Latina, bem como, dos desdobramentos socio-históricos que eles suscitaram no desenvolvimento da política e da democracia brasileira; o segundo dedicado à discussão do RenovaBR enquanto um produto do fenômeno dos “novos movimentos sociais brasileiros”, bem como, de suas implicações acerca do estabelecimento de uma prática discursiva voltada ao fomento e à formação de um ideário político consensual; e o terceiro dedicado a estabelecer uma análise acerca da experimentação da política por parte dos formandos sergipanos das turmas 2018/2019 do RenovaBR, com vistas a compreender de que maneiras eles se identificam em ressignificam a formação política a que tiveram acesso.

A literatura empregada aqui situa-se no âmbito da Antropologia da Política como grande área dentro dos estudos dos movimentos sociais na América Latina e no Brasil, sendo que nesse contexto é necessário estabelecer os paradigmas situados nos períodos de transição entre o final do século XX (anos 90) e o as duas primeiras décadas do século XXI (2000 a Junho de 2020), posto que há uma diferença estrutural das formas de atuação dos movimentos sociais durante esses períodos, posto que, suas lógicas de operação são sincronicamente decorrentes das conjunturas sociais, econômicas, culturais e políticas do Brasil – Brasil –.

Peirano (2000), empreende o esforço de estabelecer a trajetória da Antropologia brasileira enquanto ciência, a partir das perspectivas históricas de sua fundação, inserção e desenvolvimento no Brasil – sobremaneira na primeira metade do século XX – em relação à Sociologia e à Ciência Política disciplinas das Ciências Sociais já consolidadas no Brasil. Nesse sentido, essa Antropologia encontrava-se no momento de inserção e expansão, deslocando-se entre os estudos acerca dos povos tradicionais brasileiros e das comunidades afro-brasileiras até voltar-se para o fenômeno da política a partir de meados da década de 1960, demarcando assim o ponto de princípio de uma Antropologia da Política – não ainda como disciplina ou campo de saber – no Brasil, ora através da crescente discussão latino-americana acerca dos movimentos sociais, ora pelo reflexos dessa discussão no contexto social brasileiro, de maneira que:

No Brasil, os estudos acadêmicos estavam naquele momento num grande processo de renovação, com dezenas de novos pesquisadores participantes dos recém-estruturados inaugurados cursos de pós-graduação em ciências sociais, ávidos por entender os processos sociais que estavam ocorrendo e desejosos de participar de alguma forma da luta contra o regime militar, tendo em vista o controle social e a ausência de espaços para o debate. A reestruturação e a expansão dos programas de pós-graduação no país possibilitou a criação de tais espaços. (GOHN, 1997, p. 215)

Arruti; Montero; Pompa (2012) assinalam que, o desenvolvimento da Antropologia Brasileira perpassa pelo deslocamento das tradições antropológicas logocêntricas compreendidas pela interseção Europa/Estados Unidos da América, que ao consolidar-se no Brasil trilhou pelos estudos das populações indígenas e afro-brasileiras, como forma de se

contrapor politicamente ao processo de colonização do Brasil a partir da compreensão de seus herdeiros históricos.

Kuschnir (2007), observa que aquilo a que comumente chamamos hoje de Antropologia da Política, tem suas origens no desenvolvimento do projeto ocidental de Antropologia, em curso na primeira metade do século XX, sobremaneira ao longo do desenvolvimento do evolucionismo e do funcionalismo, que nesse momento limiar preocupavam-se em compreender os fenômenos inerentes às relações de poder dos povos não ocidentais, a partir do ponto focal de elementos análogos ao Estado e aos seus fenômenos intrínsecos, de maneira que os conflitos de interesses, as representações e os rituais presentes no fenômeno político do estado moderno, serviram de base para estabelecer a tradição literária sob a qual a Antropologia da Política foi posteriormente forjada.

Gohn (1997), observa que o cenário latino-americano teve maior influência do paradigma europeu devido a dois fatores históricos, o primeiro situado na instauração de regimes de exceção, que culminaram por organizar a sociedade civil através dos movimentos populares em oposição a estes regimes, segundo pelo fato de muitos dos movimentos populares daquela época serem formados por lideranças político-ideológicas à esquerda, o que relegou o paradigma norte-americano a um certo estranhamento acadêmico em relação ao seu emprego como proposta de compreensão desse fenômeno, sobremaneira na década de 70 do século XX, momento em que estes movimentos tinham como uma das fontes teóricas o recorte marxiano acerca da luta de classes e das lógicas de operação do capital. Nesse sentido, é importante destacar que:

Tomamos como referência o caso brasileiro, embora estejamos bastante conscientes das diferenças entre os vários países latino-americanos, não só econômicas mas principalmente culturais. Acreditamos que a semelhança em relação às orientações gerais em seus processos de desenvolvimento histórico são maiores que suas diferenças.

Em primeiro lugar, destaquemos o passado colonial, escravocrata e/ou de servidão indígena, baseado na monocultura e/ou exploração intensiva de seus recursos naturais. [...]

Em segundo lugar, o tipo de Estado nacional configurado foi fruto de lutas internas intensas em que a maioria das elites políticas sempre foi representante dos interesses econômicos subordinados ao grande capital

internacional. [...] Este fato conferirá à questão da cidadania uma feição particular, pois nos períodos de transição para a democracia o problema não era apenas a reapropriação do Estado pela sociedade civil, mas também de regulamentação das regras de civilidade e cidadania dentro dessa própria sociedade, que se investia de poderes arbitrários nas épocas de regimes de exceção. (GOHN, 1997, p. 224)

Nessa perspectiva, caso brasileiro é compartilhado com os países da América Latina à medida que nos propusemos ao seu exame sociohistórico, isto é, quando colocamos em evidência as trajetórias de formação destes países, os processos pelos quais passaram para consolidar-se enquanto democracias. Dessa maneira, o que temos em comum é um processo multifacetado, que se desdobra em várias dinâmicas de relações entre a população e o estado, sendo que a herança colonialista é a pedra central que unifica esse processo, bem como, delimita seus aspectos macro e microsistêmico, posto que atou e atua na formação sociocultural e política (macro) dos países latino-americanos, como contribuiu à formação do ethos primal do pensamento e da cultura política dos latino-americanos.

Kuschnir (2007) observa ainda, que o que chamamos de Antropologia da Política no Brasil, pode ser situado historicamente a partir dos anos 1990, com as pesquisas desenvolvidas pelo NuAP (Núcleo de Antropologia da Política) e que envolviam o trabalho coletivo de várias universidades federais brasileiras. A partir desse momento o uso da etnografia como recurso à compreensão da política ganhou força significativa no campo de pesquisa nacional, de maneira que a partir desse momento o fenômeno político passa a ser compreendido também pelo intercurso de sua feitura, bem como, das trajetórias biográficas de seus atores e das instituições e/ou movimentos sociais envolvidos nesse processo, tal como:

Nos anos 90 o panorama do capitalismo nos países ocidentais se alterou, passando-se a ter uma nova redivisão internacional do trabalho; as fronteiras nacionais perderam a importância e a produção industrial passou a ser feita de forma fragmentada, com a ocorrência de processos produtivos em que as vantagens fiscais e econômica de modo geral sejam mais propícias à acumulação; a economia formal declinou e a informal cresceu, os sindicatos perderam poder de forma generalizada, o desemprego passou a ser uma realidade tanto nos países onde historicamente sempre existiu, no chamado "Terceiro Mundo", como no Primeiro Mundo desenvolvido. (GOHN, 1997, p. 227)

Arruti, Montero; Pompa (2012), observam que esse deslocamento do exercício de alteridade se dá pela necessidade de perceber, que as relações de poder decorrentes da política possuem formas de ocorrência com elevado grau de variação semântica, dadas não somente as condições próprias da dinâmica da democracia liberal no Estado moderno, mas também, da sua efemeridade em relação aos usos de novas formas do emprego de suas gramáticas, o que evidencia o antigo problema de forma/conteúdo presente também na relação semântico/semântico.

Latour (2008) alerta para o fato de o exercício da política ser tão complexo em si mesmo quanto a tarefa de torná-lo inteligível ao campo da ciência, sobremaneira às ciências sociais, posto que essa prática exige a composição e a recomposição das trajetórias dos agentes da política, bem como, dos fluxos de suas flexões, inflexões, sedimentações e neologismos à medida que sua experimentação ocorre no decurso do tempo/espaço. Outrossim, é essa mesma complexidade que suscita a necessidade de tomar a política sempre por ela mesma, pois se recordamos Simmel (2006), podemos propor que ela compreende um todo complexo e emaranhado de interações múltiplas, difusas e diversas, que podem aglutinar-se e/ou opor-se a partir da oscilação dos interesses dos agentes e dos grupos em que eles estão inseridos.

Nessa perspectiva, quando me proponho a uma antropologia, a uma antropologia da política, parto do pressuposto que há uma distinção entre a política e o político, uma distinção que estabelece as dimensões em que essas duas categorias operam, bem como, possibilita seus usos de forma quase indissociável no campo do senso comum, de maneira que é necessário destacar:

Mais precisamente, é assim que diferencio “o político” da “política”: entendo por “o político” a dimensão e antagonismo que considero constitutiva das sociedades humanas, enquanto entendo por “política” o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político. (MOUFFE, 2015, p. 08)

Goldman (2006) alerta que, a pesquisa antropológica de fato, tem por princípio estabelecer o aspecto conceitual da política e de todos os desdobramentos que lhe forem

originários, a partir da compreensão que os nativos têm dela, das formas pelas quais eles a configuram e a expressam, pois é essa ação que posiciona o antropólogo diante da dinamicidade do fenômeno político, sem o vício de impor aos nativos sua gramática acerca da política, ao contrário, esta gramática é desenvolvida a partir das impressões dos nativos, tal que:

A abordagem da política pela antropologia pode ser definida de uma forma simples: explicar como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos e as práticas relacionadas ao mundo da política. A compreensão de grupos específicos, em circunstâncias particulares, leva a comparações e diálogos com a literatura sobre contextos sociais mais amplos. (KUSCHNIR, 2007, p. 163)

Assim, compreender as maneiras pelas quais os nativos compreendem desde a sua existência até a forma como pensam o mundo e a si mesmos, perpassa pela necessidade de compreender as tensões do mundo social, que além de forjar as estruturas que fundamentam, viabilizam as suas relações de diálogo, são ao mesmo tempo ressignificadas ao cumprimento dessa mesma comunicação endógena e exógena ao grupo, dado que:

A percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social: do lado «objectivo», ela está socialmente estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes ou às instituições não se oferecem à percepção de maneira independente, mas em combinações de probabilidade muito desigual [...]; do lado «subjectivo», está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação susceptíveis de serem utilizados no momento considerado, e sobretudo os que estão sedimentados na linguagem, são produto das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólicas. (BOURDIEU, 1992, p. 139-140)

Bourdieu (1992) observa que o diálogo com o campo do político é sempre cerceado pelo acesso às formas de discurso nele presentes, bem como, dos usos e dos níveis de acesso que os agentes da política fazem em suas relações de identificação e ressignificação. Nesse sentido, esse acesso não se dá de maneira igualitária ou linear para todos os agentes dos diversos grupos que compõe este campo, mas podem ser acessados mediante o nível de capital político e cultural acumulado pelos agentes, não somente para valer-se dele, mas também para o empregar ao concurso de suas próprias agendas.

Dito isso, o concurso da política, bem como, dos seus desdobramentos entre agentes, instituições e sociedade civil deve ser pensado sobre a perspectiva de:

Para que a vida política seja pensável, enunciável, “falável”, é preciso que os agentes ainda não tenham opiniões, mas que sejam suscetíveis de mudá-las; que não tenham identidade, mas que os pertencimentos se modifiquem no curso de debate; que não estejam seguros dos interesses que representam, e que sua vontade vacile ou, ao contrário, se desenvolva à medida que se agrupem e se modifiquem as relações de todos os outros agentes que os fazem falar [...] e que eles fazem falar [...]. (LATOUR, 2008, p. 35)

Wagner (2010) ao falar do processo de invenção a partir da relação antropólogo/nativo, observa que aquilo a que o antropólogo inventa enquanto a cultura do nativo, não é um construto diretamente originário do que os nativos compreendem eles mesmos sobre suas práticas, mas compreende uma justaposição entre sua própria cultura e aquela a que ele teve acesso com os nativos. Dessa maneira, o processo de invenção da cultura resulta da experimentação em três vias pelo antropólogo, sendo a cultura deste último a primeira via, portanto, o ponto de partida para sua ação e existência no mundo; a cultura dos nativos a segunda via, portanto, o ponto de estranhamento entre a cultura do antropólogo e a cultura dos nativos; e a cultura inventada pelo antropólogo a terceira via, portanto, o ponto em que as concepções de cultura do antropólogo e dos nativos sublevam-se (sem cartesianismos) internamente e emergem sob a condição do trabalho antropológico de fato, o que implica dizer:

A crença do pesquisador de que a nova situação com a qual está lidando é uma entidade concreta – uma “coisa” que tem regras, “funciona” de uma certa maneira e pode ser aprendida – o ajudará e encorajará em seus esforços para enfrentá-la. Mas num sentido muito importante ele não está aprendendo a cultura do modo como o faria uma criança, pois aborda a situação já como um adulto que efetivamente internalizou sua própria cultura. Seus esforços para compreender aqueles que está estudando, para tornar essas pessoas e suas condutas plenas de significado e para comunicar esse conhecimento a outros irão brotar de suas habilidades para produzir significado no âmbito de sua própria cultura. Desse modo, o que quer que ele “aprenda” com os sujeitos que estuda irá assumir a forma de uma extensão ou superestrutura, construída sobre e com aquilo que ele já sabe. Ele irá “participar” da cultura estudada não da maneira como um nativo o faz, mas como alguém que está simultaneamente envolvido em seu próprio mundo de significados, e esses significados também farão parte. (WAGNER, 2010, p. 36)

Kuschnir (2007) assevera que o dever da Antropologia diante do fenômeno político está situado na não idealização que deva ser a política, mas demonstrá-la a partir das perspectivas de seus agentes, a partir das formas como estes a compreendem nos contextos micro e macrossocial, isto é, perceber que as relações intrínsecas ao fenômeno político são sempre dinâmicas e alteram-se à medida que seus agentes estabelecem novas formas de dialogar com ela e partir dela. Tão logo, ao questionar de que maneira Antropologia da Política posiciona-se em relação à democracia liberal brasileira, ela questiona por predicação os antropólogos, pois nos propõem ao exame ético/moral em relação ao exercício do nosso ofício enquanto pesquisadores, diante daquilo que compreende as ações dos nativos a quem investigamos quando da experimentação da política.

Outrossim, essa indagação nos opõe ainda à dualidade em relação à nossa condição de nativo em relação ao fenômeno e à experimentação da política, dado que os atores sociais com os quais nos relacionamos, compartilham conosco não somente a relação pesquisador/nativo – se é que posso estabelecer essa relação semanticamente dessa forma –, mas compartilham a mesma realidade espaço/temporal em que o fenômeno político e seus desdobramentos ocorrem, o que me leva a dizer que nossa condição de pesquisador é compartilhada com o nativo, mas isso não deve ser a tônica, para que tenhamos em nossos posicionamentos uma postura de cooptação da compreensão desses atores e das dinâmicas em que eles estão inseridos, ao contrário, temos de empreender o esforço em situar nossas análises com vistas à compreensão das formas como esse processo de experimentação da política ocorre.

Mouffe (2015) aponta que conceber o político requer pensá-lo em face da sua interação com a sociedade, mas tendo em evidência que as práticas a que julgamos de caráter social não são elas mesmas as razões de ser do político, posto que estas estão pulverizadas no âmbito do social, sendo resultantes dos processos dinâmicos presentes no ethos das práticas sociais, que incidem sobre as práticas do político. Nesse sentido, daí emanam os discursos que os movimentos sociais ou partidos políticos fazem uso, quando tomam para si a representação da vontade do povo e a tomam como legítima. Assim:

O político está identificado com os atos da instituição da hegemonia. É nesse sentido que temos de diferenciar o social do político. O social é a esfera das práticas sedimentadas, ou seja, das práticas que encobrem os atos originais de sua instituição política contingente e que são aceitas sem contestação, como se fossem autojustificáveis. Práticas sociais sedimentadas são uma parte constitutiva de qualquer sociedade viável; nem todos os laços sociais são questionados ao mesmo tempo. (MOUFFE, 2015, p. 16)

Assim, seria ingenuidade propor ou pensar que o RenovaBR ou qualquer outra instituição da sociedade civil, não dispusesse de uma proposta político-ideológica estruturada, posto que nesse âmbito as lutas e as tensões advindas delas são originárias – dentre outras coisas – dos interesses a que aspiram os grupos envolvidos, bem como, do potencial de convergência e divergência de suas concepções políticas aliadas ao concurso de suas forças de influência (capital cultural) no meio social. Assim, posso dizer que:

Todo movimento está articulado a um conjunto de crenças e representações e são elas que dão suporte a suas estratégias e desenham seus projetos político-ideológicos. [...] E isto é válido tanto para os movimentos populares como para os novos movimentos sociais. (GOHN, 1997, p. 235)

Nessa perspectiva, os movimentos sociais enquanto organismos sociais que não podem estar dissociados de algum perfil político-ideológico, bem como, da possibilidade de estar em concordância com os interesses de algum partido ou da lógica de funcionamento destes, já que suas formas de organização possuem aspectos semelhantes sob diversos elementos, o que vai desde a forma de gerenciamento administrativo e financeiro até a perspectiva de desenvolvimento e ascensão internas.

Nesse sentido a compreensão acerca de como os grupos se formam e mantêm uma relação de pertencimento entre si, requer que tenhamos em evidência as formas pelas quais este grupo estabelece as categorizações que o define e o distingue dos demais grupos, isto é, das formas pelas quais cria os elementos que garantem a sua ipseidade. Para tanto,

O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade. O facto de estar em jogo, nas lutas pela identidade – esse ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos

outros –, a imposição de percepções e de categorias de percepção explica o lugar determinante que [...] o poder mágico das palavras resulta do efeito que têm a objectivação e a oficialização de facto que a nomeação pública realiza à vista de todos, [...] acto tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para outros grupos e para ele próprio, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização. (BOURDIEU, 1992, p. 117-118)

A partir de Scherer-Warren (2014) posso destacar que a classificação, categorização ou o enquadramento do RenovaBR enquanto um movimento social é ainda imprecisa e incipiente, tanto por não compartilhar das características elementares dos movimentos sociais, sobremaneira da atuação em prol de pautas especificamente sensíveis para algum segmento sociedade civil ou em face de algum problema de ordem social, que requeira o empreendimento de esforço coletivo à sua resolução ou atenuação, como pela atuação direcionada a interesses voltados ao exercício e ao ingresso no campo da política, fomentando propostas educacionais que possibilitem esse objetivo aos interessados em atuar na política brasileira

À maneira de conceituar os movimentos sociais:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. (GOHN, 1997, p. 251)

Todavia, dizer isso apenas não basta, pois se ainda é impreciso tratá-lo enquanto um movimento social de fato, é também impreciso dizer dele qualquer outra coisa em definitivo, pois suas pautas e articulações estão pulverizadas em vários setores e segmentos da sociedade

civil, cabendo-me estabelecer-lhe outra nomenclatura, talvez uma que seja capaz de representar a integração entre instituição formal de formação política e o interesse de renovação da política brasileira.

Capítulo 01 – Os movimentos sociais e o contexto da crise da representatividade política brasileira no século XXI.

A discussão que busquei empreender ao longo deste capítulo está sediada sob três aspectos centrais, que compreendem e se configuram como partes indissociáveis do contexto em que o fenômeno dos movimentos sociais brasileiros do século XXI está situado, bem como, representa o aspecto sociohistórico que pode elucidar as indagações próprias da investigação científica, bem como, no campo das pesquisas em Antropologia da Política. Assim, é necessário evidenciar que essa análise pretende compor o esforço necessário à compreensão do fenômeno em face de suas dimensões históricas na conjuntura global do século XXI.

Nesse sentido, em primeira análise tentei refazer uma trajetória dos estudos acerca dos movimentos sociais no Brasil, bem como, dos elementos do contexto histórico local e global que fizeram parte desse panorama, tanto para demonstrar o decurso de sua historicidade enquanto fenômeno, como para demonstrá-la a partir da sua constituição enquanto campo de saber para o qual a Antropologia da Política empreendeu e empreende investigações. Além disso, a preocupação com esse recorte ocorre pela necessidade de que a partir do estabelecimento dessa trajetória, seja possível clarificar em que medida esse fenômeno vem se desenvolvendo no século XXI e quais as dinâmicas que ele engendra no campo da política.

Numa segunda análise, em face da literatura produzida acerca do tema, busquei esmiuçar em que medida essa crise de representação tem ocorrido no campo da política brasileira, tanto para compreender suas dinâmicas, como para estabelecer a partir de quais relações a crença na democracia liberal e a negação da política partidária, configuram-se enquanto um problema intrínseco – ou não – à política brasileira ou são reflexo de um fenômeno de caráter global. Dessa forma, será possível estabelecer as bases necessárias para buscar um entendimento, que seja capaz de situar o fenômeno a partir de sua endogeneidade e/ou exogeneidade diante da perspectiva dicotômica global/local.

Por fim, – mas não menos importante – empreendi análise diante do período de manifestações e protestos entre 2013 e 2015, a fim de perceber as relações destes eventos com a emergência dos movimentos sociais brasileiros no século XXI, bem como, de traçar um entendimento possível acerca de sua ocorrência e das dinâmicas, que sua ocorrência suscitou no âmbito das relações entre o Estado e a Sociedade Civil, de como esse processo forjou novas conjunturas de diálogo e possibilitou novas formas de repertório ao campo da política brasileira e das lógicas das disputas de poder que essa relação suscita.

A partir desse contexto, é necessário compreender inicialmente o que chamamos de movimentos sociais e como eles dialogam com a formação da sociedade. A saber, tomemos por ponto de partida a observação:

[...] movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis, portanto. (GOHN, 2000, p. 12-13).

Essa observação nos direciona a compreender os movimentos sociais conforme sua configuração diante da pluralidade de contextos (social, cultural, político e econômico) históricos em que estão inseridos, de maneira que esse panorama possui relação direta com as formas pelas quais estes atuam e se relacionam entre si e com a sociedade. Todavia, a compreensão de suas dinâmicas está para além da análise exclusiva dessa pluralidade, posto que, os elementos que garantem sua aglutinação estão muitas vezes pulverizados em aspectos de valor moral, o que dificulta a delimitação precisa dos elos desta relação.

Em face da análise em relação aos movimentos sociais, suas formas de investigação, as incertezas que emanam dessa tarefa, bem como, do estabelecimento de algumas propostas que possam servir de fundamento à pesquisa diante desse fenômeno, é necessário ter como ponto de partida uma espécie de conceito – dada a dinamicidade de nomenclatura e categorização do fenômeno –. Nesse sentido, pode-se dizer que, para compreender como os movimentos sociais atuam, deve-se ter em mente os pontos de convergência de interesses entre os seus membros, mas levando em consideração que estes elementos isoladamente não garantem a sua unidade, dado que esta ocorre pela série de elementos de convergência afins,

que dão solidez à razão de ser do movimento, isto é, configuram-se na sua forma enquanto coletivo para atuação social, tão logo:

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 2000, p. 13).

Como elemento conjuntural da discussão situo o advento do ciberespaço enquanto condicionante *sui generis* às formas de comunicação experimentadas pela espécie humana e que revolucionou todas as áreas que dela emanavam, conjuntura que propiciou a mudança não somente das formas como experimentamos o mundo e tudo o que nele há, mas também, inaugurou a possibilidade de suplantar parcialmente algumas barreiras de caráter espaço/temporal, de maneira que:

Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos [...], na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do início do próximo século. (LÉVY, 1999, p. 93)

Nesse sentido, é necessário revisitar as noções de política e do seu exercício, mas também de perceber como essas transformaram-se e transformam-se dentro do contexto do ciberespaço e das plataformas digitais, o que requer (re)pensar não somente a política e seus itinerários, como também seus usos e gramáticas, que nesse caso estão num limiar de um processo de neologismos quanto ao léxico de sua operação, já que a maneira como esta está

sendo dita vem passando por mudanças após o advento das plataformas digitais enquanto ferramentas de manifestação do discurso político.

Agora, que as bases da discussão estão lançadas podemos iniciar a partir de uma retomada histórica aos anos de 2013 a 2015, momento em que o Brasil e o mundo estavam envolvidos numa crise político-econômica de proporções mundiais desde 2008, período em que o Brasil estava num momento de efervescente participação dos movimentos sociais nas discussões políticas, através de manifestações públicas de grandes proporções em todo o território (com maior foco para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo). Esse momento é o ponto de partida para compreender não apenas o RenovaBR – surgido anos mais tarde –, mas também os movimentos que lhes são contemporâneos e foram gestados sob a perspectiva da manifestação política através da virtualidade possibilitada pelo ciberespaço e pelas redes sociais digitais.

1.1. Os movimentos sociais no Brasil: trajetórias possíveis entre os séculos XX e XXI.

Para iniciar a trajetória da literatura sobre movimentos sociais num panorama, Brandão (2011), destaca que até chegarmos em específico ao caso brasileiro, bem como, a uma literatura brasileira sobre esse campo, é necessário que retomemos o debate em duas frentes, sendo a primeira referente à oposição entre o Paradigma Clássico e o Paradigma Marxista, que por sua vez, constitui o momento inicial da construção teórica acerca dos movimentos sociais, a partir da discussão entre as perspectivas de interação psicossocial presentes no Paradigma Clássico e capitaneadas por Blumer (1951), Kornhauser (1959), Smelser (1962) e as perspectivas de ação baseada na luta de classes presente no Paradigma Marxista e representados por Lojkine (1981) e Hobsbawm (2000).

Assim, contrapor esses paradigmas é ter em evidência que, situar-se a partir do Paradigma Clássico implica em compreender os movimentos sociais sob o viés das respostas dos sujeitos em relação às diferentes dinâmicas, que alteravam os contextos da vida social,

bem como, das implicações desse processo diante da consolidação dos elementos culturais a partir da transição da individualidade à coletividade, o que nos remete a uma influência durkheimiana, posto que, daí são tomados por pontos focais a anomia, a coercitividade e a exterioridade. De outra maneira, posicionar-se a partir do Paradigma Marxista implica em compreender os movimentos sociais a partir do enquadramento das forças produtivas em relação ao processo de exploração do sistema político e econômico, que engendraria as formas pelas quais as conjunturas sociais seriam estabelecidas.

Num segundo momento, será necessário incorrer sobre os desdobramentos teóricos advindos dessa tensão inicial, a fim de compreender como estas chegaram ao Brasil e compuseram o quadro da literatura brasileira acerca dos movimentos sociais. A saber as teorias advindas desse contexto são:

01. Teorias da Mobilização de Recursos, a partir de McCarthy e Zald (1996) - baseada numa análise estritamente racional (não afetiva) da organização dos movimentos sociais a partir das formas empregadas à busca de recursos, bem como, da capacidade de interagir (convergência e divergência) com outros movimentos à garantia dos próprios interesses.

02. Teoria dos Novos Movimentos Sociais, a partir de Touraine (1985) - baseada na análise das disputas dos movimentos sociais pela hegemonia dos padrões culturais, que determinam o acesso aos instrumentos de poder a que o Estado dispõe, bem como, do emprego de ações coletivas à garantia desse acesso.

03. Teoria do Processo Político a partir de Tilly (1978, 1985, 1993-1994, 2001), McAdam (2001, 2002), Tarrow (1995, 1998, 2001), Goldstone (2003) e Diani (1992, 2002) - baseada na análise das interações entre os atores individuais e a coletividade dos movimentos sociais, a partir das relações dinâmicas destes com o Estado e a sociedade civil, bem como, dos processos de identificação, pertencimento e diferenciação que consolidam os movimentos sociais.

Bourdieu (1992), destaca que essas tensões têm origem no campo da produção da intelectual à medida que as ciências sociais, passam a concorrer em busca do monopólio de sua formação disciplinar, demonstrando que nenhuma área do conhecimento e de sua produção é desprovida de interesse ou atua sob a perspectiva de uma plena ou possível neutralidade. No caso brasileiro, as pesquisas acerca dos movimentos sociais passaram por deslocamentos teóricos, que evidenciam esse processo, já que a adesão ou a marginalização

dessa ou daquela proposta de tradição teórico-epistemológica, não se limita exclusivamente à predileção dos pesquisadores, ao contrário, situa-se para além âmbito das suas filiações epistêmicas e compreende a macroperspectiva do movimento de retroalimentação dos processos hegemônicos da produção do conhecimento, estabelecendo centros e periferias intelectuais.

Nessa perspectiva, Kuhn (2017) assinala, que as transformações que a ciência emprega sobre si, decorrem das relações de interesse de seus mandatários (financiadores), de maneira que a oscilação entre essas forças possui uma dinâmica baseada ora na convergência, ora na divergência de interesses, que levam comunidades científicas a somar esforços a fim de estabelecer o domínio de qualquer área sensível (de valor comercial estratégico) aos interesses nacionais e/ou de blocos econômicos.

Assim, quando pensamos em uma trajetória dos movimentos sociais no Brasil, podemos seccionar 03 trajetórias distintas, a primeira situada no campo dos estudos dos movimentos populares, concentrada no período do final dos anos 60 até o início da redemocratização brasileira no final dos anos 80; a segunda está situada no campo dos estudos movimentos populares à garantia de direitos, concentrada entre a promulgação da constituição federal de 1988 até 2010, quando do fim do segundo mandato presidencial do Ex-Presidente Lula; a terceira – ainda em curso – está situada no campo dos movimentos sociais das pautas identitárias e ideológicas, iniciada a partir do primeiro mandato do governo Dilma e que teve seu elemento de maior visibilidade durante os protestos de 2013.

Em face da multiplicidade de abordagens acerca dos estudos dos movimentos sociais, Gohn (2000) observa que a análise em relação a este fenômeno deve tomar como ponto de partida aspectos diversos, porém, mesmo diante dessa diversidade, é possível dizer que as relações de existentes entre os agentes destes movimentos, bem como, suas trajetórias, projetos – de poder – individuais e coletivos e as relações que desempenham entre si e com o Estado, atreladas às conjunturas sociais, culturais, políticas e econômicas em que atuam e estão inseridos, compreendem o ponto nodal que demarca o início de investigações acerca desse fenômeno.

Além da dificuldade em estabelecer um consenso metodológico de investigação dos movimentos sociais, há também que se verificar os aspectos da diferença destes em relação a outros grupos de agentes organizados sob formas distintas. Nesse sentido, cumpre que:

Para definir movimento social devemos estabelecer algumas diferenças. Uma primeira, é entre movimentos e grupos de interesses. Interesses comuns de um grupo é um componente de um movimento, mas componente não suficiente para caracterizá-lo como tal.

Uma segunda diferença deve ser feita quando ao uso ampliado da expressão ao se designar a ação histórica de grupos sociais [...]

Uma terceira diferença deve ser feita entre modo de ação coletiva e movimento social propriamente.

Finalmente, uma quarta diferença refere-se à esfera onde ocorre a ação coletiva. Trata-se de um espaço não institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada. (GOHN, 2000, p. 12)

Outrossim, esses aspectos que tornam difusa e fugidia a investigação desse fenômeno, não podem negar que sua ocorrência de se dá dentro da perspectiva espaço/tempo, isto é, ocorre no mundo real e em seus desdobramentos possíveis – vide o ciberespaço – a partir do concurso de vários aspectos na conjuntura das relações humanas, bem como, do empreendimento das ações humanas para moldar a realidade mediante a sua conveniência. Dito isso, cabe dizer que:

[...] movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamentação à ação. Trata-se de uma *práxis*, portanto. (GOHN, 2000, p. 12-13)

Dessa maneira, os movimentos sociais existem a partir das demandas sensíveis para grupos de pessoas, sendo esse processo um processo histórico, dado que essas demandas podem variar conforme a dimensão espaço/tempo, bem como, as conjunturas das quais elas são originárias. Isso implica dizer que os movimentos sociais possuem uma lógica de ordenação que pode ser seccionada em ciclos, tanto pelo fato de que ao longo da história abundam exemplos de reivindicações de grupos de pessoas em prol das causas mais distintas. Entretanto, o intercurso desses ciclos, bem como, as conjunturas em que eles ocorrem situam-

se sempre nos contextos da disputa hegemônica pela outorga das práticas socioculturais, que forjam os projetos de Estado-nação.

Se tomarmos Elias (1993) perceberemos que o desenvolvimento dos Estados modernos perpassa – dentre outras coisas – pela disputa do monopólio dos valores culturais, tanto como forma de estabelecer um escopo dicotômico e maniqueísta acerca da estruturação de um projeto de civilização, como para se valer dele, a fim de fomentar o concurso dos próprios interesses às custas da eliminação, expurgo e ou vexação dos que não se enquadrarem ao modelo imposto.

Ao tomar por exemplo a formação do principado civil em Maquiavel (2008), perceberemos que sua estrutura emana do concurso das forças do povo sob a representação de uma pessoa, que seja apta a garantir os interesses de uma comunidade, o que numa comparação genérica (dado o lapso temporal em paralelo) assemelha-se bastante ao modo como as democracias representativas foram constituídas, o que para além de sustentar a presença da liderança carismática, suscita o aporte em outras práticas, como o populismo, por exemplo. Todavia, é mister evidenciar que no tocante aos movimentos sociais, este paralelo ilustra que ambos decorrem da aglutinação de interesses comuns, a fim não somente de consolidar um projeto legítimo de poder, mas de torná-lo a nova lógica de operação para o seu exercício.

Para iniciar uma discussão que contemple o contexto brasileiro dos movimentos sociais é necessário propor um recorte que, estabeleça uma trajetória que aborde a historicidade presente nesse panorama e as transformações estruturais na forma de organização e atuação desses movimentos no âmbito da sociedade civil e conseqüentemente da política. Dessa forma, pode-se demarcar esse contexto a partir do século XXI especificamente no início de sua segunda década até o ano de 2015, que além de ser o ápice de toda a conjuntura posterior, constitui um marco inaugural da reconfiguração desse fenômeno no Brasil.

Em face a indagação acerca da ocorrência dos movimentos sociais ao longo da história, sobretudo a história brasileira, é sabido que eles sempre existiram e que sempre compuseram frentes de mudanças no contexto social brasileiro desde o período colonial até o presente momento. Suas formas de operação e ordenação passaram por mudanças conforme as mudanças da sociedade brasileira também se modificava, ora em decorrências das mudanças externas à realidade brasileira, ora em decorrência das mudanças internas, tanto pela intervenção da dinâmica das forças globais, sobretudo no contexto entre periferias e centros capitalistas, como no decurso do contexto das demandas inerentes ao desenvolvimento do Estado brasileiro, conquanto que:

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. (GOHN, 2011, p. 336)

A segunda década do século XXI vem sendo o ambiente de muitas transformações culturais, sociais e políticas, o que diz respeito a mudanças presentes nas mais diversas ordens e frentes, não somente, no Brasil, mas em todo o ocidente. Diante desse contexto, é necessário perceber que as mudanças no campo da política e do seu exercício tem sido o ambiente para as mais variadas manifestações, muitas delas oriundas da insatisfação popular com as práticas políticas, caso do Brasil e de outros países latino-americanos.

Baron (2016) trata o caso do Brasil a partir da perspectiva de que esses movimentos sociais, para além de aglutinar-se a partir de interesses coletivos, fazem-no a partir da elaboração e da legitimação de um discurso que alcance o apoio estatístico da opinião pública e denuncie a partir da prerrogativa moral aqueles que se opõem, o que por sua vez ilustra o elemento discursivo como pedra angular da estratégia de combate político e de recrutamento presente nesses grupos, de maneira que:

Diferentes movimentos, de histórias e influências distintas se articularam para disputar a opinião pública em torno do apoio à cassação da Presidenta da República, promovendo uma ampla campanha virtual e nas ruas. Constituindo como inimigos a militância de esquerda e petista que denunciava a utilização de meios ilegítimos para afastar a então Presidente, os movimentos promoveram agitações e fomentaram um sentimento de ojeriza e escárnio em relação a todos aqueles que não compactuavam com sua perspectiva de mundo. (BARON, 2016, p. 12).

Ao analisar a presença da ação de grupos de interesses ao longo da História do Brasil, Gohn (2000) estabelece uma recomposição dessa trajetória a partir do período colonial até o final século XX, sua ilustração mantém enfoque acerca da miríade movimentos que surgiram durante esse período e que apesar das pautas e interesses diversificados, possuem como elemento comum a perspectiva de reforma do Brasil, ora para atender as demandas internas à população brasileira e fomentar uma espécie de projeto nacional, ora para direcionar e/ou alinhar o Estado brasileiro no âmbito das tendências internacionais (Europa e EUA). Todavia, torna-se evidente que o contexto que envolve os movimentos sociais no Brasil – apesar de ser anacrônico tomar essa nomenclatura – sempre esteve na gênese da sociedade brasileira, isto é, sempre foi elemento constituinte das transformações pelas quais o Estado brasileiro passou até desenvolver no campo da democracia liberal a que estamos ancorados hoje.

Dessa forma, o estudo dos movimentos sociais, sobremaneira no século XXI, suscita um esforço teórico-metodológico à compreensão do fenômeno político brasileiro a partir das lógicas de relações entre o Estado e a sociedade civil, suas dinâmicas, as relações do campo da política partidária em e a política não institucional, que estão no decurso de transformações em face dessa (re) configuração do campo da política, cabe reforçar que:

Movimentos são um sinal; eles não são meramente o resultado de uma crise. Assinalam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, eles falam antes: anunciam o que está tomando forma mesmo antes de sua direção e conteúdo tornarem-se claros. Os movimentos contemporâneos são os profetas do presente. (MELUCCI, 1996, p. 01).

Tomando por base os movimentos sociais durante a década de 90 do século XX no Brasil, podemos perceber que os movimentos sociais que ocupavam certa vanguarda na década anterior, passaram por um período de arrefecimento, tanto em decorrência da

reestruturação das formas da democracia no ocidente, ocasionadas tanto pela crise econômica daquele período, como pelo avanço das políticas neoliberais no Brasil e na América Latina. Esse contexto, ocasionou uma redução da intervenção do Estado sob diversas áreas sensíveis à sociedade civil como um todo, sobremaneira para as camadas mais pobres e economicamente inativas, que apesar de invisibilizadas pelo recorte econômico, configuravam a maior parte da população brasileira, o que fez surgir – sem se reduzir à relação causa/efeito – no interior desse contexto uma outra forma de atuação social, que pode ser descrita através da perspectiva do Associativismo (*lato sensu*) e representados de maneira majoritária pelas ONGs (Organizações não governamentais sem fins lucrativos).

Dessa forma, esse período inaugura a formação do que conhecemos como terceiro setor, que está inserido nos estudos dos movimentos sociais pelo fato de engendrar mecanismos de acesso e disputa política (institucional e não institucional), o que me parece uma tentativa de fazer uso da ausência de fins lucrativos, para mascarar essa face dos interesses e dos jogos políticos que mobilizaram através do concurso de suas interações com agentes políticos (partidários e não partidários), essas contradições podem ser tomadas a partir do fato de que:

Por tudo isso o terceiro setor é um tipo “Frankstein”: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras; abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatório, estruturados segundo ações estratégico-rationais pautadas pela lógica do mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania. (GOHN, 2000, p. 22)

Aliás, essa perspectiva de resgate ou de garantia de uma suposta cidadania era um tema comum ao discurso político desse período, ele figura como elemento comum pelo fato de ser – dentre outras coisas – o elemento da negação do Estado e da necessidade de acesso a ele através do alcance dessa cidadania, que nesse caso, seria resultado da soma de esforços diante da educação e da formação cultural. Entretanto, o elemento empírico do emprego desse discurso esteve ligado durante esse período histórico ao avanço de projetos neoliberais, bem

como, da supervalorização do ideário meritocrata, sobremaneira nas alas mais conservadoras do governo e da sociedade civil.

Assim, Gonh (1997) aponta o panorama dos anos 90 a partir da dupla conjuntura residente na redemocratização pós-ditadura militar aliada ao limiar da nascente república brasileira inaugurada pela Constituição Federal de 1988 que marca o retorno da forma republicana de gestão da coisa pública, bem como, da instauração de um novo paradigma de atuação política através da filiação partidária, das associações e dos movimentos sindicais, todos bastantes desgastados pelo crescente avanço do neoliberalismo no Brasil e na América Latina, que além de instrumentalizar a redução do alcance do Estado em termos de políticas públicas, permitiu a entrada da iniciativa privada (*lato sensu*) no âmbito das concessões para prestar serviços públicos.

Dessa forma, esse contexto inaugurou uma nova forma de estruturação das relações políticas no Brasil, tanto é que podemos dizer que esse processo de inauguração compreende a transição de algo que é o presente tornando-se pretérito, para algo que eclode da conjuntura anterior, esse processo inerente à cultura política, tem sido percebido ao longo da história brasileira, mas é necessário compreender que aquilo a que chamo de cultura política requer:

[...] tratar do comportamento dos indivíduos nas ações coletivas, é tratar dos conhecimentos que os indivíduos têm a respeito de si próprios e de seu contexto, é tratar dos símbolos e da linguagem utilizados, bem como das principais correntes de pensamento existentes. Mas é muito complicado falar em cultura política isolada do contexto histórico e de outros conceitos de apoio. Isso porque cada época histórico engendra determinada cultura política, segundo os valores e crenças que são resgatados ou construídos, num universo dos temas e problemas com os quais homens e mulheres defrontam-se naquele momento histórico. (GOHN, 2000, p. 32)

Quando nos colocamos diante das dimensões da política e do seu estabelecimento enquanto cultura, é necessário ter evidência que os processos de hegemonia que envolvem a formulação de ethos político estão e são permeados por tensões distintas e ininterruptas, de maneira que:

[...] lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e a da identidade do grupo. (BOURDIEU, 1992, p. 113)

Mouffe (2015) destaca que sob a perspectiva das democracias liberais, o campo da política é demarcado pelo antagonismo nós/eles, de maneira que a identificação com o “nós” perpassa pela aglutinação de identidades coletivas, que compartilham um mesmo escopo de projeto moral, ético e cultural, que necessariamente não pode coexistir diante de qualquer proposta antagônica, isto é, diante de qualquer diferença aparente. Talvez, seja isso que nos leve a pensar que o consenso político é uma ilusão, já que o contraditório pode exercer a função de dinâmica contínua do campo da política.

[...] a distinção nós/eles, que é a condição da possibilidade de formação de identidades políticas, sempre pode se tornar um espaço de antagonismo. Uma vez que todas as formas de identidade política envolvem uma distinção nós/eles, isso significa que nunca podemos eliminar a possibilidade do surgimento de antagonismos, Portanto, é uma ilusão acreditar no advento de uma sociedade da qual o antagonismo tivesse sido erradicado. (MOUFFE, 2015, p. 15)

Gohn (2011), observa que os movimentos sociais vão se transformando ao longo da história à medida que as demandas sociais vão passando também por transformações. Se durante o século XX o caso brasileiro apresentou movimentos atuando em prol de causas sensíveis em relação às demandas de grupos específicos sociedade civil (operários, professores, sem teto, sem-terra, trabalhadores livres – o que hoje se chama de profissionais liberais, dentre outros) –, o século XXI inaugurou novas formas de sua operação, bem como, estabeleceu outras pautas, agora voltadas às demandas de grupos identitários (negros e negras, mulheres, grupos não heteronormativos, dentre outros) a partir de uma espécie de associativismo, que transcende as áreas limítrofes entre sua condição de movimento social fazendo-os assemelhar-se aos partidos políticos em dados momentos, fazendo-se atuar enquanto instituições suprapartidárias em outros.

Aliás, o aspecto do suprapartidário atribui mais um pormenor a ser analisado, é complexo propô-lo ao exame, quando pensamos em como os agentes dos movimentos sociais atuam ao concurso de cargos eletivos – como para alguns dos formandos do RenovaBR – do Estado, afirmam-se nessa condição e valem-se dos partidos para desenvolver e executar seus projetos e programas de poder, idem para quando pensamos na estrutura organizacional destes movimentos, que apresentam similitudes com a dos partidos no caso brasileiro. Há nesse processo uma contradição intrínseca aos movimentos sociais, sobremaneira em decorrência das transformações suscitadas pelo associativismo brasileiro durante a década de 90, que fez eclodir o terceiro setor e toda a sua conjuntura ser um elemento mediador do processo de inserção no campo da política institucional.

1.2. O ponto de tensão entre as manifestações de 2013 a 2015.

Precisar com exatidão todas as nuances que dizem respeito ao momento histórico, que deu origem aos mais diversos movimentos sociais de atuação política na conjuntura das manifestações de 2013 a 2015 não é uma tarefa das mais fáceis, tanto pela complexidade residente nas dinâmicas próprias a cada um dos movimentos, como pelos diversos contextos e posicionamentos ideológicos defendidos por cada um deles. Todavia, o ponto de partida para dar início a essa empreitada situa-se na compreensão do discurso da insatisfação com a política representativa, bem como, com as formas de operação dos partidos e dos representantes eleitos.

A segunda década do século XXI vem sendo o ambiente de muitas transformações culturais, sociais e políticas, o que diz respeito a mudanças presentes nas mais diversas ordens e frentes, não somente, no Brasil, mas em todo o ocidente. Diante desse contexto, é necessário perceber que as mudanças no campo da política e do seu exercício tem sido o ambiente para as mais variadas manifestações, muitas delas oriundas da insatisfação popular com as práticas políticas, caso do Brasil e de outros países latino-americanos.

Nessa perspectiva, podemos situar os movimentos sociais como os principais portadores e críticos dessa insatisfação, o que historicamente não tem caráter algum de novidade, já que nas décadas de 50 a 90 do século XX, eles foram responsáveis por dar voz às insatisfações de diversos setores sociais no Brasil, na América Latina e no Ocidente. Entretanto, no século XXI esse processo de tomada de ação dos movimentos sociais atua sob novas formas de ação e diálogo, posto que nesse novo contexto, as classes (apesar de demarcadas) não são o elemento em evidência, bem como as dinâmicas suscitadas pelos ciberespaço e pelas redes sociais digitais possibilitaram uma atuação que ampliou o alcance da pluralidade de classes modificando as formas pelas quais as convergências de interesses ocorriam.

Para empreender qualquer esforço à compreensão do contexto em que ocorreram essas manifestações:

Devemos recuperar o antes e o depois do ato de se manifestar. As manifestações expressam o momento “multidão” dos movimentos, que pode sugerir erroneamente um sentido de unidade, a qual pode ser uma unidade no ato de manifesto, ou de protesto, ou de direito a voz pública, mas não necessariamente uma unidade na política ou na utopia para a transformação. (SCHERER-WARREN, 2014, p. 17)

Nesse sentido, a ideia de que as manifestações de 2013 a 2015 compuseram um legítimo e uníssono chamamento e/ou clamor social em nome da agenda anticorrupção e da moralização da política esvazia-se de sentido, já que naquele momento houve apenas uma interação de larga escala entre grupos de movimentos sociais distintos, que compartilhavam de lugar-comum em suas pautas, o que não exime a existência de suas divergências ideológicas e identitárias. Dito isso, essa tentativa de tomar aquele acontecimento sob o viés da unidade enquanto elemento de uma democracia liberal, compreende em si a tentativa de estabelecer uma perspectiva baseada no consenso político.

Para Oliveira (2021), a pauta anticorrupção defendida pelo RenovaBR perpassa pelo fenômeno dos movimentos de renovação da política brasileira, tanto pelo fato de posicionar-se de forma convergente às propostas de moralização do sistema político, bem como, por

propor uma reestruturação do sistema político a partir de ações de acompanhamento e fiscalização, que possibilitem uma maior participação da sociedade civil, o que configura um movimento de rearranjo do sistema político nacional a partir de uma maior inserção de práticas horizontais em detrimento da lógica de operação vertical existente no modelo de governança atual.

Outrossim, a adesão a esta pauta não é um caso especificamente brasileiro, posto que, o final dos anos 90 no século XX e a primeira década do século XXI tem-nos dado exemplos acerca do emprego da pauta anticorrupção como forma de inserção política, como os casos do leste europeu (Espanha e Itália), em que essa pauta foi suscitada como elemento aglutinador da renovação política, mobilizando a ação de grupos outrora “dispersos” em prol de uma inserção política baseada na reforma do sistema político.

Scherer-Warren (2014), destaca que os elementos do no campo político nas manifestações de 2013, podem ser compreendidos enquanto um processo emergência da democracia brasileira, dado que sua ocorrência e o concurso de suas agendas – mesmo que antagônicas – tem em comum a insatisfação com os moldes democráticos de que dispomos no Brasil, bem como, propõem formas de superação à condição democrática partidária e parlamentar no Brasil, tanto como tentativa de estabelecer novas perspectivas de associativismo em relação ao controle e ao gerenciamento da coisa pública, não somente pelas vias do Estado, mas também por outras vias, que não estejam sujeitas à burocracia estatal.

Cabe dizer que essa empreitada mantém em suspensão o problema da intersecção entre as forças públicas e as de caráter civil, posto que, estas últimas incorrem na possibilidade de atuar em causa própria, o que não significa dizer que o espaço da esfera do poder público não seja instrumento de poder de interesses pessoais, mas justamente por ser público, seus agentes não podem manter-se ocultos sob nenhuma prerrogativa.

Decerto, esse processo advém de uma espécie de dinâmica transnacional, que engloba as dinâmicas das relações político-econômicas entre os países ocidentais e se desdobra nas formas como estas incidem nas trajetórias e nos desenvolvimentos socio-históricos uns dos

outros, mas sempre a partir da relação de localização geopolítica (centro e periferia). No caso brasileiro, esse processo está na fundação do que ocorreu nas manifestações de 2013 e 2015, posto que, resultam de um fato não isolado, mas com características comuns a outros fenômenos de ativismo social ocorridos dentro desse contexto relacional entre centro e periferias capitalistas.

Mouffe (2015) alerta para o fato de que essa ação se dá pela característica intrínseca à democracia liberal, de suplantarem os processos de sublevação das forças políticas (naturais à democracia) em prol de um ideal universalizante, que seja tanto capaz de instaurar uma nova hegemonia baseada na supressão do antagonismo, como de suscitar um ideário político em que os afetos sejam extirpados das relações de poder no campo da política, o que sob nenhuma hipótese ocorreu naquele momento, dadas as condições do pluralismo político existente naquele fenômeno e dos seus desdobramentos em face das pautas diversas (em maior ou menor grau de convergência) dos coletivos e das suas interações de identificação entre si e diante dos movimentos pelos quais atuavam.

Assim, demarco o contexto das manifestações de 2013 e 2015 como ponto referencial a crise de representação no campo da política, dado que naquele momento manifestações oriundas de movimentos ideologicamente diversos, formavam um contexto que serviu de base para que houvesse uma espécie de regresso aos discursos nacionalistas e ultranacionalistas – com as devidas ressalvas –, posto que mesmo havendo certa pluralidade dos movimentos em ação, dada a presença de movimentos à esquerda, à direita e no centro do espectro do posicionamento político brasileiro, havia sobremaneira uma parcela significativa de movimentos e agentes atuando a partir de um discurso de moralização da política e do combate à corrupção, através de aforismos clássicos do patriotismo conservador, a saber:

O campo patriota, gigante ao final do ciclo, lá estava desde o início. Seus cartazes repudiavam partidos (“O povo unido não precisa de partido!”), direitos de minorias (“Minoria não pode calar maioria”), impostos e corrupção (“Menos tributação, menos corrupção, menos imposto, mais retorno!”), clamavam por segurança pública (“Chega de impunidade! Chega de bandidos”) e mesmo por ditadura (“Intervenção militar já!”), validos do nacionalismo (“Bandeira, aqui, só do Brasil!”). A insistência no simbolismo nacionalista, no combate à corrupção administrativa e de costumes e no

antipetismo, firmaram o campo político patriota. Este iceberg apareceu naquele junho. Foi festejado como primavera, mas era o começo do inverno. (ALONSO, 2019, p. 98)

Se formos tentar compreender a problemática da crise da representação política, podemos retomar Hall (2006), a fim de observar que esse contexto é advém da transição da ideia de identidade de que dispomos ao longo da nossa trajetória enquanto Estado, enquanto resultante de um processo de colonização, posto que, nossa formação identitária alterou-se à medida que a vida social foi também alterada, a saber, são 03 perspectivas de identidades baseadas nas noções históricas de sujeito:

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que [...] se desenvolvia [...] ao longo da existência do indivíduo. A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. (HALL, 2006, p. 10-12)

Para além desse aspecto, é perceptível que os movimentos sociais desse contexto, possuem diferenças estruturais severas em relações aos seus antecessores históricos no Brasil, posto que suas formas de atuação e suas estruturas internas baseiam-se na negação da historicidade de suas práticas, isto é, são exclusivamente baseadas no presente, bem como, a organização de sua existência institucional (*lato sensu*) não possui elementos rígidos e bem definidos, sendo possível o deslocamento dos seus membros à medida que for conveniente aos interesses do coletivo ou do agente. No tocante à forma – pois o conteúdo está repleto de similitudes – o itinerário de funcionamento desses movimentos sociais não está ancorado no processo histórico que lhes precedem, ao contrário calca-se na elevação extrema do presente como forma de máxima de ação diante da realidade, melhor dizendo:

Os novos movimentos sociais buscavam se firmar pela identidade que construíam. As manifestações atuais não querem ser nominadas de movimentos, usualmente autodenominam-se como pertencentes a coletivos. Não têm liderança, mas todos são líderes. Autoproduzem imagens com discursos sem referência a tempos do passado, como se não tivessem outras memórias incorporadas além de si próprios. Desde logo registre-se encontrar eixos identitários ou unidade nos coletivos das manifestações é impossível pois são blocos diferenciados internamente. São fragmentados. A referência é o presente. A permanência é circunstancial. GOHN, 2016, p. 134)

Se tomarmos o surgimento do RenovaBR acerca do contexto das manifestações de 2013, compete definir que estas formam o embrião, para que fosse possível inspirar outros grupos a atuar de forma semelhante, posto que, aquele fenômeno além de possibilitar não uma reestruturação das formas de operação do associativismo, mas um acréscimo em suas formas de operação, o que pode ser visto em Gohn (2016), quando da análise em relação às manifestações de 2015, momento em que havia um cenário de acentuada polarização entre os movimentos pró-governo (PT) e os movimentos de oposição ao governo.

Nesse momento, as agendas dos movimentos de oposição ao governo compartilhavam a flâmula da operação Lava-jato enquanto o engenho que daria fim à corrupção política, bem como, da transfiguração do então Juíz Sérgio Moro como um paladino da moral e da justiça, além é claro, não do ressurgimento, mas da elevação do discurso moralizante na política, um discurso cada vez mais abertamente explícito aos setores conservadores da política institucional e da sociedade civil, cada vez mais direcionado à negação da política e a adoção da ideia de falência do presidencialismo e da política representativa. É esse contexto que inaugura o gérmen do RenovaBR.

Talvez dessa característica decorra o fato de o RenovaBR traçar seu programa de atuação a partir do estabelecimento de lideranças regionais, a fim não somente de fomentar/inaugurar uma imagem que seja capaz de capitalizar a representação da renovação da política brasileira, como também, de valer-se dela para consolidar a imagem do próprio RenovaBR num processo de retroalimentação. Todavia, essa ação converge com Bourdieu (2002) à medida que esses agentes compreendem a elite estabelecida dentro do campo de disputa do capital cultural que forma a cultura política, bem como, converge com Elias (1993)

ao concretizar as bases para a disputa do monopólio do poder do Estado à medida que se configuram como a representação de um projeto de civilidade possível.

Entretanto, esse cenário não é um cenário isoladamente desprovido de projetos ideológicos, ao contrário, há uma variada amplitude de matizes e nuances entre, o que pode ser visto pelo fato de muitos mesclares elementos de várias propostas ideológicas que transitam entre os desdobramentos do marxismo e do liberalismo. Essa miscelânea talvez resida em decorrência da brevidade desses grupos, bem como, na efemeridade de suas ações enquanto coletivos nas manifestações de rua, mas temos de convir que:

Quanto aos fundamentos ideológicos que tem alimentado as ações coletivas dos principais atores que tem participado das recentes manifestações de ruas no Brasil, a caracterização que apresentamos acima demonstra-nos que elas têm inúmeras matrizes, que vão do socialismo utópico do século XIX, às modernas interpretações sobre o poder da sociedade em rede, passando também por concepções do liberalismo e do marxismo. Não há uma orientação hegemônica, o que há são grupos ou coletivos ativistas nas redes sociais, organizando e divulgando pautas de demandas onde pelo menos um foco é comum: a luta pela ética na política, contra a corrupção. Implícita nas demandas e formas de encaminhamento dos protestos encontra-se um grande questionamento da forma de operar a democracia brasileira na atualidade e a busca de novos caminhos.(GOHN, 2016, p. 143-144)

Tão logo, ao apontar a análise dos movimentos políticos através de seu espectro ideológico, Caiani (2017) demonstra que nominá-los a partir da dicotomia da lateralidade é pouco efetivo, pois a ausência de um consenso gramatical canônico entre os pesquisadores da área, inviabiliza essa ação, pois os elementos que caracterizam a “esquerda” e “direita” não são muito precisos universalmente. Nesse sentido, mesmo que suas proposições acerca da relação estado-economia-mercado estejam bem definidas e distintas entre si, não se configuram como elementos suficientes para categorizar esse ou aquele movimento como de “esquerda” ou “direita”, mas sim as formas pelas quais as ideias de nação e dos valores morais e éticos estão situados, é que são ligeiramente capazes de categorizá-los à “esquerda” ou à “direita”.

O que deixa claro, que o crescimento ou a diminuição de uma tendência política – em termos ideológicos –, relaciona-se diretamente com as maneiras pelas quais os atores da

política compreendem-na e a exercitam, seja no ciberespaço ou não. Sendo que, as concepções de nação e Estado, mesmo que pulverizadas, acabam aglutinando-se aos anseios morais e éticos desses sujeitos e culminam como manifestação política, que nesse caso, quanto mais ligadas ao nacionalismo e aos valores tradicionais, maior o alinhamento com a direita e com a extrema-direita.

Ao propor essa perspectiva de recorte e retomar o processo eleitoral desse mesmo período, levando em consideração os desdobramentos que dele resultaram, isto é, desde a reeleição de Dilma Rousseff em 2014 até o seu impedimento em 2016, seria possível destacar uma infinidade de fenômenos de natureza política. Por sua vez, esse processo, suscitou um amplo debate acerca do posicionamento político brasileiro, bem como, trouxe à tona discussões de muitas ordens acerca da participação e do entendimento dos brasileiros sobre a democracia e a república.

Em face a esse panorama, o discurso dicotômico da polarização política entre direita e esquerda, assumiu a tônica das discussões em muitas frentes, mas sem levar em consideração que no caso brasileiro, estas posições laterais nunca foram fixas e nem delimitadas, ao contrário, comportaram-se sempre a partir de uma dinâmica que envolve desde as acepções político-ideológicas entre os partidos brasileiros, como para seus representantes enquanto figuras públicas responsáveis direta e indiretamente pela produção de sentidos acerca da feitura da política brasileira.

Diante do contexto de crise da democracia representativa no Brasil, devemos levar em consideração que este não é um caso exclusivo, ao contrário, tem ocorrido na América Latina, talvez em decorrência do seu desgaste em face das formas de operação terem sido importadas e não atendem aos contextos das culturas políticas locais – dada a conjuntura de nossa colonização –, ou mesmo pelo seu pouco alcance de resolutividade em face das demandas da sociedade civil, sobretudo daquelas oriundas das camadas com menor poder de mobilização financeira. Dito isto, o caso brasileiro compreende um cenário de luta, de uma luta que desvela em várias frentes de formas distintas e particulares, ao passo que:

É um combate contra a forma como operam e funcionam os partidos e o sistema partidário existente; mas dirige-se também muitas vezes contra a própria forma partido. Nesse sentido mais profundo, conecta-se com tantos outros movimentos pelo mundo que partilham o objetivo de aprofundar a democracia no sentido de construir novas instituições, formais e sociais, de representação, participação e deliberação políticas. Democracia como forma de vida não tem país ou fronteira política. (NOBRE, 2013, p. 133)

Nesse sentido, os movimentos sociais mostraram-se como uma alternativa à lógica partidária de fazer política, atuando em contraposição às formas institucionais empregadas pelos partidos políticos e propondo novas formas de diálogo e de representação, baseadas em grande parte nos ideais liberais. Essa conjuntura suscitou a possibilidade de repensar as ações políticas a partir da atuação via movimentos sociais, que nesse contexto do século XXI, dispõem de formas mais rápidas e eficazes de angariar recursos (de natureza diversa) e de propagar discursos para o público, decerto que:

Quando dizemos que alguém ou alguma coisa é “política”, assinalamos de início esta desilusão fundamental, como se não pudéssemos avançar de maneira retilínea, razoável, rápida, eficaz, mas como se fôssemos obrigados a “levar em conta” “todo um conjunto” de “fatores extra-rationais”, dos quais não compreendemos claramente nem as bases nem os fins, mas que constituem uma massa obscura, mole, pesada, redonda, que cola nos pés dos mais bem-intencionados e que aparenta, segundo dizem, retê-los. A expressão “isto é político” significa inicialmente “isto não avança direito”, “isto não avança rápido”; ela subentende sempre que “se não tivéssemos este fardo, alcançaríamos nosso fim mais diretamente”. (LATOUR, 2004, p. 14).

Todavia, cumpre destacar que essa perspectiva de superar a ineficiência do sistema democrático brasileiro, através das propostas que se tornaram não hegemônicas, mas em uníssono para uma boa parcela – a de alinhamento à direita – dos movimentos sociais e de suas lideranças, não compreende uma ação unilateral sob o ponto de vista do bem-estar da democracia, essa proposta tem por predicação, o ideário neoliberal e suas vicissitudes à medida que propõe o acesso ao poder do Estado via Sociedade Civil, pois a toma pela perspectiva da individualidade, da representação e defesa de interesses coletivos seletos aos grupos a quem seus mandatários representam, de maneira que:

Devemos considerar que a heterogeneidade dos movimentos comporta várias, expressões da vontade política, cada qual contendo em seu bojo

projetos políticos. Sabemos que a democracia representativa, eleita pelo sufrágio universal, na prática não é a representante dos interesses gerais, como afirmam os discursos. A figura de um governo significa vitória de uma dada ala das forças políticas. Embora esta ala tenha de procurar compor-se com as várias facções existentes, certamente tentará apoiar-se na facção que lhe deu apoio eleitoral. E, portanto, nem todos os movimentos populares têm o mesmo “caminho aberto” para se expressar diante de um governo só por que estes se elegeram pelo sufrágio popular. Há interlocutores privilegiados. Há, ainda, “contramovimentos oficiais”, isto é, movimentos criados por estímulo das políticas públicas, objetivando dar-lhes suporte político. Estes contramovimentos se apresentam na arena política como representantes de forças sociopolíticas que, usualmente, não estão preocupadas com a mudança e a transformação da sociedade. Mas fazem parte do jogo na arena democrática. Esse jogo de poder tem levado, na América Latina, ao surgimento de lideranças e se constitui numa verdadeira escola de aprendizado político. (GOHN, 1997, p. 239)

Esse aspecto permite-nos observar que esse campo de disputas, apesar de possuir uma elevada pluralidade ideológica, bem como, de formas de operação e de interesses em paralelo, suscitou uma nova conjuntura diante da democracia como a conhecemos, diante da democracia liberal ou da liberalidade democrática para a qual estamos atrelados e para a qual o Estado nos regula. Emergiu desse processo uma nova forma de concorrer ao Estado e de regular sua atuação de maneira exterior a sua lógica, isto é, instaurou-se um projeto – não novo – de institucionalização da sociedade civil a fim de regular a ação política institucional via Estado, tanto pela perspectiva orgânica configurada na criação de órgãos e instituições reguladoras, como pela propositura de pensar uma cultura e uma práxis política, que transcendam a efemeridade do exercício do voto, mas ao contrário, sejam cada vez mais contínuas e viabilizem um contexto de fiscalização e vigilância externos ao controle burocrático estatal, de certo que:

Para funcionar, a democracia exige que haja um choque entre posições políticas democráticas legítimas. [...] Esse confronto deve oferecer formas coletivas de identificação suficientemente fortes para mobilizar as paixões políticas. Na ausência dessa configuração adversarial, as paixões não dispõem de uma válvula de escape democrática [...] Corre-se o risco, portanto, de que o confronto democrático seja substituído pelo confronto entre formas essencialistas de identificação ou entre valores morais não negociáveis. Quando as fronteiras políticas se tornam indefinidas, começa a insatisfação com os partidos políticos; assistimos, então, à proliferação de outros tipos de identidade coletiva, que giram em torno de formas de identificação nacionalistas, religiosas ou étnicas. (MOUFFE, 2015, p. 29)

Alonso (2019) destaca que a formação de um campo patriota, de um campo em que houve a retomada dos ideais conservadores, da reivindicação dessas práticas atreladas ao nacionalismo extremo e ao antiglobalismo, deu-se pelas vias dos afetos de uma certa parcela da população nacional, representada por uma elite que em decorrência das políticas afirmativas instituídas durante os governos do PT, foi capaz de oportunizar às camadas mais pobres da população brasileira o acesso não somente à educação e de maneira adjacente a uma maior participação no acesso à renda e aos bens de consumo, mas de a partir dessas ações tornar visíveis e com pulção, estas pessoas que antes eram subalternas e invisibilizadas.

Esse processo de emersão das classes economicamente favorecidas, bem como, sua ocupação em espaços outrora ocupados pela elite média, gerou uma conjuntura de antagonismo que permeada pelo resgate dos ideais patrióticos referidos. Porém, esse processo não se restringe a isso apenas, esse discurso – a bem verdade – ganhou outros contornos e foi capitalizado pelo movimento em curso compreendido pela eleição do presidente Jair Bolsonaro, bem como, do projeto de poder que ele representa, àquele em que as pessoas outrora invisibilizadas tornar-se-ão novamente invisíveis.

Assim, pensando ainda em como Caiani (2017) propõe o recorte sobre o fenômeno político, percebe-se que os atores da política, estão sempre em contato com essa transição entre o local e global quando se trata do fenômeno político, já que o seu exercício, apesar de ser variável, ocorre a partir de premissas similares na conjuntura global, especialmente nos estados ocidentais.

De certa maneira, isto nos remete parcialmente a Elias; Scotson (2000), não numa mesma relação entre estabelecidos e *outsiders*⁸, mas numa perspectiva em que se perceba de forma semelhante que, a aglutinação dos atores sociais ocorre pela convergência dos interesses individuais. Tão logo, a partir da consolidação de um grupo tornam-se coletivos, promovendo uma dialética que reforça a inserção e a atuação no grupo (extrema direita) à medida que possibilita aos seus membros a formação de frentes que estejam em oposição àquilo que consideram não compatível com seus interesses.

8 Terminologia equivale a estrangeiro ou forasteiro.

Assim, para Caiani (2017) esses atores dialogam com um mesmo itinerário, aglutinando-se a partir de similitudes compartilhadas acerca das perspectivas de economia, etnia e religião, aspectos que não somente os ordenam, mas que os fazem mobilizar-se e formar frentes de atuação que se oponham àqueles que não compartilham das mesmas perspectivas e recortes ideológicos.

O que pode ser percebido pelo *modus operandi* de vários grupos de extrema direita também se organizaram no Brasil, tais como o CANSEI, MBL, MVR, ROL, MEB, surgiram entre o fim da primeira década e o início da segunda década do século XXI, todos a partir de interações advindas do uso da internet, inicialmente através de sites e posteriormente através das redes sociais digitais, com destaque para o *Facebook* e o *Whatsapp* enquanto plataformas de maior atuação desses grupos.

Nesse sentido, Gohn (2000) aponta que esses movimentos sociais possuem em sua gênese o aspecto histórico de atuar em prol de pautas diversas, mas que compreendem uma espécie de clamor legitimado por aqueles a quem eles representam. Todavia, a uma diferença em relação a esse processo no aspecto geracional entre os séculos XX e XXI, ela está situada no aspecto das formas de ingresso e participação nos movimentos, que nesse caso diferem pela atuação no campo das redes sociais digitais e da não necessidade de pertencimento a uma classe trabalhadora ou ao movimento estudantil.

Ao estabelecer um recorte sobre o campo do político, do exercício da política, do locus em que ela ocorre e a que regras está sujeita, deve-se ter em evidência que:

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações. (BOURDIEU, 1992, p. 162-161)

Nesse sentido, a busca pela consolidação de um conjunto de elementos identitários, que possa, não somente conferir o status de unidade ao coletivo, mas também de ser o elemento de distinção deste em relação aos demais grupos, isto é, aquilo que caracteriza a sua diferença diante dos demais movimentos sociais, que concorrem num mesmo espaço de disputa de poder, dessa forma:

[...] as identidades são o resultado de processos de identificação e que elas nunca podem ser inteiramente determinadas. Nunca somos confrontados com oposições “nós/eles” que expressem identidades essencialistas preexistentes ao processo de identificação. [...] o “eles” representa a condição de possibilidade do “nós”, sua “exterioridade constitutiva”, isso quer dizer que a constituição de um “nós” específico depende sempre do tipo de “eles” do qual o “nós” se diferencia. (MOUFFE, 2015, p. 17)

Outrossim, Caiani (2017) propõe que os atores da política, estão sempre em contato com essa transição entre o local e global quando se trata do fenômeno político, já que o seu exercício, apesar de ser variável, ocorre a partir de premissas similares na conjuntura global, especialmente nos estados ocidentais. Esse contexto reforça o fato de que na conjuntura global, esses atores dialogam com um mesmo itinerário, aglutinando-se a partir de similitudes compartilhadas acerca das perspectivas de economia, etnia e religião, aspectos que não somente os ordenam, mas que os fazem mobilizar-se e formar frentes de atuação que se oponham àqueles que não compartilham das mesmas perspectivas e recortes ideológicos.

Tão logo, o período pós-eleitoral de 2014 fortaleceu esse contexto de descrença na política e em tudo que dela emana, tanto para não tomá-la como objeto direto de discussão, como para negá-la e tornar inviável a compreensão da sociedade a partir de sua feita. Todavia, essa dupla negação nos faz questionar a natureza de sua origem, bem como da origem dos movimentos sociais desse período, que se tinham essa negação como discurso, sobremaneira, sem compreender que a sua própria atuação enquanto movimentos sociais implicava num exercício político, não nos moldes da estrutura partidária, mas no mesmo cenário e conforme a mesma normativa jurídica em que essa era desenvolvida.

Assim, McAdam e Tarrow (2011) preocuparam-se em evidenciar que as eleições e os movimentos sociais possuem uma ligação constitutiva entre si, de maneira que ambas

percorrem em itinerários paralelos e são afetadas pelas dinâmicas que suscitam uma a outra. Por sua vez, o ponto de tensão de 2014 reside na mudança paradigmática do alcance dos movimentos sociais brasileiros do século XXI em relação ao exercício político e ao seu estranhamento, que para além de suscitar outras dinâmicas de natureza política, inauguraram talvez, o ponto nodal de transição entre a prática política posterior à sua ocorrência e toda prática política anterior, nesse curto caminho percorrido pela democracia brasileira.

Dessa forma, não há como conceber a política sobre a perspectiva do Estado como tutelador de sua feitura, sem conceber nesse mesmo contexto as relações que este possui com os movimentos sociais. Por conseguinte,

Os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas. Como parte desses esforços, muitas vezes se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos. Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado. (ABERS; BÜLLOW, 2011, p. 65).

Tão logo, o cenário pós-eleitoral de 2014 representou a mudança de contexto em relação ao desenvolvimento da política, bem como das relações contidas entre os movimentos sociais e o Estado, posto que, passou a demandar deste uma nova percepção diante das formas pelas quais o discurso e o jogo político são produzidos. Todavia, essa dinâmica tenha causado talvez, a descentralização do Estado, enquanto tutelador da política nos termos jurídicos, para abrir espaço aos movimentos sociais como reguladores desse processo à medida que promovem as interações que se entrecruzam os interesses públicos e privados.

1.3. Gênese do RenovaBR: associação, movimento social ou escola?

À maneira de iniciar este diálogo vamos indagar e refletir sobre a natureza do RenovaBR, vamos fazer esse exercício para tentar compreender em que medida ele está inserido no âmbito da sociedade civil e a partir de quais caminhos pretende-se enquanto uma

alternativa à política brasileira. Num primeiro olhar podemos dizer que ele está no campo das associações e/ou instituições sociais, já que possui uma estrutura organizacional e um registro civil? Em seguida podemos vê-lo a partir do prisma dos movimentos sociais, visto que, sua forma de atuação possui elevada similaridade com estes, mas não de forma suficientemente efetiva para o dizer em definitivo? Por fim, podemos vê-lo sob a perspectiva de uma instituição educacional – de uma escola –, dada a sua forma de operação a partir da oferta de cursos voltados ao exercício da atividade política institucional?

Todas essas indagações são pertinentes, posto que todas fazem parte do espectro conceitual em que o RenovaBR está inserido, porém, é necessário evidenciar que essa compreensão surgirá da contraposição entre as ações dos seus agentes e as interações destas com a literatura científica existente sobre os movimentos sociais, a democracia e a política brasileiras. Nesse sentido, cumpre que recuperemos as falas dos membros do RenovaBR acerca de si mesmos, tanto para compreender sua gramática, como para situá-la à luz da antropologia da política, de maneira que:

“O Renova é uma escola⁹ De formação política|| Em cima disso que surgiu o primeiro conceito|| Qualificar pessoas pra trabalhar em prol da população|| Quatro mil pessoas que passaram por esse processo, cem foram selecionados|| Pessoas constituídas, líderes, que são referência hoje nas suas funções|| Pessoas que poderiam tá dando aula aqui também|| A gente buscou várias referências de vivência prática|| Profissionais de marketing político que compreendam que esse mundo mudou|| A gente tem desde de teoria geral do Estado, direito constitucional|| Me capacitar pra me tornar uma liderança política|| Não é um programa focado em partidos, em movimentos ou ideologias|| O Renova é esquerda, é direita, é centro|| Consolidar um país que tenha desenvolvimento|| Algo novo, algo que não foi feito ainda na política, mas é algo que o povo merece, que o povo quer|| Gerar ferramentas pra que a nossa democracia seja muito robusta. Isso é o Renova. (Falas presentes no vídeo *Conheça o RenovaBR! Pessoas preparadas para mudar a política Brasileira* no intervalo de 00:00:01 – 00:00:57, publicado em 13 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FBOnfvEy-YE>.)

Ao analisar essas falas é necessário alertar, que elas compreendem uma miscelânea de depoimentos dispostos em um vídeo publicitário. Assim, destaco que apesar de saber que elas são fruto de uma elaboração discursiva não espontânea, posto que, sua feitura é uma

9 || – indica mudança do emissor da fala.

propaganda e como tal, foi feita a partir de uma proposta estética em que os contextos audiovisual e linguístico são elaborados com vistas a imprimir ao expectador uma ideia central de credibilidade e de distanciamento, que dizem respeito a coisa política secular e obsoleta. Entretanto, essa preocupação evidencia o interesse de ingressar nesse campo, que é o campo do poder político, bem como, de tentar outorgar para si uma espécie de legitimidade situada ora na negação da filiação partidária – como tentativa de distanciar-se da alusão à política institucional –, ora no reminiscente apelo semântico em relação à escola – enquanto um local ainda sacralizado de construção do saber –.

Gestado durante o contexto socio-histórico compreendido entre as manifestações de 2013 a 2015 e que teve como característica principal, o surgimento de movimentos sociais de natureza plural quanto às pautas em prol de combate à corrupção e de reforma da classe política, o RenovaBR se lançou a partir do projeto de reestruturação da política brasileira pelas vias da formação educacional voltada a essa finalidade. Sua criação data de 2018, mas as bases para que fosse criado foram estabelecidas alguns anos antes, talvez por uma tentativa de capitanear um projeto de formação política em decorrência da efervescente atuação de agentes oriundos de movimentos sociais neste campo, o que de certa forma criou uma demanda em relação a uma proposta de formação no campo da política, que fosse técnica (quando dos trâmites legais do funcionamento da coisa pública brasileira) e ao mesmo tempo suprapartidária (quando da necessidade de atuar sob uma lógica distinta das formas tradicionais de ingresso através dos partidos).

O RenovaBR foi fundado por Eduardo Silveira Mufarej em 11 de Setembro de 2018 na cidade de São Paulo-SP situado na Rua Pamplona, nº 1005, 3º andar, Jardim Paulista, CEP 01405-000 e registrado no 6º Oficial de Registros de Títulos e Documentos Civil de Pessoa Jurídica da Capital. Tomando por análise o marco regulatório de sua criação, ou seja, seu estatuto de fundação diz que:

Artigo 1º. A Associação RenovaBR, doravante denominada simplesmente “Associação”, é uma associação, de âmbito nacional, sem fins econômicos ou lucrativos, de natureza de direito privado, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pamplona, nº 1005, 3º andar, Jardim Paulista, CEP 01405-000, regida por este Estatuto Social e pelas demais

disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas alterações posteriores, sendo sua duração por tempo indeterminado.

Parágrafo Único. Para o cumprimento de suas finalidades, a Associação poderá se organizar em tantas unidades quantas forem necessárias, podendo abrir e/ou encerrar filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Disponível em: <https://media.renovabr.org/uploads/2020/07/RenovaBR-Estatuto-Social-Setembro-2018-2-1.pdf>

Nesse sentido, o RenovaBR surgiu basicamente do interesse em formar novas lideranças políticas, para ocupar os cargos do legislativo brasileiro, de maneira que:

Amanda Klein: “Por que um movimento e não um partido? Por exemplo, você citou o... o exemplo do Novo do João Amoêdo, que até vai lançá-lo como candidato, já foi lançado como pré-candidato. Por que a escolha por um movimento, que aliás é o que tem mais surgido, agora a gente acompanha tem o RenovaBR, tem o Agora, tem uma série de movimentos políticos sendo criados.”.

Eduardo Mufarej: “Olha! Eu nem qualifico o Renova como um movimento, porque o Renova ele é apartidário né... ele não tem uma... uma orientação. Nós não temos a... a pretensão enquanto é... enquanto participantes desse processo de pautar, de pautarmos os bolsistas do Renova, se eles eventualmente decidirem ser candidatos, é... a gente acha que isso cabe aos partidos e cabe aos movimentos. É... o nosso... a... a nossa iniciativa é um projeto, é um projeto de viabilização é... de acesso, de ampliação de possibilidades pras pessoas que gostariam de participar da política, pra isso a gente tá muito ancorado num processo seletivo muito forte, pra tentar enfim, selecionar as melhores pessoas e garantir que essas melhores pessoas tenham o amparo e... a essa rede de sustentação pra que, caso elas desejem ser candidatas, o que também não é uma obrigação, pra que caso elas desejem, elas possam é... seguir por esse caminho e sentir que tem uma rede de sustentação e de apoio.”. (Falas presentes no vídeo *Eduardo Mufarej, Co-fundador do RenovaBR em entrevista à Rede TV* no intervalo de 00:16:56 – 00:18:12, publicado em 09 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bwq5Q3v7pO0>.)

A partir do momento em que o RenovaBR propõe-se como uma escola de formação política, em outras palavras, isto quer dizer um espaço de formação política baseada num currículo, bem como, provido de interesses pessoais e coletivos. Por esse motivo, classificá-lo enquanto um movimento social pareceu-me algo prematuro, já que sua ordenação cívica não se enquadra nessa categoria, aliás os fundadores e os formandos oriundos do RenovaBR não o

definem dessa maneira, no entanto, a presença de características semelhantes entre ele e outros movimentos sociais que lhes são contemporâneos, permite-nos categorizá-lo como tal – ao menos de forma transitória –, já que a presença de estrutura organizacional, marco de fundação, manifesto, razão de ser (genericamente: missão, visão e valores), identificam-no enquanto um *corpus* político provido de pautas e interesses coletivos, características que indicam a presença da categoria movimento social.

Nessa perspectiva, ao retomar Scherer-Warren (2011), posso dizer que categorizar o RenovaBR ou qualquer outro grupo político enquanto movimento social não é o mais importante, posto que atribuir-lhe uma nomenclatura não o representa diante da concreticidade da realidade. Ao contrário, o exame de suas formas de operação é que possibilita fazê-lo de maneira a estabelecê-lo cientificamente, tanto sob a prerrogativa de associação ou movimento social, desde que sejam evidenciadas as suas ações como atuantes no fenômeno da política brasileira, daí decorre a necessidade compreender a sua origem enquanto *corpus* político e as ações que desempenha a fim de alcançar seus objetivos.

Dessa maneira, o problema da natureza partidária ou não das organizações de caráter político, situa-se na categorização ou não destas enquanto movimentos sociais, ora pela limitação de sua compreensão diante das relações que engendra e estabelece com a sociedade civil, ora pelo fato de a filiação partidária suscitar a análise pelo viés da lógica de operação dos partidos. Todavia, não há aqui uma regra, mas um condicionante de transição, dado que os movimentos sociais desse período tem em comum a inserção de membros na carreira política, o que ainda acontece através da filiação partidária, bem como, as relações estabelecidas com a sociedade civil são o mecanismo que permite esse acesso à política institucional.

Assim, o RenovaBR é um dos movimentos sociais que convergem com essa não categorização, apesar de ser uma associação, sua razão de ser está situada no desenvolvimento de atividade de caráter educacional à formação de novas lideranças políticas brasileiras, tanto como forma de instaurar um processo de mudança política, tanto como um esforço de autopromoção. Todavia, os agentes formados sob sua tutela representam de forma direta e indireta os ideais político-ideológicos defendidos pelo RenovaBR, bem como, pelas demais

instituições ligadas a ele, o que compreende a lógica de interesses no âmbito do transnacional quando estão em evidências as relações globais e nacionais, quando estão em evidência as relações internas ao campo da política brasileira.

Essa descrição não compreende uma novidade no Brasil e na América Latina, ela compreende um desdobramento das formas de fazer e desenvolver as potencialidades para o campo da política, posso dizer que em parte se assemelha às práticas dos jesuítas quando das missões de catequese, posto que, consistem em formar sujeitos para o exercício da política institucional a partir de uma proposta curricular, que atenda aos interesses do RenovaBR (direta e indiretamente), pois o contato com o currículo inicia um processo de filiação em maior ou menor percentual com o projeto algum projeto de poder, bem como, configura-se numa ação de acesso e estabelecimento de um *modus operandi* de fazer política que se torne paulatinamente hegemônico, de maneira que:

A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. (GOHN, 2010, p. 334)

Então, a partir do momento em que proponho seccionar o RenovaBR a partir da ideia de movimento social, faço-o em primeiro por este possuir as características estruturais que a literatura acadêmica apresenta em relação a esse fenômeno, bem como, por compreender que mesmo em suas formas de operação distintas, sua atuação se dá a partir do anseio de operacionalizar uma reforma no campo da política, através de um processo de formação, o que ainda não o define de maneira precisa, mas evidencia o elemento predicativo da condição de movimento social, de maneira que:

A composição de um movimento social pode ser vista sob dois ângulos: da origem social de seus participantes ou do princípio articulatório que os aglutina. A origem social é dada pelas classes e camadas que delas participam. Usualmente sempre temos a presença de alianças, entre setores das camadas médias e classes populares ou em outras formas. Entretanto, reiteramos, decididamente, a partir de exemplos históricos, que podemos ter movimentos sociais a partir de setores das elites, das classes dominantes, isto é, seja qual for o paradigma teórico-metodológico que se adote, há sempre

movimentos sociais dos dominantes e dos dominados. (GOHN, 1997, p. 256)

Ao definir tipologicamente os movimentos sociais, o RenovaBR pode ser categorizado de forma aproximada (pois ainda não é suficiente para o dizer em definitivo) enquanto um Movimento social organizado, de maneira que estes atuam:

[...] com algum arranjo institucional que vise sua continuidade temporal, principais objetivos políticos definidos ou em construção pelos militantes e um projeto ou utopia de mudança social, política ou cultural. Usam periodicamente o recurso das manifestações públicas para reivindicações e protestos específicos de suas lutas e para obter visibilidade política na esfera pública. (SCHERER-WARREN, 2014, p. 14)

Scherer-Warren (2014) destaca que os movimentos sociais organizados tendem a estruturar-se a partir da articulação com instituições da sociedade civil (públicas, privadas e não governamentais), bem como, de estabelecer um itinerário de identificação que possibilite a formação de redes de relações e interações, que materializam-se na criação de propostas e demandas que possam mudar os quadros (elementos constituintes da vida social) da esfera da república, valendo-se para isso ora de manifestações e protesto, ora de ações que estão para além destes últimos, posto que, são pontos de culminância, relativos a momentos de defesa, oposição ou reforço de alguma pauta defendida pelo movimento, de maneira que:

Os movimentos sociais organizados tem uma relativa permanência temporal e no mundo contemporâneo tendem a se estruturar sob a forma de redes de militância que operam como uma estratégia para a construção de significados políticos ou culturais em comum, tendo em vista conquistar e mobilizar cidadãos e produzir transformações sociais.(SCHERER-WARREN, 2014, p. 15)

Diante do proposto, o RenovaBR apesar de ser uma associação sem fins lucrativos, a natureza de suas ações está situada na oferta de formação técnica educacional para o desenvolvimento de novas lideranças políticas no Brasil, a partir da promoção da ética, cidadania e democracia, o que pode ser visto no artigo 2º, parágrafo 1º do seu estatuto social, que contem a descrição das atividades desenvolvidas pelo movimento e as formas pelas quais elas podem ser desenvolvidas no âmbito nacional:

Parágrafo 1º. Para a consecução de suas finalidade sociais, a Associação poderá desenvolver as seguintes atividades:

- I. Promover, desenvolver e/ou incentivar ações, projetos e atividades educativas no contexto da formação política de novas lideranças;
- II. Selecionar e oferecer educação política aos indivíduos interessados e qualificados para ocupar cargos públicos;
- III. Desenvolver atividades socioeducativas destinadas aos indivíduos selecionados pela Associação e ao público em geral;
- IV. Apoiar, inclusive por meio da destinação de recursos financeiros e outros recursos ou contribuições, os indivíduos selecionados pela Associação;
- V. Promover, apoiar e/ou organizar cursos, palestras, reuniões, conferências e debates que tratem de temas relacionados à formação política e à participação de novas lideranças na vida pública;
- VI. Celebrar parcerias e convênios com pessoas físicas e com entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas, para a materialização de seu objetivo social;
- VII. Promover, apoiar e desenvolver manifestações intelectuais e culturais, por meio de treinamento técnico, publicações e da edição própria ou por meio de terceiros, de material educativo e de divulgação, livros e revistas de natureza intelectual e cultural e de vídeos e quaisquer outros meios de divulgação e comunicação que ajudem a propagar o seu objeto social;
- VIII. Colaborar para a formulação e a promoção de políticas públicas, para a garantia da ética, da cidadania e da democracia;
- IX. Promover, apoiar e/ou organizar eventos e atividade com a finalidade de angariar recursos para a manutenção da Associação e de suas atividades;
- X. Desenvolver quaisquer outras atividades lícitas para a consecução do objeto social, desde que previamente aprovadas pela Diretoria.

Disponível em: <https://media.renovabr.org/uploads/2020/07/RenovaBR-Estatuto-Social-Setembro-2018-2-1.pdf>

Esse conjunto de atividades diz respeito não somente a como as formas de operação do RenovaBR são estruturadas em termos institucionais, mas também a como elas são gestadas sob a perspectiva de ordenar um projeto político que tem a formação educacional como maior destaque mercadológico. Se tomarmos os itens I, II, III, V, VII e VIII, perceberemos que eles tratam exclusivamente de processos educacionais, que envolvem o desenvolvimento, o fomento e a oferta de ações voltadas à formação educacional para o exercício político, o que para além de distingui-lo dos demais movimentos do mesmo período, evidencia o seu interesse em inserir-se na política através da educação, enquanto ferramenta de disseminação cultural de grande alcance, quando instrumentalizada de forma estratégica para tal.

Essa forma de atuação pode ser compreendida sobre os moldes do contexto histórico da atuação dos movimentos sociais brasileiros, ao passo que se citarmos Silva (2010), teremos em evidência que esse processo tem trajetória que data do final da década de 70 do século XX e vem sofrendo alterações das mais diversas, decorrentes das mudanças das concepções políticas em torno do Estado e de sua relação com a sociedade e com os movimentos sociais.

O cenário político surgido a partir de 2010 ilustra essas transformações, posto que naquele momento o Brasil e a América Latina estavam em fase de mudanças políticas, tanto pelo agravamento da crise econômica de 2008, como pela crise institucional em relação ao partidarismo brasileiro e ao seu funcionamento democrático. Em face disso, o surgimento do RenovaBR ainda está alinhado a essa tônica, posto que houve a extensão dessa conjuntura de descrença, que foi tornando-se mais intensa e acentuada em decorrência do desgaste da representatividade política ocasionado pelo discurso da corrupção enquanto inerente à política e por predicação pelos vários discursos moralizantes e anticorrupção, que resultaram desse contexto.

Ao refletir esse contexto, podemos assinalar que a cisma com a política e suas questões, tem origem a partir do momento em que:

Deplora-se em todos os lugares a existência de um desinteresse pela política. E se a famosa “crise de representação” viesse simplesmente de uma incompreensão sobre a natureza exata deste tipo de representação? Como se tivéssemos passado, há alguns anos, a exigir dela uma forma de fidelidade, de exatidão, de verdade, que ela não poderia em caso algum oferecer. Como se o falar político tivesse se tornado uma língua estrangeira, privando-nos pouco a pouco de toda a possibilidade de nos exprimir. Seria possível, portanto, esquecer a política? Longe de ser uma competência universal do animal do mesmo nome, tratar-se-ia ela de uma forma de vida tão frágil que poderíamos documentar seu aparecimento e seu desaparecimento? (LATOUR, 2004, p. 1).

Essa inquietação acerca da crise da representatividade política foi sem dúvida um dos motes, que suscitou o terreno fértil para o desenvolvimento dos movimentos sociais brasileiros do século XXI, bem como do seu discurso de negação da política e do sujeito político (representante da coisa pública), enquanto quadro sintomático desse período. Todavia,

apesar dessa condição, os movimentos decorrentes desse período e contexto tem em comum a inserção ocasional de seus membros (os de maior alcance de relações políticas) no âmbito das carreiras políticas, como o MBL e MEB, na figura do Kim Kataguiri e do Roberto Salles respectivamente.

Sobremaneira, esse contexto apontado por Latour (2004) não se aplica ao RenovaBR em termos de propositura de diálogo, posto que, este além de não estar incluso no contexto da dupla negação da política e dos seus representantes, atua a partir da promoção de uma educação política, enquanto a possibilidade real de mudança social. Tão logo, o interesse de formar lideranças políticas incorre como uma estratégia de acessar o poder público, mesmo que de forma indireta, como pode ser visto nos itens VI e VII do parágrafo 1º de seu estatuto social.

Nesse sentido, a forma de enfrentamento à crise de representatividade na política que o RenovaBR propõe, baseia-se numa espécie de formação técnica, que abranja uma quantidade específica de conteúdos voltados ao exercício da atividade política em seus diferentes níveis. Para isso, o RenovaBR valeu-se do conhecimento específico do Eduardo Mufarej em gerenciamento educacional – relativo à experiência na presidência da Somos Educação¹⁰ – aliado ao conhecimento de gerenciamento administrativo e financeiro – relativo à experiência na Tarpon¹¹ –, para realizar esse projeto, o que pode ser visto também sob o prisma da criação de um mercado voltado à formação técnica para o exercício político:

Maria Lydia Flandoli: “São muitos os movimentos de renovação na política que tem aparecido, já tá estabelecido um grande debate, principalmente nas redes sociais, e tomamos conhecimento não faz muito tempo do RenovaBR. Eu acho que essa é a ótima oportunidade, para que você apresente a quem nos assiste o RenovaBR.”.

Eduardo Mufarej: “No Brasil a gente várias instituições de formação de líderes empresariais, é... formação acadêmica, mas a gente não tem nenhum lugar onde a gente forma políticos. E de fato quando a gente vê hoje a grande crise de representação que a gente passa no nosso país, uma crise aguda entre representantes e representados, as pessoas se sentindo

10 Empresa brasileira de educação escolar e não escolar, voltada ao ramo da oferta de curso de formação educacional.

11 Empresa brasileira de investimentos e administração de recursos financeiros.

completamente desconectadas da política. A gente pode argumentar que a qualidade de formação ou em muitos casos até a própria qualidade humana dos nossos representantes, ela tá aquém daquilo que é desejado pela sociedade. Foi nesse sentido que a gente estruturou esse programa, para que a gente possa viabilizar a formação de novas lideranças políticas para o Brasil.”. (Falas presentes na entrevista *Eduardo Mufarej explica RenovaBR no Jornal da Gazeta* no intervalo 00:00:24 – 00:01:34, publicado em 06 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G4KKwrGGur4>.)

Diante dessa perspectiva, o interesse do RenovaBR em atuar mediante uma formação educacional voltada ao exercício da política suscita dois aspectos para o debate, o primeiro situado nas perspectivas de educação empregadas a esse projeto, isto é, nas bases político-ideológicas que sustentam essa atividade; o segundo situado na elaboração de um currículo, de uma proposta curricular que seja capaz de condensar de forma pontual, seus ideais e as formas pelas quais eles podem ser disseminados não somente pelos formandos, mas através das ações destes – quando da conclusão da formação –.

Se pensarmos em Freire (1987) perceberemos que esse enquadramento com a ideia de escola ou com a perspectiva institucional escolar aliada à tentativa de formar cidadãos para atuar na política a partir do discurso de combate às práticas existentes, que são seculares e que vem se perpetuando no pequeno marco temporal compreendido pela democracia brasileira em relação à história do Brasil, configura-se como uma tentativa sintética em que os oprimidos possam suplantar seus opressores sem assumir a tônica da opressão.

Há de se ter em evidência também, que essa propositura de ação empregada pelo RenovaBR é resultado da junção entre Drucker (2010) e Morin (2000), quando da estrutura de uma proposta curricular que alie práticas do conhecimento administrativo e financeiro às estruturas de aprendizagem e cognição. Isto fica claro na maneira como o programa de ensino está disposto, desde as disciplinas elencadas à forma como as competências e habilidades a serem desenvolvidas são fomentadas ao longo desse processo. Todavia, essa mescla não compreende de maneira alguma, que podemos pensar este aspecto de forma positiva, mas perceber que ele reforça a ideia de tornar o exercício político cada vez mais atrelado à dimensão tecnocrática.

Quanto a essa conjuntura, se tomarmos Bourdieu (2002), Derrida (2003), Saviani (1999), Freire (1987) e Mészáros (2008), teremos elementos convergentes acerca de que nenhum projeto educacional é neutro ou não engajado, ao contrário, todo projeto educacional compreende um projeto de poder, tanto sob o domínio da forma e do conteúdo, como pela perspectiva de estabelecer mecanismos de controle acerca de como se produz o conhecimento e de que maneiras este será viabilizado e legitimado. Propor um projeto educacional implicar propor uma forma de compreender o mundo, de atuar sobre e ele, dar-lhe forma e deliberar sobre sua feitura, portanto, esse aspecto de neutralidade não possui valor semântico, senão, no campo da retórica.

Capítulo 02 – O RenovaBR e a democracia moderna brasileira: formação política, discursos e perspectivas.

O contexto de surgimento do RenovaBR tem como panorama o decurso das manifestações de 2013 a 2015, aliado à conjuntura de arrefecimento e até mesmo certa cisma e descrença na política institucional brasileira, o que evidencia não somente uma crise da representação no campo da política, mas também uma espécie de reconfiguração da democracia moderna no século XXI. Neste capítulo busquei abordar o processo de criação do RenovaBR em relação ao contexto que lhe foi gerador, bem como, diante da sua perspectiva de atuação à construção de um projeto de política baseado numa formação educacional especializada a este fim. A partir de agora o tomarei enquanto *movimento/instituição*, que aliás é a nomenclatura de que farei uso de agora em diante quando referir-me ao RenovaBR, posto que tentarei demonstrar as condições que nos permitem categorizá-lo nessa condição de transitoriedade ou até mesmo de hibridismo.

A fim de conseguir estabelecer o itinerário dessa trajetória, propus-me num primeiro momento a compreender como se deu o surgimento do RenovaBR e de que maneiras ele se fez institucionalmente, isto é, quais as relações estabelecidas pelos seus fundadores a fim de criá-lo e a partir de quais recursos (*lato sensu*) isso foi possível. Esse esforço é necessário para que possamos evidenciar suas origens sociais – na acepção de classes – e ter acesso às tradições político-ideológicas que fazem parte da sua estruturação primária. Todavia, esse é um exercício que não se encerra em si, posto que, demanda que tentemos compreender como esse processo de criação se fez presente e se propôs à sociedade civil como uma alternativa legítima à estruturação de uma renovação política.

Dito isto, num segundo momento busquei compreender de que maneiras esse projeto de atuação enquanto movimento/instituição foi desenvolvido e operacionalizado, para isso seccionei a atuação do RenovaBR em face do desenvolvimento de um projeto de Brasil via formação política, bem como, empreendi uma análise vídeo etnográfica num total de 16

(dezesseis) vídeos presentes no canal do RenovaBR no *Youtube*. A partir dessas ações espero evidenciar o *modus operandi* do RenovaBR, bem como, compreender em que medida sua atuação configura-se numa tentativa de se inserir no campo da política brasileira, sem a necessidade direta de incorrer pelas vias da construção de uma carreira política nos moldes culturais que temos visto no Brasil desde 1988 – quando da promulgação da Constituição Federal –.

Por fim, busquei analisar como se dá esse processo de formação de pessoas para o exercício da política institucional através da formação ofertada pelo RenovaBR, para isso analisei parte do currículo empregado em relação aos aspectos político-pedagógicos adotados nos cursos de formação das turmas de 2018/2019. Esse recorte exigiu o diálogo com o campo da educação e o ensino nacional no âmbito das instituições de ensino formal, isto é, que desenvolvem uma formação a partir de uma proposta curricular previamente elaborada, conforme as orientações do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) e do CNE (Conselho Nacional de Educação).

2.1. Os movimentos sociais brasileiros no contexto do ciberespaço: redes sociais digitais e ativismo digital.

Pensar os fenômenos dos movimentos sociais no século XXI requer que tenhamos em evidência a estrutura social das relações humanas nesse período, o que nos leva diretamente ao advento do ciberespaço enquanto elemento de maior relevância deste a invenção da imprensa, posto que a partir dele foi possível organizar e promover a criação de espaços comuns para muitos grupos, que atuavam com demasiada discrição e relativa timidez, não obstante, ao passo que passaram a ter um espaço coletivo de fala lhes foi possível externar suas compreensões acerca da sociedade brasileira de as vias pelas quais se poderia reformá-la, de maneira que:

[...] o desenvolvimento das comunicações e de novas tecnologias tem levado a novas formas de organização dos indivíduos na sociedade, com uso de

ferramentas do ciberativismo e novas formas de ocupação do ciberespaço. Trata-se do esboço de novas formas de ação coletiva, que fazem a junção da ação de indivíduos isolados e de coletivos em rede on-line. Estão menos estruturadas a partir de organizações institucionalizadas e mais a partir de uma cultura da virtualidade. (GOHN, 2016, p. 133)

Ao tratarmos o caso das manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil, temos de fazê-lo por duas vias, a primeira leva em consideração que sua ocorrência não é exclusiva ao Brasil, mas se configura num elemento de proporções globais, dadas as demandas por reconfiguração dos funcionamentos do Estado nos EUA, na Europa e no Oriente Médio, que culminaram em várias manifestações de movimentos sociais diversos; a segunda via consiste em compreender esse fenômeno a partir do contexto brasileiro, que naquele momento tinha como tônica a pauta do combate à corrupção e a moralização da política e do sistema partidário.

Ao contrário do que foi visto historicamente no Brasil, esse contexto foi possível a partir de muitos arranjos, porém, é inegável que o uso das mídias digitais foi o elemento de viabilidade comunicacional preponderante nesse processo, o que implica não somente em um deslocamento das formas tradicionais de organização destes movimentos no século XX, mas também, o estabelecimento de uma nova categoria a ser analisada, situada numa espécie de ativismo digital, que foi capaz de mobilizar as ações de grupos numerosos e muitas vezes distintos a partir de elementos comuns, sem a necessidade de assembleias em espaços físicos ou reuniões em grupos, associações ou instituições.

À maneira de problematizar o conceito de ativismo digital, tomarei Earl; Kimport; Prieto; Reynoso; Rush (2010) e destacar que a transição entre o conceito de ativismo off-line para o conceito de ativismo digital ou ativismos na internet, ocorre pelo agrupamento de produções teóricas advindas das teorias da ação. Sobretudo, a fim de partir de um lugar-comum o ativismo está diretamente ligado às formas pelas quais os agentes de um movimento social aderem e/ou negam projetos ideológicos, com vistas a cumprir uma agenda que viabilize o empreendimento dos projetos de poder do coletivo e do próprio agente, o decurso de suas ações leva em consideração as ações que o categorizam enquanto um membro do

coletivo e o diferenciam dos demais coletivos sociais, bem como, a cultura política que advém desse processo.

A partir dessa perspectiva, o ativismo digital, pode ser compreendido sob a transição das práticas de uma cultura política comum a um movimento social, para o ambiente do ciberespaço e das redes sociais digitais, de maneira que, essas práticas são inseridas a partir de uma elaboração que torne possível expressar o ethos destes coletivos no ambiente virtual. Para demonstrar que esse processo cumpre um itinerário baseado em formas distintas de atuação, Earl et al. (2010) apresenta quatro categorias de ativismo digital, a saber:

*Brochure-ware*¹² – Information distribution through websites, listservs, etc. Distributed information can include logistical information, information on the cause, [...] ideology, or issue framing, among other possibilities.

*Online Facilitation of Offline Activism*¹³ – Providing information on, logistical support for, and/or recruitment for offline protest events such as offline marches, rallies, convergence centers, etc.

*Online Participation*¹⁴ – Providing actual avenues for participation while people are online, including relatively less confrontational actions such as online petitions and letter-writing and email campaigns, to moderately contentious forms of participation such as “website hauntings,” to very contentious forms of participation such as denial of service actions that operate like virtual sit-ins in closing down websites.

*Online Organizing*¹⁵ – Observed when entire campaigns and/or movements are organized online. Unlike movements organized offline or organized offline with some online components, this category involves fully online “e-movements.” (EARL et al., 2010, p. 429)

Essas formas de atuação estiveram presentes nas manifestações de 2013 a 2015, bem como, estão presentes no RenovaBR, todas elas demonstram como em maior ou menor grau, o uso da internet viabiliza ações de movimentos sociais facilitando sua disseminação, organização e processos de recrutamento, posto que, no campo do ativismo off-line, esta tríade de facilitação teria um custo de execução mais elevado, bem como, sua implementação

12 Compreende a disseminação das informações principais do movimento, bem como, do panorama ideológico que o fundamenta, através de sites, fóruns de discussão e afins.

13 Compreende o cumprimento da agenda off-line do movimento, o que vai desde a atuação em manifestações até ao cumprimento de reuniões e intervenções urbanas.

14 Compreende a organização da atuação on-line/off-line dos agentes, para somar esforços em prol de uma causa sensível ao coletivo, o que vai desde um protesto pontual em algum órgão ou em algum site ou rede social digital.

15 Compreende manifestações inteiramente executadas no âmbito do ciberespaço e das redes sociais digitais.

demandaria uma maior disponibilidade dos agentes para empreender esforço ao cumprimento dessa agenda.

Esse processo histórico demonstra, dentre outras coisas, que essas plataformas digitais proporcionaram aos sujeitos uma variedade extensa de atuação no ambiente virtual, de maneira que a política enquanto um fenômeno cultural humano também seria englobada nesse processo, como pudemos presenciar nos casos estadunidense, europeu e latino-americano, o que para Baron (2016) indica como esse fenômeno chegou ao Brasil e foi determinante para os eventos de caráter político ocorridos a partir de 2012, já que estes foram em grande medida organizados virtualmente a partir do *Facebook* e do *Youtube*, ambas plataformas digitais de amplo alcance de pessoas e em acordo com as características de gerenciamento descritas anteriormente.

Dessa forma, a mudança de contexto que há no século XXI perpassa inicialmente pelo advento do ciberespaço como uma ferramenta de atuação política, visto que se retrocedermos para além dos anos 90 do século XX, nosso modelo de exercício político era baseado basicamente em uma estrutura que tinha como elementos basilares a presença e a configuração organizacional/institucional. Todavia, ao longo da primeira década do século XXI esse paradigma é dissolvido e essa dissolução se dá por motivos diversos, o que está desde a reconfiguração política ocidental a partir da crise econômica de 2008 até o desgaste sintomático do partidarismo brasileiro enquanto modelo democrático.

Lévy (1999) destaca que o ciberespaço decorre do processo histórico de desenvolvimento das redes de computadores, a partir da necessidade de realizar tarefas de difícil execução no campo do real. Dessa maneira, esse desenvolvimento das redes de computadores impulsionou a necessidade de virtualizar a produção do conhecimento humano, tanto pela necessidade de dar conta de sua complexidade, como para o abrigar numa condição de técnica de não finitude (dada a elevada condição de reprodutibilidade das informações digitalizadas). Assim, o que testemunhamos nos anos 90 e 2000 (transição da Web 1.0 à Web 2.0) compreende o limiar dos elementos constituintes do ativismo digital, bem como, do uso das redes como recurso de capital político, sobremaneira no ocidente (Europa e EUA com

maior ênfase) em que o uso das redes passou a fazer parte da dinâmica das relações políticas, sendo muitas vezes um elemento determinante para sua feitura, bem como, para o êxito ou fracasso das dos interesses daqueles que empregaram seus recursos enquanto estratégia.

Nessa perspectiva, o processo de globalização virtual propiciado pelo ciberespaço e a revolução por ele suscitada, sobretudo, no âmbito das relações humanas, o que desloca os atores desse processo a uma nova condição que ressignifica as formas pelas quais se possa compreender a política, agora não somente sob a perspectiva do partidarismo, mas pela organização dos atores que se alinham política e ideologicamente de forma convergente. De maneira que a virtualidade das mídias digitais foi preponderante, para que houvesse a semeadura de uma nova conjuntura emergente em relação à política e por predicção, à cultura política, já que após essas manifestações, as relações advindas das mídias digitais – do ciberespaço –, passaram a ser mais um elemento presente no campo do exercício da política (*lato sensu*).

Apesar de os contextos de formação e de agendas dos movimentos sociais entre os períodos de 2013 a 2015 possuírem elevada pluralidade de pautas e espectros ideológicos, é inegável que suas formas de operação partem em algum percentual de um lugar-comum, que nesse caso é constituído pelas redes sociais digitais, o que se configura não somente enquanto mais um desdobramento do ciberespaço, mas a instauração de uma cibercultura política, que passou a engendrar em si formas de ativismo social a partir do uso das redes. Nesse sentido, pode-se dizer que:

Os protestos dos últimos anos compõem um cenário em que as pessoas passaram a aceder à informação, ao conhecimento e à comunicação de forma mais intensificada e mais arbitrária, enquanto a absorção das tecnologias digitais também se tornou mais ampla e facilitada, mais criativa e mais compreendida por uma geração que domina os meios digitais que, desde muito cedo, foi socializada e escolarizada em meio a tais produtos tecnológicos e suas linguagens e perante formas de cognição em que a imagem, o grafismo, a forma, o som, a oralidade e o texto passaram a compor uma infinidade de sensações e de aprendizado. (MARCON, 2018, p. 03)

Em face do emprego das redes sociais digitais no âmbito das relações políticas, bem como, de sua instrumentalização pelos movimentos sociais, Lévy (1997) observa que o desenvolvimento de uma cibercultura, compreender o desdobramento da cultura também para o plano do virtual, o que nesse caso, pode ser categorizado como ciberpolítica – também pelo fato de as fronteiras entre esta última e o ativismo digital ainda não estarem consolidadas –, desse modo, a ocorrência da cibercultura não ocorre e nem pode ocorrer sem as dinâmicas pertinentes às relações humanas, primeiro pelo fato de emanar da vontade humana, segundo por ser um novo campo em que a realidade social e todos os seus aspectos podem ser virtualizados, isto é, podem ser digitalizados (metaforicamente), gerando mais um paralelismo dimensional da existência humana e de suas problemáticas, englobando toda a esfera da vida social e suscitando novas dinâmicas de interação que se estabelecem, como cita Hall (2006) pela condição transitória da existência humana, que está sempre em constante transformação em decorrência dos acontecimentos compreendidos entre a partida (ponto primário da formação da identidade cultural) e do regresso (ponto de estranhamento entre a identidade cultural anterior em face das possíveis mutações que ela tenha sofrido).

Nesse sentido, Ricoeur (2014) propõe que as enunciações dos sujeitos dos discursos são sempre condicionadas ao que eles representam no tempo e no espaço, isto é, de sua historicidade e existência enquanto próprios da sociedade, reforçando que a prática do ativismo ocorre também enquanto um processo histórico próprio da modernidade, isto é, resultante das dinâmicas sociais que forjaram a sociedade, bem como suas formas de comunicação, de maneira que:

O universal da cibercultura não possui nem centro nem linha diretriz. É vazio, sem conteúdo particular. Ou antes, ele os aceita todos, pois se contenta em colocar em contato um ponto qualquer com qualquer outro, seja qual for a carga semântica das entidades relacionadas. Não quero dar a entender, com isso, que a universalidade do ciberespaço é "neutra" ou sem consequências, visto que o próprio fato do processo de interconexão já tem, e terá ainda mais no futuro, imensas repercussões na atividade econômica, política e cultural. Este acontecimento transforma, efetivamente, as condições de vida em sociedade. Contudo, trata-se de um universo indeterminado e que tende a manter sua indeterminação, pois cada novo nó da rede de redes em expansão constante pode tornar-se produtor ou emissor de novas informações, imprevisíveis, e reorganizar uma parte da conectividade global por sua própria conta.

O ciberespaço se constrói em sistema de sistemas, mas, por esse mesmo fato, é também o sistema do caos. Encarnação máxima da transparência técnica, acolhe, por seu crescimento incontido, todas as opacidades do sentido. (LÉVY, 1999, p. 110-111)

Diante das manifestações de junho de 2013 Scherer-Warren (2014) observa que houve presença massiva da juventude – juventudes – ao longo das manifestações e protestos, as pautas em debate concentraram-se a partir de um antagonismo, que se opunha à forma como a democracia liberal brasileira havia assentando-se, naquele momento a crítica estabelecida tinha o caráter reformista, mas de uma reforma em que os partidos e sua lógica de operação deveriam ser suprimidos – superados – para dar lugar a uma proposta de participação política pelas vias da sociedade civil, uma forma de participação em que o a expansão do dever cívico do sufrágio fosse viabilizada pela ação direta de diálogo entre os eleitores e os órgãos do Estado. Esse contexto, foi promovido ao longo de muitas discussões entre os vários movimentos que atuaram naquele período, muitos deles ocorrendo pelas vias do ciberespaço, mediados pelos diálogos nas redes sociais digitais, bem como, através de diálogos via aplicativos de envio e recebimento de mensagens. Nesse sentido, à atuação dessa juventude cumpre dizer que:

Os jovens vêm se manifestando cada vez mais pelas redes sociais, na internet, usando o suporte das novas tecnologias para se organizar. Mas isso tem sido, acima de tudo, um meio, e não explica o sentido político da ação, ou melhor, o sentido pode ser conflitivo ou antagônico numa mesma rede ou entre sub-redes, como resultante transversalidade desse tipo de comunicação. Além disso, as redes virtuais divulgam, convocam e expressam posicionamentos, mas quase nunca possibilitam o aprofundamento do debate político, ainda que, em algumas situações, é no interior de sub-redes que interagem com outras sub-redes que mensagens conflitivas aquecem o debate. (SCHERER-WARREN, 2014, p. 420)

Além disso, esse processo de compreensão dos movimentos sociais no século XXI, perpassa pela conjuntura instaurada pelo ciberespaço e as redes sociais digitais, que além de suscitar novas dinâmicas em relação à política, instituiu a prática de uma nova forma de militância a partir do ativismo digital. Diante dessa nova lógica, o estudo deste fenômeno teria que abarcar também uma análise do processo de inserção desses sujeitos à experimentação da política nas plataformas digitais, a fim de compreender as formas pelas quais estes a

concebem e se relacionam com a virtualidade de suas ações (discursos). Tão logo, sua operacionalização ocorre a partir do uso de veículos que acessam plataformas de geração e compartilhamento de informações, o que vai desde o trabalho de concatenação dos dados baseados em predileções, como nos algoritmos, até a formação de grupos e subgrupos que alimentam e retroalimentam essa “máquina” de conteúdos.

Nesse sentido, Marcon (2018) destaca que o cenário das manifestações e protestos ocorridos entre o período de 2013 a 2015 possuem uma forma de ordenação, que está calcada na miscelânea das várias matizes em ação dialógica naquele momento, tanto pela presença de movimentos sociais de propostas antagônicas ocupando um mesmo locus de atuação, disputando entre a legitimidade de suas proposituras, bem como, no tocante ao concurso do estabelecimento de lideranças emergentes destes mesmos grupos, que buscavam no decurso das disputas coletivas salvaguardar seus projetos pessoais de captação de capital político, a fim de para além de fomentar seus projetos de poder, semear por meio da visibilidade predicada às narrativas midiáticas ocorridas naquele contexto, as bases necessárias ao seu ingresso nas possíveis carreiras políticas que poderiam advir daquele momento.

O RenovaBR é um exemplo desse processo, já que apesar de atuar no *Facebook*, *Instagram*¹⁶, *Linkedin*¹⁷ e *Twitter*, a maior concentração de suas ações ocorreu inicialmente através do *Youtube*, que por ser uma das maiores plataformas globais de *streaming*¹⁸ de vídeo possibilitou uma capacidade sem precedentes de alcance em termos de disseminação e divulgação de ideias, discursos e propostas. Dessa forma, essa possibilidade de rápida propagação atrelada a um conhecimento que não é prévio, mas já versado nos trâmites que dizem respeito ao uso da comunicação e da comunicação como ferramentas didático-pedagógicas e administrativas por parte da equipe gestora do RenovaBR sob a figura central do Eduardo Silveira Mufarej e dos seus apoiadores de maior alcance midiático, como o Luciano Huck, facilitaram o desenvolvimento deste movimento e sua inserção no campo do diálogo político.

16 Rede social para compartilhamento e avaliação de conteúdo audiovisual.

17 Plataforma virtual de compartilhamento de informações acerca de vagas de emprego e perfis profissionais.

18 Transmissão de conteúdo on-line.

Conquanto nos permite abordá-lo de maneira macro (quando das formas pelas quais está ordenado e instrumentalizado) e micro (quando dos processos de recrutamento, inserção e atuação dos seus atores). Dessa maneira, há também a possibilidade do cumprimento de agendas sem a necessidade logística relativa ao desprendimento do tempo e do espaço para reuniões, encontros e afins, além de proporcionar um *modus operandi* baseado na capacidade de recrutamento de pessoas a partir das redes sociais digitais sem a prerrogativa da formação de um grupo fisicamente institucional, como um sindicato ou uma associação.

Outrossim, é necessário ter em perspectiva que esses atores emitem e compartilham opiniões a partir de redes sociais digitais, bem como, em certa medida as informações que são compartilhadas nesses espaços não possuem um caráter de espontaneidade, ao contrário, esses conteúdos possuem elevado grau de sofisticação estética em relação à forma, à forma, à vinculação e à pertinência destes ao alcance das pautas do coletivo. É dessa maneira que a inserção e a atuação em comunidades virtuais, mobiliza forças capazes de garantir os interesses presentes em sua agenda.

A partir dessa abordagem é que a forma de operação do RenovaBR se anuncia enquanto uma nova forma de atuar e/ou fazer política, como também uma nova perspectiva de ordenar o âmbito da sociedade a partir da atuação, a *priori* desvinculada de filiação partidária, legítima e exclusivamente demandada pelo povo e para os seus interesses. De maneira que, sua prática além de inaugurar essa nova perspectiva para o fenômeno político, acrescenta-lhe uma dimensão de relações que fogem a lógica estrutural dos partidos e das suas formas de operação, posto que rompem com os elementos institucionais de que estes últimos tem-se utilizado no que se refere à política e ao seu exercício na democracia brasileira.

Doravante, essa propositura de ação exige não somente o exame diante dos discursos emitidos pelos sujeitos, como também o exame em relação às formas pelas quais esse processo de experimentação ocorre, o que vai desde a compreensão da escolha da plataforma digital em que atuam até o conteúdo que promovem, seja através de elaboração própria ou por compartilhamento de informações já elaboradas.

A mudança paradigmática de caráter decisivo reside na nova conjuntura de acesso à informação aliada às novas formas de comunicação, o que coloca em evidência o quanto a linguagem desempenha um valor polissêmico relevante para os desdobramentos políticos, visto que nessa transição o campo da linguagem sofreu alterações, que por predicção, afetaram as formas de exercício político, bem como, de sua feitura e da elaboração dos seus discursos. De maneira que, essa transição compreende um marco para os estudos dos movimentos sociais, pois com a mudança do emprego da categoria linguagem no contexto político houve também a mudança da elaboração do seu discurso, dada a condição de indissociabilidade que há entre eles e que os mantêm mutuamente inerentes.

Dessa forma, retomando Foucault (2014) podemos sinalizar que esse processo inaugura uma ressignificação da atuação política, agora presente no ciberespaço e na reformulação do humano enquanto promotor de discurso nesse ambiente não-físico. Da mesma maneira, a ideia de autoria está em processo de reestruturação conforme esses moldes, dado que, esta se configura como um processo de feitura de uma compreensão de mundo, que perpassa, dentre outras coisas, pela capacidade de criar maneiras de concebê-lo dentro e fora de si, o que situa o campo virtual do ciberespaço enquanto mais uma dimensão em que o poder e suas formas de operação estão pulverizados e são operacionalizados através do discurso político.

Conforme demonstram Caiani; Kröll (2015), que a utilização da internet como ferramenta de mobilização para esses grupos foi crucial, pois o fato de não gerar alta demanda financeira para utilização (especialmente no uso dos *smartphones*¹⁹). A partir dessa perspectiva pode-se dizer que, o ativismo digital enquanto fenômeno analisado sob o caráter da política, situa-se na operação de recursos humanos, financeiros e digitais, a fim de cumprir as agendas dos interesses coletivos, não somente dos membros dos grupos de direita e extrema-direita, mas também, dos seus financiadores em maior ou menor grau, de modo que:

[...] ‘the Internet helps you find people who think the same way, regardless of where they reside’ (ID. 17). Many extreme right organizations interviewed explain that ‘via the Internet, like-minded organizations can be searched, as

19 Aparelhos celulares multimídia, que desempenham funções diversas através do acesso à internet.

many of the organizations are represented by their own homepage' (ID. 06) and that 'networking can be done between rank and file members, and by people who otherwise would never meet or communicate. This exponentially increases and speeds up the dissemination of ideas and activism globally' (ID. 18). (CAIANI; KRÖLL, 2015, p. 9).

A partir desse momento, as estruturas do ambiente virtual como o conhecemos hoje estavam configuradas, agora com a necessidade de explorar ainda mais a interação e as possibilidades de interação em tempo real, a partir da premissa de criar e inserir conteúdos de maneira específica e direcionada. Assim, surgem as plataformas digitais de relacionamento em que o fenômeno que discuto aqui se lançaram, pois as redes sociais digitais inauguraram essa perspectiva de interação em que os sujeitos podem inserir, gerenciar, compartilhar e curtir os conteúdos uns dos outros, gerando assim um vasto espectro de variáveis acerca do que se produz em suas plataformas, como também ordenando e categorizando esses sujeitos a partir das suas predileções.

Nessa perspectiva, podemos repensar o ciberespaço a parti de Lévy (1999) se partirmos do pressuposto de que este resulta da extensão do espaço/tempo no mundo real/sensível, configurando-se enquanto uma nova forma de ordenar os elementos da nossa realidade a partir de uma conjuntura tal, que o espaço e o tempo pudessem ser suplantados enquanto condicionantes à nossa organicidade biológica. Todavia, apesar de que esses grupos formaram-se pela convergência de interesses comuns, mesmo que esse elemento seja uma ação política, suas perspectivas de atuação tinham em comum o anseio pela negação do partidarismo enquanto uma prática política legítima, o que pôde ser visto pelas publicações com teor de questionamento da operação da política nos moldes constitucionais e no revisionismo histórico e sociocultural veiculado a elas.

Assim, esse movimentos gestados e surgidos no século XXI, possuem uma outra tônica de atuação, que não se pode, mas se quer nova em relação aos movimentos do século XX, posto que sua forma de operação engloba uma forma de operação que requer o engajamento virtual (majoritariamente a partir de 2010) como forma principal de engajamento para atuação no mundo real. Dessa maneira, o processo de inserção nesses movimentos dispõe

de um itinerário que contempla a pluralidade de classes, o engajamento virtual e a convergência das pautas, enquanto fatores que demarcam essa virada estrutural.

2.2. Gestando um Brasil: projeto político e ativismo institucional.

À maneira de problematizar a relação entre os movimentos sociais e as formas de atuação na sociedade civil, é necessário abordar alguns aspectos próprios da conjuntura brasileira no século XXI, o que refere-se tanto às formas de operação dos movimentos que modificaram-se bastante, como pela maneira como o Estado se relaciona com eles, algo que também sofreu alterações. Assim, compreender como o associativismo ocorre nesse contexto, requer destacar alguns pontos:

1. Há um novo cenário neste milênio: novos tipos movimentos, novas demandas, novas identidades, novos repertórios. Proliferam movimentos multi e pluriclassistas.
2. Criaram-se várias novidades no campo da organização popular, tais como a atuação em redes e maior consciência da questão ambiental ao demandar projetos que possam vir a ter viabilidade econômica sem destruir o meio ambiente.
3. A nova conjuntura econômica e política tem papel social fundamental para explicar o cenário associativista atual. As políticas neoliberais desorganizaram os antigos movimentos e propiciaram arranjos para o surgimento de novos atores, organizados em ONGs, associações e organizações do terceiro setor.
4. As reformas neoliberais deslocaram as tensões para o plano cotidiano, gerando violência, diminuição de oportunidades no mundo do trabalho formal, formas precárias de emprego, constrangimento dos direitos dos indivíduos, cobrança sobre seus deveres em nome de um ativismo formal etc.
5. O Estado promoveu reformas e descentralizou operações de atendimento na área social; foram criados canais de mediações e inúmeros novos programas sociais; institucionalizaram-se formas de atendimento às demandas. (GOHN, 2011, p. 343-344)

O RenovaBR atuou em prol da formação de pessoas para a atuação política nos pleitos de 2018/2020, tomemos como ponto de partida as formas pelas quais se deu esse processo. O movimento possui uma proposta político-pedagógica baseada em 04 (quatro) pilares, a saber:

01. Seleção;
02. Formação;
03. Acompanhamento;
04. Mobilização.

De forma detalhada, cada um destes pilares possui etapas de execução desenvolvidas com o objetivo de sondar os alunos em relação aos perfis de liderança que serão formados a *posteriori*. A Seleção desdobra-se no envio de vídeos em que os candidatos expõem suas pretensões e motivações para o ingresso e o exercício na política, para em seguida realizar provas acerca de conhecimentos gerais, raciocínio lógico e conhecimentos sobre a democracia.

Após a conclusão do processo de Seleção, os aprovados iniciam o processo de Formação, que consiste no cumprimento de uma carga horária (não especificada em nenhum documento público do movimento) que contempla conteúdos acerca de políticas públicas, técnicas de comunicação e liderança voltados ao exercício da política nos moldes da democracia. Assim, essa etapa compreende o emprego de estratégias que fomentem o conhecimento instrumental em relação às áreas sensíveis do trato com a coisa pública (educação, segurança e saúde públicas, proposta econômica, etc.), bem como, o contato com técnicas discursivas que possibilitem dialogar sobre esses contextos de maneira salutar, fluida e lógica, de maneira que:

Eduardo Mufarej: “Pra isso a gente montou uma base de formação é... bastante completa, mas ao mesmo tempo flexível, até utilizando um pouco dos paralelos que a gente vê na área de educação. Como é que a gente pretende fazer isso? Essencialmente, é... ancorando duas... três partes de é... cargas obrigatórias de disciplinas. A primeira delas é propósito, autoconhecimento e liderança, são questões essenciais para uma pessoa que pretende disputar um cargo eletivo, eventualmente no futuro ou servir à sociedade; a segunda parte é de desafios do Brasil, que a gente acha que é fundamental ter um conhecimento nivelado de quais são os desafios e oportunidades que o Brasil tem pela frente. Então, ali a gente pretende atuar na questão... no debate sobre a questão fiscal, questão previdenciária, a questão de segurança pública, educação básica ***²⁰ a gente vai ter mentores pra cada uma dessas disciplinas, é...; o terceiro módulo é de conhecimento legislativo, é importante eles compreenderem... aqueles que tem um menor nível de familiarização com a atividade legislativa, pra que eles possam

20 *** – indica interrupção de algum elemento externo.

compreender e é... em cima disso a gente criou a espinha dorsal e essa espinha dorsal é a comum pra todos. Depois a gente tem 02 verticais de disciplinas optativas, as optativas são temáticas dum lado, que são por áreas de interesse. Então, eu tenho interesse em primeira infância, por exemplo, ou em vida em cidades, saneamento básico... e a gente montou um grupo de especialistas pra poder atender e fazer mentorias específicas a cada um desses candidatos nas áreas de interesse, que eventualmente eles possam ter e depois a mentoria de é... de... de gestão de campanha, como é que a gente consegue apoiá-los, pra que eles façam as campanhas, suas próprias campanhas quando desejarem ser candidatos de forma eficiente. Então, esse é o programa, a forma como ele tá estruturado é uma combinação presencial e ensino a distância, para que a gente também possa ocupar bem o tempo de cada um dos bolsistas, pra que ele possa se dedicar por um lado é... ao programa e absorver a maior base de conhecimento possível, mas que ao mesmo tempo ele também possa ter o tempo disponível pra se dedicar às suas bases ao seu programa e desenvolver a sua eventual candidatura, se assim ele desejar.” (Falas presentes no vídeo *Eduardo Mufarej, Co-fundador do RenovaBR em entrevista à Rede TV* no intervalo 00:18:27 – 00:21:29, publicado em 09 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bwq5Q3v7pO0>.)

O que expõe a maneira como o RenovaBR estruturou uma proposta pedagógica, a fim de subsidiar a formação dos seus membros com base em uma pauta voltada ao caráter da gestão empresarial como ferramenta para o exercício político. Doravante, essa proposta curricular está assim formatada em decorrência de dois fatores: o primeiro situado na influência da formação e da trajetória de vida do Eduardo Mufarej, especialmente no que se refere ao seu trabalho na Tarpon, em que o emprego de conhecimentos do âmbito da administração, recursos humanos e economia são preponderam em relação a outras áreas do conhecimento humano; segundo pelo fato do seu envolvimento com a Somos Educação, quando da estruturação de uma proposta que abordasse a liderança, o diálogo e capacidade de resolução enquanto competências e habilidades necessárias à formação de alguém que se quer na política.

A etapa de Acompanhamento é destinada aos alunos que após a Formação decidem lançar candidaturas, a partir desta condição, se eleitos, eles podem solicitar suporte pedagógico ao RenovaBR, a fim de obter conhecimento técnico acerca de alguma temática de sua predileção ou que seja necessária ao contexto da disputa do eleitoral em que estiver inserido. Nesta etapa, essa espécie de consultoria garante aos formandos, agora candidatos, o

suporte necessário para atuar em campanha e reforçar as estratégias adotadas ao alcance do êxito eleitoral.

Por fim, a etapa de Mobilização corresponde ao cumprimento do dever simbólico por parte dos formandos eleitos, para dar continuidade ao processo de feitura da democracia fomentando e garantindo o acesso e a participação das pessoas comuns ao âmbito da política e do gerenciamento da coisa pública. Nessa etapa o aluno não possui mais vínculo formal com o movimento, devendo ter em mente que pode e deve atuar com base nos princípios a que teve acesso durante a sua formação no RenovaBR, mesmo que isso não seja um compromisso evidentemente exequível, de maneira que eles estabelecem e assinam um termo formal de cumprimento com o que foi aprendido durante a formação, trata-se de:

Eduardo Mufarej: “Um termo de compromisso [...] É um termo moral. E tem algumas outras contrapartidas que eu queria contar pra você, é... a segunda é transparência total nas votações em comissões ou plenário, que ele preste contas pra sociedade: votei a favor de tal medida por causa de tal motivo; votei contra tal medida por conta de tal motivo; é... que ele é... crie uma nova relação junto à sua base eleitoral, quer dizer, que ele possa consultar os seus eleitores em relação à votação. A gente quer essencialmente fortalecer esse vínculo da sociedade com a política, através da nova forma desses governantes né... desses deputados de estabelecerem [...] candidato e eleitor e que ele possa fazer consultas à sua base em relação a medidas polêmicas ou não esse é um ponto importante; o terceiro ponto é que ele seja aderente a uma estrutura que nós vamos sugerir de é... estrutura de gabinete, quer dizer, então é... sem carro oficial com motorista, sem trezentos assessores, [...] sem os privilégios... que ele tenha o que ele precisa pra desempenhar a sua função e que ele não use esse benefício do Estado, pra benefício próprio e sim ele utilize tão somente aquilo que é essencial pra ele desempenhar a função dele pra sociedade. Então, são esses os requisitos.” (Falas presentes no vídeo *Eduardo Mufarej, Co-fundador do RenovaBR em entrevista à Rede TV* no intervalo de 00:32:37 – 00:34:11, publicado em 09 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bwq5Q3v7pO0>.)

Cada uma destas etapas produzem o panorama que possibilita a compreensão de como se dá o aspecto formal (de caráter pedagógico) do aluno do RenovaBR. Entretanto, através da análise dos resultados desses formandos é que se pode compreender se esse processo foi exitoso em alguma medida, já que o ingresso na política é um dos objetivos principais do movimento, tão logo, seus formandos ingressem, há automaticamente a divulgação do

RenovaBR enquanto uma nova força na sociedade civil, capaz de fornecer uma maneira alternativa de ingresso no campo da política estatal sem a necessidade direta do anteparo de forças partidárias.

Assim, quando pensamos no RenovaBR dentro desse contexto de renovação da política brasileira, temos de fazê-lo a partir do questionamento acerca de qual política, bem como, de qual projeto de Brasil se quer com essa renovação. De maneira que, apesar de o RenovaBR propor-se enquanto uma coisa, que tem como interesse a renovação dos quadros da política brasileira, a fim de promover um status de superação dos problemas do Brasil, bem como, de reestruturar a democracia representativa restaurando-a, este intento possui pormenores pouco perceptíveis, mas que incorrem num projeto político, que por predicação é um projeto de poder.

Conforme Dagnino; Olvera; Panfichi (2006), Cayres (2017) estrutura 04 elementos que estabelecem o itinerário acerca do vem a ser um projeto político e como ele se desdobra a partir das ações dos seus agentes e seus grupos, de maneira que:

A noção de projeto político está ancorada no reconhecimento da heterogeneidade dos atores, dos interesses e das práticas que coexistem no interior da sociedade civil e do Estado e que expressam diferentes projetos políticos em relação à democracia em um contexto nacional. A potencialidade explicativa da noção de projeto político implica em: a) enfatizar a intencionalidade da ação política colocando o sujeito em destaque; b) reafirmar o vínculo indissolúvel entre ação e representação que alude à conexão necessária entre cultura e política que essa vinculação expressa; c) considerar que os diversos formatos de ação política expressam a multiplicidade dos projetos políticos existentes; d) compreender que embora os projetos políticos sejam frutos de uma dimensão societária, eles também são resultados da combinação de outras dimensões (individual, de classe, institucional e estatal). (CAYRES, 2017, p. 94)

Para situar as maneiras pelas quais esse projeto político transita em face de sua viabilidade e exequibilidade, Cayres (2017) destaca que é necessário ter em evidência o concurso de suas 04 (quatro) dimensões: Partidária; Temporal; Dos imperativos do Estado; Setorial. A saber, essas dimensões perpassam respectivamente pela lógica de operação dos partidos e das disputas de interesses que demandam o acúmulo de poder e a formação de

alianças à garantia da ocupação de um lugar de destaque favorável; ao período de tempo de que esse projeto demandará para ser executado, dado que as forças políticas possuem dinâmicas de atuação com elevado grau de variabilidade em relação às convergências e divergências dos interesses em disputa; ao status ocupado pelo (s) agente (s) que lidera (m) este projeto, posto que, quanto maior for esse status, maior a capacidade de visibilidade, bem como, de convencimento em relação às demais alas componentes do grupo ou partido; além, é claro, de estar sujeita à avaliação dos diversos setores da política institucional, que pode convergir e/ou divergir com as pautas presentes nesse projeto, tanto quanto este lhe seja mais ou menos favorável.

Em face da possibilidade forjar um projeto de Brasil, é necessário que partamos do pressuposto de que esse projeto possui bases ideológicas já fundamentadas, bem como, propõe a sua disseminação a partir de cada uma de suas ações, seja por meio da formação ofertada, seja por meio da cultura política que este processo suscita. Todavia, apesar da ação do RenovaBR estar a todo momento contrapondo e fazendo uso da dicotomia entre uma velha política – que compreende o elemento a ser superado – e que eles representam essa renovação – que beira ao hercúleo –, que para além de reformar a política brasileira, salvará também o Brasil de si mesmo, devemos perceber que esta ação é calcada na diferenciação “nós/eles”, sendo essa uma estratégia para mascarar ou travestir o projeto de poder em curso ou mesmo romantizá-lo à medida que se utiliza o ressentimento e a insatisfação da população (*lato sensu*) como propulsores desse discurso, o que implica dizer que:

[...] toda ordem é política e se baseia em alguma forma de exclusão. Sempre existem outras possibilidades, que foram reprimidas e que podem ser reativadas. As práticas de articulação por meio das quais se estabelece uma determinada ordem se determina o significado das instituições sociais são "práticas hegemônicas". Toda ordem hegemônica é passível de ser desafiada por práticas anti-hegemônicas, isto é, práticas que tentarão desarticular a ordem existente para instalar outra forma de hegemonia. (MOUFFE, 2015 p. 17)

Dessa forma, a compreensão da inserção dos movimentos sociais nos contextos de luta pelo acesso ao Estado requer que frisemos as fronteiras pouco rígidas presentes nessa relação,

o que configura esse processo numa espécie de ativismo institucional a partir do momento em que:

[...] o ativismo institucional é um conceito que fornece inteligibilidade a um tipo de conexão específica entre Estado e movimentos que é expressa pela ocupação de cargos oficiais e não eletivos no Estado por atores oriundos dos movimentos sociais. Mais do que envolver o recolhimento de agendas dos movimentos sociais por atores do Estado, o ativismo institucional implica a imbricação de projetos políticos que, muitas vezes mediada pelo pertencimento partidário, possibilita a ocupação de cargos em diferentes níveis na burocracia pública – sobretudo os temporários de livre nomeação – por atores dos movimentos sociais que buscam de forma ativa imprimir mudanças em setores de políticas públicas com as quais são comprometidos antes mesmo de sua inserção no Estado. (CAYRES, 2017, p. 83)

Além disso, esse processo de inserção dos movimentos sociais no domínio do Estado poder ser compreendido pela via do associativismo, tanto para dar forma e direcionamento à discussão, como para situar o debate em um lugar-comum. Nesse sentido, Cayres (2017) esclarece que os estudos acerca do ativismo institucional, a partir das dimensões que envolvem o Estado e os movimentos sociais no Brasil, dispõem de uma trajetória de campo intelectual em que as teorias dos movimentos sociais estão em imersão, isto é, as pesquisas nessa área valem-se de recortes de convergência de elementos comuns às três teorias já referidas. Contudo, essa indefinição de uma teoria ou de uma proposta de recorte teórico hegemônico ilustra o aspecto de relativa novidade que esse fenômeno possui, dado que sua ocorrência no Brasil data do período de transição entre o regime autoritário e perdura até hoje (2021), sendo ainda um fenômeno em curso diante das ciências sociais, sobremaneira quando:

[...] as intensas interpenetrações entre tecido associativo e política institucional, expressas pela migração e pelo posicionamento de atores dos movimentos sociais nas agências estatais, tensionou as abordagens maniqueístas e externalistas de movimentos sociais e sociedade civil em oposição ao Estado, demandando dos analistas a revisão dos paradigmas explicativos sacramentados. (CAYRES, 2017 p. 86)

A partir dessa perspectiva de indefinição do emprego do conceito de ativismo institucional, podemos situá-lo no espectro da compreensão das ações dos atores sociais dentro e fora do Estado, não somente pelo intercurso de suas ações de forma deliberada (numa acepção à Teoria da mobilização de recursos), como do emprego de seu capital cultural (numa

acepção à Teoria dos novos movimento sociais) como forma de controle das dinâmicas entre o estado os movimentos, ou ainda, a partir da inserção desses sujeitos nos trâmites que permeiam as trajetória da formação de uma carreira política (numa acepção à Teoria do processo político). Dessa forma, cumpre dizer que:

[...] ao invés de ser um conceito que explica um tipo de vínculo estabelecido entre Estado e movimentos sociais, manifesto na ocupação de cargos por atores desses movimentos sociais que deliberadamente ocupam a burocracia como espaço de militância, o ativismo tem sido uma lente que procura dar relevo à ação de atores dentro do Estado.(CAYRES, 2017, p. 93)

Assim, a partir do momento em que o RenovaBR se lança como uma alternativa que se quer legítima em face de uma renovação da política brasileira, ele o faz pelas vias da sua inserção social na sociedade civil ao buscar dar solidez a esse projeto, estabelecendo ligações com pessoas e instituições, que possuem certa relevância e prestígio no meio social, bem como, o faz a partir de uma estratégia pautada da difusão de uma imagem que o viabilize como tal. Dessa forma, quando em seu discurso há o emprego da crise de representação política, ele é empregado a fim de que se consiga mobilizar as pessoas que tenham acesso a ele, partindo de uma relação comum de recusa aos moldes políticos nacionais e sua carga histórica, de maneira que:

Eduardo Mufarej: “A gente tá num ano muito importante, 2018 talvez seja dos grandes anos definidores do... do tipo de país que a gente vai poder construir, deixar pros nossos descendentes. É ... eu achei que era muito importante enquanto parte da sociedade civil de não ficar à margem do processo de renovação política que a sociedade tanto almeja, a gente está hoje numa crise brutal entre representantes e representados e pra isso a gente precisa viabilizar o caminho de novos talentos, de novas personalidades, pra que a gente possa de fato eleger e votar em pessoas diferentes, com outros perfis, com compromisso, com vontade e com espírito de servir mais importante do que qualquer outra coisa.”. (Falas presentes na entrevista de *Eduardo Mufarej no programa “Brasil Que Dá Certo”* no intervalo 00:002:28 – 00:00:04, publicado em 15 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ma_gjiAiy_4)

Esse desejo de servir, de atuar a serviço do Brasil, antes de ser carregado de um valor cívico, é também o resultado de um projeto de poder, que visa a estabelecer uma cultura política em que a tecnocracia seja a tônica, isto é, a elevação do refinamento técnico serão os

fatores determinantes, para que se possa definir uma boa política ou não. Entretanto, a partir de Habermas (2014), destaco que esse interesse em imprimir sobre a atuação política o condicionante de uma formação técnica apropriada e/ou específica pode gerar uma tendência de limitação ao ingresso na política, dada a necessidade de mobilização de recursos (de naturezas diversas) que isso ocasionaria, o que a tornaria cada vez mais inacessível àqueles que não dispuserem destes últimos.

Nesse sentido, não adianta tomar a lógica de atuação na política mediante a lógica de operação acadêmica, por exemplo, pois apesar de estar numa mesma dimensão existencial, ambas possuem formas de operação e de relação com seus atores, que são bastante distintas. Dessa maneira, se pensarmos sob a perspectiva de Elias (1993) perceberemos que essa forma de operação do RenovaBR de formar cidadãos para atuar na política evidencia um interesse de forjar um Brasil, mas um Brasil que seja baseado nas pautas e nas perspectivas políticas da predileção desse movimento ou dos seus fundadores e apoiadores.

Dessa maneira, é necessário evidenciar que o não alinhamento político-ideológico do RenovaBR não se configura como tal, pois apesar de ser comum entre os membros e também constar em seu manifesto de fundação o discurso da pluralidade político-ideológica, os conteúdos empregados à formação dos alunos são voltados ao posicionamento político situado à direita. Entretanto, a partir da negação da direita tradicional como a conhecemos no Brasil, mas de uma direita que se quer nova e está em constante contato com as pautas do mundo moderno, que pensa no gerenciamento administrativo da coisa pública sem o discurso da redução máxima do Estado, mas com o discurso de uma redução estatal progressiva (sem determinar em que nível de aceleração ocorrerá esse progresso).

Então, por mais que haja a presença da ideia da pluralidade político-ideológica, enquanto elemento defendido pelo RenovaBR à garantia de uma prática salutar da política, esse interesse de forjar um Brasil fica claro, posto que não há forma alguma de intervir sobre a formação de uma nação, que não perpassa pela educação (*lato sensu*), pois esta é uma base fundamental para esse contexto e disso decorre a autoidentificação do RenovaBR como uma escola de formação política, de maneira que:

Eduardo Mufarej: “A orientação do Renova, ela tá ancorada em 04 pilares. O primeiro pilar, autoconhecimento e liderança, a gente acha que é fundamental pra qualquer pessoa que venha a disputar um cargo eletivo no futuro, caso seja o seu desejo, é muito importante ela se conhecer e entender o que a mobiliza; o segundo pilar é o nivelamento absoluto sobre os desafios do Brasil, a gente acha que é fundamental a gente construir consenso. Hoje existem vários pontos que são consagrados na sociedade brasileira e que ainda assim a gente não discute, a própria reforma política é uma delas; terceiro pilar são uma base de escolhas optativas muito vasta, quer dizer se eu sou um potencial líder político e eu tenho interesse em áreas específicas desde sistema prisional, prostituição infantil, educação básica, primeira infância... a gente dá o acesso e a viabilização de conexão com os melhores especialistas destas áreas pra promover uma capacitação profunda, já que essas pessoas potencialmente serão futuros legisladores e é fundamental que eles tenha conhecimento e profundidade dentro desses temas; e o quarto é de... do próprio jogo político, como ele pode ser um candidato no futuro, com eficiência, é... comunicando com o eleitor de forma adequada e sendo um proponente de pautas positivas.”. (Falas presentes no vídeo *Eduardo Mufarej explica RenovaBR no Jornal da Gazeta* no intervalo 00:02:22 – 00:04:10, publicado em 06 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G4KKwrGGur4>.)

2.3. Por uma política cidadã: populismo, tecnopopulismo e democracia brasileira.

Os movimentos sociais brasileiros do século XXI tem em sua gênese o compartilhamento de algumas similaridades, que vão desde as formas de operação até a interação em pautas comuns. Todavia, uma dos aspectos que dá sustentação a essas práticas está situado no discurso (*lato sensu*), bem como, nos desdobramentos que este possui nos contextos da linguagem e da interação social, o que suscita a indagação acerca de como esses discursos são formulados e quais as bases ideológicas que os fundamentam.

Nesse sentido, as pautas defendidas pelos movimentos sociais não estão desvinculadas de uma visão de mundo, de uma concepção de vida e de como esses dois eixos estão interligados à formação da sociedade e em nosso caso do Estado. A partir dessa conjuntura posso destacar que o as formas pelas quais a realidade social ocorre estão diretamente ligadas ao concurso das disputas desses discursos, o que me faz retomar Foucault (2014) diante da ideia de autoria, ora para destacar que os discursos nos impelem à criação e recriação das

coisas (toda a realidade necessariamente indefinida por estar sempre em curso), ora para destacar que somos todos autores à medida que os discursos têm validade apenas mediante nossa aprovação ou reprovação.

Assim, ao refazer esse percurso surge a indagação acerca de como posicionar os movimentos sociais brasileiros do século XXI no contexto de uma redefinição da democracia, bem como, das formas de operação da política e de como a sociedade civil interage em face dessa dinâmica? Ainda não há o que dizer em definitivo, apesar de já haver uma consolidada literatura acadêmica relativa a esse fenômeno, seu decurso ainda não foi completado, ao contrário, ainda está em curso um processo de reestruturação dessas bases, está em curso um processo de cultura política, que pode ou não dar nova forma às maneiras como compreendemos esse contexto, afetamo-lo e somos afetados por ele.

Conforme Chauí (2015) a democracia moderna surgiu em face do descentramento do poder sob a manifestação do soberano, surge quando o social passa a exercer a forma de ordenação da vida social e de tudo que dela emana, num processo em que o concurso das interações entre os diversos agentes das classes sociais, passa a compor a forma como a realidade social vai sendo consolidada. Todavia, os discursos populistas, tentam em alguma medida resgatar essa condição em que o poder emanava da figura de um soberano, primeiro por propor uma ação política baseada na personalização, na construção de arquétipos que sejam capazes de representar de forma essencial os elementos da moral e da cultura de um coletivo, a fim de ser-lhe a concretização da vontade; segundo por propor uma forma de atuação, que se baseia fundamentalmente no estabelecimento de um marco espaço/temporal dicotômico em que os pontos em oposição não compreendem uma face de uma mesma trajetória socio-histórica, mas pontos que justifiquem a necessidade de adesão ao novo modelo baseado na personificação dos ideários coletivos, bem como, na manutenção destes como discursos comuns e messiânicos – muitas vezes –.

Outrossim, no tocante a como compreendo o estabelecimento dos movimentos sociais no século XXI – aí incluso o RenovaBR – posso destacar que estes coexistem no contexto da conjuntura da democracia em suas várias formas de acepção, isto pelo fato, de no Brasil

estarmos num Estado democrático e como tal, a garantia da pluralidade (*lato sensu*) figura como elemento constituinte o ideário político-institucional, de maneira que o concurso de suas ações independentemente das filiações ideológicas de que suas agendas dispõem, ocorre neste mesmo âmbito da democracia. Aliás, a democracia possui essa contradição intrínseca, que reside na possibilidade de diálogo acerca de uma miríade de pauta, inclusive aquelas que se propõem a retirar-lhe o lugar de direito em decorrência de sua “ineficácia” e “ineficiência”, mas o que importa é que a Democracia é muito mais uma forma de conceber o Estado e as formas de organização social que dele emanam, de maneira que:

Liberal democracy – in its various appellations: constitutional democracy, representative democracy, parliamentary democracy, modern democracy - is not the application of the democrati model to a wider context, as some would have it; understood as regime it concerns the symbolic ordering of social relations and is much more than a mere 'form of government'. It is a specific form or of organizing politically human coexistence which results from the articulation between two different traditions: on one side, political liberalism (rule of law, separation of powers and individual rights) and, on the other side, the democratic tradition of popular sovereignty. (MOUFEE, 2000, p. 18)

Nesse sentido, quando falamos em democracia, em política democrática, falamos não somente de uma forma ou regime em que o Estado está organizado, falamos muito mais das relações sociais compreendidas nesta disputa do poder, que ocorre sob diversas frentes e formas baseadas nas relações de interesses oriundas dos afetos dos indivíduos que compõem a sociedade. Dessa forma, compreender de que maneira ou de que maneiras a política democrática opera, perpassa pelas dinâmicas desses interesses, das formas pelas quais se faz possível ou se impossibilita o exercício do poder, seu acesso e sua reprodução, de maneira que:

Assim, a política democrática só se deixa apanhar quando compreendemos que o ser do político abre uma dialética na qual a posição de um desejo (o dos grandes) se efetua pela sua negação (o desejo do povo) e a efetuação da negação desta negação põe a indivisão como síntese impossível: a dialética do político não desemboca na determinação e sim num excesso – o desejo de indivisão, isto é, de ocupação do lugar do poder – marcando a democracia com o selo da indeterminação, isto é, de uma dialética sem *telos* e sem síntese pacificadora. É isto a indeterminação democrática, à qual se contrapõem a determinação estatal e a ideológica. (CHAUI, 2015, p. 57)

Mouffe (2000) observa que a característica principal da democracia moderna está situada no pluralismo político-ideológico, sendo esta a condição que configura as demandas por diálogos e debates em que o jogo político possa ser desenvolvido, bem como, seja possível suscitá-lo quantas vezes for necessário para que a democracia seja mantida. Essa é uma característica presente nas manifestações de 2013 a 2015 no Brasil, é também uma característica comum ao RenovaBR quando da propositura de discurso estar fundamentada numa junção de boas práticas na política – nesse caso sem determinar com de clareza de qual posição no espectro político elas são originárias – como um esforço moralizante, que novamente seja capaz de reformá-la – a política – a partir de uma proposta suprapartidária. Todavia, é interessante pensar que mesmo a partir da elaboração de legendas coletivas e da filiação em partidos que não ocupam relativas posições historicamente hegemônicas na política brasileira, muitos dos membros destes movimentos sociais do século XXI – aí incluso o RenovaBR – lançaram candidaturas nos pleitos de 2018/2020 a partir de legendas e partidos mais à direita e com projetos políticos voltados ao conservadorismo e às pautas neoliberais.

Dessa forma, se tomarmos Mouffe (2000) perceberemos que o discurso do RenovaBR possui e se insere nessa dimensão do populismo, a partir do momento em que propõe haver a possibilidade de alcançar uma forma democrática consensual capaz de suplantar o concursos dos interesses individuais, isto é, o alcance de um ideal coletivo capaz de suplantar as consciências individuais e suas aspirações. Isso fica claro, quando se propõe uma política em que o servir à população e aos seus anseios é tomado como uma premissa que torne o exercício político capaz de representar *ipsis litteris* os todo complexo e caótico dos interesses da sociedade em suas diversas facetas e classes, quando se propõe uma política que seja capaz de suplantar a nossa impotência diante da heterogeneidade do gênero humano, de maneira que:

O essencial – que chamo de concepção trágica da política – é que a própria dimensão simbólica do poder põe seu negativo na figuração imaginária do poder como unificação de todos os desejos – seja como poder institucional e ideológico da classe dominante, seja como sua realização num governo popular. Não se trata de uma operação malévola que desfigura o poder e sim o desejo excessivo de lhe atribuir a transubstanciação da divisão social numa unidade impossível. (CHAUÍ, 2015, p. 59)

Debert (2008), propõe que a identificação conceitual do populismo no Brasil e na América Latina percorre uma série de processos históricos, que compreendem as formas como o Estado foi desenvolvido. Não obstante, podemos fazê-lo pelas vias da compreensão acerca de como os governos e suas lideranças estabelecem relações hétero discursivas com as diversas esferas populacionais que compõem as sociedades modernas. De maneira que sua ocorrência está atrelada às formas e estratégias de mediação que o líder e/ou os líderes empregam diante de uma série de arranjos políticos, que possuem como tônica a concorrência de interesses diversos, representados pelos segmentos da sociedade (servidores públicos, empresários, profissionais liberais, classe médica, operadores da justiça, etc).

Diante dessa miscelânea, o populismo propõe formas de operação que tentam romper ou se eximir da burocracia estatal, pressupõe o exercício da justiça a partir da valoração moral baseada nas predileções do líder e/ou dos líderes, a fim de criar uma propositura discursiva que mantenha ideológica e politicamente um vínculo estável de proximidade entre a população e a liderança estabelecida. Porém, esse processo ocorre não sem a rejeição de forças democráticas e antidemocráticas, que muitas vezes empreendem esforços contrários à prática populista sob a acusação de sua área limítrofe entre a democracia e o fascismo ser demasiadamente tênue, o que justifica o fato de nos discursos populistas haver sempre a necessidade um elemento antagônico central, que necessita ser combatido à garantia do bem-estar da população.

Assim, as práticas populistas – discurso – travestem-se da irreverência, do paternalismo, da presunção da homogeneidade cultural como forma de ordenação social e do apelo nacionalista, para promover uma conjuntura de atuação no âmbito da democracia, que possibilite estar em diálogo favorável com o máximo possível de setores da sociedade civil, o que não se restringe ao exercício discursivo, mas se desdobra no interesse em gerenciar o Estado a partir de seu aparelhamento, tanto como forma de condicionar as bases formadoras de opinião, como para situar as ações num campo em que se possa garantir uma consecução dos interesses das lideranças e dos grupos a quem ela representam.

Ante a tentativa de caracterizar os discursos populistas em face de suas orientações de espectro político – direita e esquerda – convém que façamos o exame acerca de que no caso brasileiro seria bastante dispendioso empreender esforço, apesar de os movimentos sociais, bem como, os partidos políticos estabelecerem uma propositura de diálogo em que essas características estão bem definidas, o processo histórico da formação do Estado Brasileiro e o processo de formação da república tem demonstrado, que as forças políticas nacionais tendem a convergir conforme o percentual de alinhamento de seus interesses, não sendo necessário para isso, que as fronteiras entre suas posições políticas estejam bem delimitadas.

Assim, para demarcar o populismo brasileiro é necessário evidenciar, que este sofreu mudanças severas quanto à forma, até aqui o populismo da primeira metade do século XX, não se assemelha ao populismo do final do século XX e início do século XXI. O populismo de transição entre o final do século XX e o início do século mantém distância da similaridade com o coronelismo e as pautas oligárquicas, ele tem pautas fundamentadas na discussão acerca da oferta de bens e serviços, bem como, da reformulação do Estado e do seu alcance, atua a partir da ideia da personalização da política pelas vias da personificação do *ethos* essencial da sociedade brasileira, mas não de uma sociedade plural – heterogênea –, mas daquela que ocupa o status de hegemonia nos diversos setores da nossa sociedade, de maneira que suas características podem ser compreendidas conforme:

1. um poder que se realiza sem as mediações políticas, isto é, que opera ativamente para afastar as instituições políticas, tanto os partidos políticos, como formas políticas de organização da sociedade civil, quanto a própria estrutura de organização do Estado, sob a forma mediada dos três poderes republicanos. Pretende operar numa relação direta entre o governante e os governados.
2. um poder pensado e realizado sob a forma da tutela e do favor, em que o governante se apresenta como aquele que detém não só o poder, mas também o saber sobre o social e sobre a lei [...].
3. um poder que [...] o governante se apresenta como transcendendo o social, na medida em que é o detentor do poder, do saber e da lei; mas [...] só consegue realizar sua ação se também fizer parte do todo social, já que não opera com mediações institucionais.
4. um poder incorporado, isto é, a indistinção entre o poder e aquele que exerce a função de governo [...], o poder encontra-se total e plenamente ocupado pelo governante que encarna e incorpora o poder, o qual não mais se separa nem se distingue de sua pessoa, uma vez que não se funda em instituições públicas nem se realiza através de mediações sócio-políticas.

5. um poder personalista, isto é, o exercício do poder e a forma do governo oferecem a pessoa privada do governante como sua pessoa pública.
6. um poder que é uma das formas paradigmáticas de autoritarismo político. (CHAUI, 2015, p. 62-63)

Outrossim, os movimentos sociais do século XXI tem se comportado a partir de um discurso que propõe uma outra via de posicionamento, uma via que não foge à conjuntura geracional do apartidarismo, mas que se lança de forma alternativa a este último, quando propõe um posicionamento suprapartidário, talvez dessa coisa do suprapartidarismo é que decorram tantas possibilidades discursivas no campo da política, que engendram formas de atuação que se querem paraestatais, não convencionais e com elevado grau de horizontalidade administrativa. Todavia, o que interessa não está em si na demarcação dos posicionamentos político-ideológicos dos agentes dos movimentos sociais, sim de compreender como os discursos que eles produzem/mobilizam são capazes de gerar identificação entre as pessoas, de maneira que:

Es en este sentido que hemos hablado de los discurso como totalidades estructuradas que articulan elementos tanto lingüísticos como no lingüísticos. Desde este punto de vista, la distinción entre un movimiento y e su ideología no sólo es imposible, sino también irrelevante; lo que importa es la determinación de las secuencias discursivas através de las cuales un movimiento o una fuerza social lleva a cabo su acción política global. (LACLAU, 2011, p. 27)

Conforme Laclau (2011) para compreender a maneira pela qual o discurso populista possui elevada capacidade de identificação, temos de ter em evidência que seu desenvolvimento é sempre composto pelos ideários do senso comum da população em relação aos aspectos mais sensíveis da própria cultura, seu emprego pare do princípio de estabelecer sempre uma relação de identificação primária com as pessoas tomando por base aquilo que lhes causa maior similaridade cultural. Deste fato, decorre que o tecnopopulismo atua a partir da elaboração de uma perfil estético que seja capaz de representar a pluralidade brasileira enaltecendo os aspectos que são de maior apelo moral e cultural, posto que estes residem no âmbito dos afetos e serão mais facilmente acionados ao longo dessa relação de identificação, posto que:

Cualquier identidad popular requiere ser condensada, como sabemos, en torno a algunos significantes (palabras, imágenes) que se refieren a la cadena equivalencial como totalidad. Cuanto más extendida es la cadena, menos ligados van a estar estos significantes a sus demandas particulares e originales. Es decir, la función de representar la "universalidad" relativa de la cadena va a prevalecer sobre la de expresa el reclamo particular que constituye el material sostiene esa función. En otras palabras: la identidad popular se vuelve cada vez más plena desde un punto de vista extensivo, ya que representa una cadena de siempre mayor de demanda; pero se vuelve intensivamente más pobre, porque debe despojarse de contenidos particulares a fin de abarcar demandas sociales que son totalmente heterogéneas entre sí. Esto es: una identidad popular funciona como un significante tendencialmente vacío. (LACLAU, 2011, p. 125)

A organização dos movimentos sociais via internet, através das redes sociais digitais não somente ilustra uma mudança nas formas de organização destes movimentos, mas abre caminho para uma reconfiguração da juventude a partir do momento em que, passa a ser um meio comum das interações entre os agentes dos movimentos sociais e a sociedade civil, meio para discussões amplas, que vão desde as questões centrais que envolvem a identificação dos próprios movimentos diante da sociedade civil até a distinção destes em relação aos demais movimentos que fazem uso destas redes à disputa de seus interesses. Todavia, esse processo não quer dizer que as juventudes atuam em uníssono nesses moldes, mas o tomam enquanto o lugar-comum em que suas aspirações – dos mais diversos caracteres – podem ser alcançadas, de maneira que:

O poder das redes vai além da mobilização. Elas impactam no caráter da ação coletiva desenvolvida. A Internet tem alterado a formação, a articulação e a atuação dos movimentos sociais, gerando impactos e resultados diferentes na sociedade e nos próprios movimentos, segundo áreas territoriais, com impacto maior nas regiões urbanas, dadas as dificuldades de acessibilidade nas zonas rurais. (GOHN, 2018, p. 119)

Assim, os acontecimentos de 2013 a 2015 são fruto de uma dinâmica global, que trouxe à tona desde o limiar de uma possível reestruturação da democracia e suas formas de operação, como também uma pluralidade de discursos de amplo espectro ideológico, sobremaneira, aqueles que se mostraram contrários à democracia e às conquistas do estado democrático de direitos, o que indicou dentro desse contexto a condição paradoxal que permeia a política, posto que ao mesmo tempo em que houve um empreendimento de esforço

de caráter liberal progressista, a pauta do conservadorismo também se fez presente, de maneira que:

O desenrolar dos acontecimentos, pós junho 2013, trouxe outros tipos de movimentos, neoliberais e conservadores, nas grandes manifestações nas ruas contra a corrupção, pelo impeachment da presidenta, entre 2015-2016. [...] Os conservadores e neoliberais são novidades após 2013 porque passaram a atuar também nas ruas, criaram organizações movimentalistas que se aproximam mais de movimentos políticos do que movimentos sociais. Defendem a desregulamentação de direitos sociais conquistados e menos a presença do estado na economia. Mas, de fato, miram o acesso ao poder político estatal. Na realidade fazem parte de uma onda mais geral no capitalismo ocidental, de retorno de grupos conservadores ao poder, de desmonte de direitos e políticas sociais progressistas das últimas décadas, num momento de crise econômica, desemprego e grandes fluxos migratórios populacionais fugindo de regimes autoritários, de toda natureza. Neste cenário, em que os movimentos sociais apresentam matrizes discursivas e ideológicas variadas, e opostas, os novos grupos conservadores e neoliberais buscam teorias do passado para dar suporte à suas organizações movimentalistas, as quais se estruturaram no Brasil utilizando basicamente redes On Line. [...] No seu conjunto esses grupos defendem, muitas vezes, propostas contraditórias e por isso confundem as pessoas. Mas continuam conservadores porque são contra vários direitos sociais e culturais modernos. Apresentam-se como movimentos de ‘renovação da política’, mas são, na realidade, um retorno a movimentos nacionalistas do passado. Miram cargos públicos de poder, de Presidente da República a vereador local. Resumidamente são defensores do livre mercado, anti estatistas e neoliberais. (GOHN, 2020, p. 108-109)

Para pensar de que maneira a problemática do tecnopopulismo chegou ao Brasil e à América Latina, é necessário que tomemos Deseriis (2017), a fim de perceber que esse é um fenômeno transnacional, sua ocorrência decorre das relações político-econômicas decorrente do sistema local/global tão comum ao mundo moderno. Decerto, o tecnopopulismo chegou ao Brasil quando do reposicionamento das direitas populistas no ocidente, como o Movimento Cinco Estrelas na Itália, o Podemos na Espanha e Partido Pirata na Islândia. No caso brasileiro, esse contexto pode ser considerado a partir das formações de grupos e fóruns de discussão liberal pela internet em meados de 2010, momento embrionário para o surgimento dos movimentos sociais à direita que atuaram nas manifestações de junho de 2013.

Nesse sentido, o tecnopopulismo passou a ser operacionalizado no Brasil através das redes sociais digitais – *Twitter*, *Facebook* e *Youtube* e *Instagram* (posteriormente) – por

movimentos como o MBL, MEB e o RenovaBR, atuando a partir da disseminação do discurso de resgate da soberania do povo brasileiro, do livre acesso à informação e à participação direta no gerenciamento do Estado. Aliás, esse processo de disseminação discursiva foi feito a partir da formação de lideranças comunitárias, de lideranças compostas por pessoas comuns - que não faziam parte da classe política -, mas que tinham o interesse de melhorar a política, negando-a enquanto uma prática e afirmando-a sob a perspectiva da necessidade sua reformulação.

Apesar de as redes sociais digitais serem empregadas como mecanismo de operação da política, em si mesmas elas não são capazes de ordenar o exercício político, posto que são um meio para um fim, ao contrário, sua utilização demonstra a engenhosidade desse espaço enquanto uma forma de atuação política, posto que nele há uma elevada possibilidade de emprego de estratégias que vão desde a captação e triagem de dados dos usuários até o direcionamento destes, para empresas especializadas em desenvolvimento de propaganda e publicidade. Todavia, não há aí o caráter de novidade, mas há uma reformulação das formas de produção e divulgação da propaganda político-ideológica, de maneira que:

[...] digital networks have only enhanced the capacity of groups and individuals for self-representation. To be sure, networked social movements still coalesce around shared grievances and objectives. But the pursuit of these objectives does not necessarily entail a subordination of difference to political and organizational unity. (DESERIIS, 2017, p. 447)

Então, quando proponho que o tecnopopulismo decorre da aglutinação entre o populismo moderno e a tecnocracia libertária, quero dizer que no contexto do século XXI, quero dizer que a demanda do livre acesso à informação para uso e compartilhamento, fundamentada sob o anseio de que esta ação possibilitaria à democracia ser feita verdadeiramente pelo povo, por ele moldada e regulada, tanto para colaborar de forma cooperativa em face das demandas sociais, como para fiscalizar o gerenciamento da coisa pública. Nesse sentido, cumpre dizer que:

[...] technopopulism emerges from the encounter of technolibertarian discourse and populist discourse. Even though these formations are historically distinct – as modern populism preexists technolibertarianism by

several decades – there are many common elements that allow for their convergence and hybridization. As we have seen, technolibertarians harbour a deep distrust in bureaucratic and hierarchical forms of authority, which would pose a threat to the unrestrained circulation of information. Further, technolibertarians believe that digital information should be easily shareable, editable, and actionable, so as to allow ordinary Internet users to cooperate and take matters into their own hands. We have also seen how the growing automation of networked cooperation allows for the rapid scaling of political campaigns, which can be organized by loosely coordinated groups of Internet activists outside of institutional affiliations. (DESERIIS, 2017, p. 451)

Outrossim, conforme Chauí (2015) apenas a democracia abrange a possibilidade de forma intrinsecamente legítima, pois em sua estrutura o antagonismo existe como forma de validação da condição democrática, está na sua razão de ser, ora por ser o condicionante de sua existência, ora por demarcar o conflito como a característica crucial ao diálogo e conseqüentemente ao estabelecimento de relações que ocasionem essa dinâmica de descentramento do poder. Entretanto, Laclau (2011) adverte-nos acerca das formas de operação do populismo, destacando o fato de que em suas práticas há esse esvaziamento da possibilidade do antagonismo, mas um esforço para hegemonizar práticas que se dizem e se querem unificadoras e/ou integradoras, calcadas no desejo coletivo de fortalecimento do estado enquanto nação, bem como, da salvaguarda da sua soberania.

Nesse sentido, quando o RenovaBR atua a partir de um ideário pautado na ruptura total dos privilégios, na resolução dos problemas do Brasil e afins, há aí uma propositura vazia de sentido e por predicação populista. Vazia de sentido por ser utópica, por propor o desenvolvimento de um projeto que não contempla a complexidade cultura e socio-histórica do Brasil – Brasis –, nem tampouco se debruça diante da falibilidade dessa empreitada quando justaposta à história do Estado brasileiro, tão permeada pelas disputas de poder e pela preponderância dos interesses dos setores mais influentes sobre as classes sociais com menor poder de inserção e decisão em larga escala; populista pelo fato de propor um projeto de poder em que a miscelânea dos interesses das camadas sociais que compõem a sociedade brasileira, seja capaz de convergir – milagrosamente – a despeito de todas as pautas que são antagônicas entre si, bem como, da oposição de seus interesses e agendas, de maneira que:

No que concerne à polarização social, isto é, à formação social oligárquica, o privilégio dos grandes (ter mais bens e mais poder) é, por definição, sempre particular, não podendo generalizar-se num interesse comum nem se universalizar num direito porque deixaria de ser privilégio. Por seu turno, as carências populares também são sempre específicas e particulares, não conseguindo, enquanto carências, ultrapassar a especificidade e a particularidade rumo a um interesse comum nem se universalizar num direito. Assim, a divisão social sob a forma da desigualdade em todas as esferas da vida social determina a violência com que os grandes, temerosos do povo, sufocam e reprimem todas as manifestações populares por direitos. (CHAUI, 2015, p. 60)

Assim, quando o RenovaBR propõe um resgate ou um alcance da cidadania pelas vias da política, parece-me que esse discurso não leva em consideração a própria ideia de cidadania e seus desafios, posto que o seu alcance está para além de projetos políticos em si, mas reside na maneira como nos propusemos de forma crítica diante da história do Brasil e da forma como o acesso à cidadania, bem como, seu exercício ocorre de maneira figurativa, sobremaneira às camadas de menor gozo de renda per capita. Outrossim, seu alcance perpassa pela compreensão da dimensão de assimetria da constituição do Estado brasileiro em face da nossa divisão social do trabalho, bem como, da maneira como a nossa ideia de política está assentada ainda num modelo moralmente teológico em que, a ideia o exercício da política e seus desdobramentos estão em alguma medida atrelados à sacralidade da providência divina. Assim, é necessário evidenciar que:

Vivemos numa sociedade verticalizada e hierarquizada (embora não o percebamos) na qual as relações sociais são sempre realizadas ou sob a forma da cumplicidade (quando os sujeitos sociais se reconhecem como iguais), ou sob a forma do mando e da obediência entre um superior e um inferior (quando os sujeitos sociais são percebidos como diferentes, a diferença não sendo vista como assimetria, mas como desigualdade) e da repressão violenta (quando a desigualdade é profunda). Essas formas da relação social são ocultadas por aquilo mesmo que as realiza e as conserva: as relações de favor, tutela e clientela. (CHAUI, 2015, p. 66)

Talvez por esse motivo, o neoliberalismo esteja tão impregnado no discurso do RenovaBR e dos movimentos sociais à direita. Em sua prática existe sempre o emprego da personalização, da política enquanto um exercício de sacerdócio, uma prática destinada apenas aos dispostos e com o maior preparo – para enfatizar o engajamento tecnocrático – e figura estética positivamente consolidada, ilustrando portanto, que mesmo em face de uma

propositura discursiva fundamentada nos ideais de um certo pluralismo aliado ao interesse de reforma política, as vias de inserção na política, ofertadas pelo RenovaBR não apenas se valem de práticas populistas, como não representam em si um movimento de renovação.

Capítulo 03 – Dinâmicas da experimentação política: a experiência dos formandos sergipanos do RenovaBR em 2018/2020.

À maneira de tentar compreender como o RenovaBR construiu sua capilaridade a partir da saída do eixo regional do sudeste para o nordeste, especificamente o estado de Sergipe, busquei a analisar o estabelecimento dos processos seletivos empregados para esse intento, bem como, acompanhar como se deu esse processo em Sergipe, verificando as formas de acesso dos inscritos ao RenovaBR e como se deu o seu interesse em participar dos processos seletivos realizados.

Nesse capítulo, proponho ao exame as experiências dos formandos sergipanos do RenovaBR, tomando por base as interações que estes desenvolveram enquanto alunos do curso de formação a que tiveram acesso, as gramáticas que produziram e compartilharam em decorrência desse processo, bem como, as impressões destes acerca da política e da democracia brasileiras. Outrossim, analisei a sua participação nos pleitos eleitorais de 2018 e 2020, a fim de compreender em que medida o RenovaBR foi exitoso em se inserir no âmbito da política sergipana, bem como, a partir de quais relações de filiação partidária esse processo foi possível.

No decurso do recorte estabelecido para esta pesquisa, o RenovaBR realizou dois processos seletivos, o primeiro realizado em 2018 e destinado à disputa eleitoral daquele mesmo ano, com foco exclusivo para os cargos do legislativo brasileiro (Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores); o segundo realizado em 2019 e destinado à disputa eleitoral de 2020, agora com foco ampliado para os cargos do executivo e legislativo brasileiros (Vereadores e Prefeitos).

Assim, o caso sergipano compreende um espaço amostral de 24 (vinte e quatro) formandos, sendo 04 (quatro) deles oriundos do processo seletivo de 2018 em relação ao pleito eleitoral deste mesmo ano; e os outros 20 (vinte) oriundos do processo seletivo de 2019

em relação ao pleito eleitoral do ano de 2020. A partir desse recorte é que propus compreender a experiência dos formandos do RenovaBR em Sergipe, bem como, as implicações da formação destes em relação às maneiras pelas quais compreendem a política e sua feita.

3.1. Contexto de 2018: processo seletivo e pleito eleitoral.

O ano de 2018 foi de grande efervescência na política brasileira em todos os níveis, posto que, o contexto de prisão do ex-presidente Lula, bem como, da candidatura de Bolsonaro às eleições presidenciais acrescentaram um elemento a mais ao contexto político nacional. Neste sentido, houve um crescimento exponencial dos discursos em favor das agendas anticorrupção e da moralização da política, evocados ora a partir da Operação Lava-jato – que foi elevada à condição helênica, diga-se de passagem –, com o acréscimo da figura do Sérgio Moro, enquanto a personificação de uma moral e uma justiça que seriam infalíveis e incansáveis no combate à corrupção, ora no avanço vertiginoso dos discursos conservadores no Congresso.

Eduardo Gianenetti: “É um enorme prazer tá aqui no Renova Brasil, porque eu considero a renovação dos quadros e das lideranças políticas brasileiras hoje, uma necessidade premente e as eleições de 2018 nos dão uma enorme oportunidade de fazer essa mudança. O Brasil tá completando 04 anos de operação Lava-jato, essa operação revelou as entranhas no que há de errado, no modo como se faz política no Brasil e como tem transcorrido a nossa vida pública e isso clama por ser... tratado por meio de uma renovação de pessoas que não tem os vícios do passado e que tem a juventude, tem energia, tem disposição e precisam da informação pra poder ter uma ação política consequente.”. (Falas presentes no vídeo “*Não deixe o descontentamento virar indiferença*” no intervalo 00:00:03 – 00:01:14, publicado em 21 de março de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a44bfowpS2E>.)

Vimos abundar a presença de membros da justiça e da segurança pública com maior incidência e visibilidade no campo da política, tanto no cenário nacional, como nos cenários regionais – como em Sergipe – em que, para além de ilustrar os impactos da judicialização da política na esfera de seu desenvolvimento, demonstram como uma prática discursiva

desdobra-se no seio da vida social e se manifesta sob diversas formas, inclusive no concurso das disputas eleitorais, posto que, o contexto ao qual fiz referência suscitou um movimento dentro da dinâmica da cultura política, responsável por engendrar a ideia de que a política era um espaço em que a moral – cristã (*lato sensu*) – e os bons costumes – sabe-se lá quais – poderiam e deveriam ser reivindicados por pessoas aptas para tal, pessoas de alguma maneira impolutas, que pudessem representar a brancura e o fervor da verdade e da justiça.

Esse contexto deu a tônica das para o estabelecimento das “trincheiras” em que ocorreria o conflito no campo político nacional e regional, a partir dele o Brasil solidificou uma conjuntura de polarização, que foi para além do campo da política estatal, mas adentrou a vida social como um todo, tornando-se parte dela e fazendo parte do debate sobre o Brasil e o seu futuro. Esse cenário suscitou a dicotomia “nós/eles” para vários campos da vida social e o seu desdobramento na política foi definido a partir da lógica do dualismo coxinhas e petralhas; esquerda e direita, Lula e Bolsonaro, etc.

A partir deste cenário, é que as disputas eleitorais de 2018 em Sergipe e no Brasil foram realizadas, de maneira que o seu decurso, bem como, o período de polarização que lhe foi anterior (manifestações de 2013 a 2015) e que fecundaram boa parte dessa conjuntura, configuraram-se no panorama de criação do RenovaBR. Dessa forma, o momento do seu surgimento compreende um período histórico de grande tensão no campo da política nacional, o que possibilitou não somente a sua forma de atuação, como também a sua rápida dispersão pelo Brasil, valendo-se primeiramente do problema da crise de representatividade, para questionar a qualidade e a validade do sistema partidário, bem como, da aptidão técnica e ética dos seus representantes; em seguida apregoando um discurso baseado na ideia de renovação política por parte de pessoas comuns – mas nem tão comuns assim –.

Membros do RenovaBR: “Acho que a gente tá hoje com bastante clareza da crise que a gente vive entre representantes e representados|| Sensação generalizada de que o nosso congresso, hoje, não nos representa| Ninguém mais aguenta é... manter o cenário político atual, as mesmas pessoas|| O Renova, ele entra nesse ecossistema fornecendo uma solução pra diversos movimentos políticos, pra diversos indivíduos no Brasil todo|| Tem gente muito disposta e muito a fim de participar|| Uma ideia quase que divina no meio político|| É algo que nunca foi feito né... assim na complexidade que a

gente queria, na abrangência que a gente queria, na pluralidade que a gente queria|| A questão de diversidade que eles focaram muito assim, é... eu como mulher negra acho isso superimportante|| Não é um programa focado em partidos, em movimentos ou ideologias, é um programa focado em gente, gente boa|| E acho que não foi fácil pro Renova ter que escolher de tantas... de tanta gente, mais de quatro mil inscritos é... cem, cento e cinquenta pessoas|| Essa tomada de consciência passa de uma certa forma por uma busca por alternativas|| Tentar mudar esse paradigma de que pessoas boas não estão na política|| Uma energia de fazer acontecer e é por isso que eu acho que o Brasil tem jeito, porque eu tô vendo essa energia vital, pulsante nas pessoas que tão construindo o Renova, nas pessoas que tão participando do Renova, que tão acreditando no projeto|| As pessoas tão vendo o Renova como uma esperança|| Pra uma população que tá desacreditada, que já sofreu tanto é... nos últimos anos com... com a nossa política, acreditar que dá pra mudar já é um começo.”. (Falas presentes no vídeo O Brasil tem jeito no intervalo de 00:00:00 – 00:01:43, publicado em 08 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0SwJ-UEyRN8>.)

Em Sergipe essa também foi a tônica do embate discursivo, os formandos do RenovaBR desse período que disputaram eleições também fizeram uso desses argumentos, para fundamentar sua tentativa de inserção na política, bem como, de legitimá-la a partir do exercício da diferença dicotômica entre “eles” (que representavam a novidade, a competência técnica e a polidez ética) e os “outros” (os de moral duvidosa, já corrompidos pelos vícios presentes na estrutura política de que faziam parte). Todavia, como veremos a seguir, isso não foi o suficiente para garantir uma experiência percentualmente exitosa por parte dos formandos que lançaram candidaturas nesse período, talvez em decorrência da pouca visibilidade e/ou da timidez com que seus corpos foram espetacularizados ao intento de angariar atenção, prestígio e audiência, o que para Debord (1997) implica não em uma experiência negativa de fato, mas em um teste, um preâmbulo à formulação de uma proposta estética que possua maior capacidade de alcance e apelo social.

O grupo de formandos de 2018 foi composto por 04 (pessoas), sendo todos do gênero masculino e com residência em Aracaju. Eles tiveram contato com o RenovaBR a partir de indicações de amigos que souberam do processo seletivo e da proposta defendida, pelas redes sociais digitais (com destaque para o *Facebook* e o *Twitter*). Nesse momento, o elemento motivador dos formandos era composto por 03 (três) elementos comuns: o primeiro situado na possibilidade de ingresso de pessoas comuns no campo da política; o segundo a crença de em uma efetiva renovação do Estado e da sociedade brasileira através da política institucional;

e por fim, a possibilidade de uma formação técnica que viabilizasse a entrada nesse campo a partir de um capital intelectual direcionado a esse fim.

Narrador do RenovaBR: “Faz tempo que a gente quer renovar a nossa política, mas chega a eleição e parece que os políticos não querem ser renovados pela gente, são sempre os mesmos nomes. O RenovaBR vem pra mudar essa história, pra preparar gente comprometida e realizadora pra entrar na política. Novas lideranças selecionadas no país inteiro, que conhecem de perto os nossos problemas e tem disposição e capacidade pra enfrentá-los, pessoas de diferentes partidos e opiniões, mas com algo em comum: acreditar que a política é lugar de honestidade, diálogo e dedicação. Nessas eleições nós temos a chance de começar a virar o jogo e eleger lideranças que nos escutem e nos representem. Tá na hora de renovar, se o país é de todos nós, a política também tem que ser.” (Falas disponíveis no vídeo *RenovaBR: veja o nosso manifesto* no intervalo de 00:00:03 – 00:00:50, publicado em 10 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gOugNJnHwKU>.)

A partir desse contexto, destaco que todos os formandos dessa turma de 2018 lançaram candidaturas. Porém, eles não foram os únicos, pois um grupo de 06 (seis) outros candidatos (escritos entre chaves para indicar o seu deslocamento histórico) que disputaram esse pleito, passariam pela formação do RenovaBR no ano seguinte (2019), o que pode ter ocorrido em decorrência tanto do contato destes durante as formalidades que o processo eleitoral requer, como em decorrência das interações de diálogo informal em que a troca de informações estabelece um lugar-comum em que os discursos passam a convergir. Nesse sentido, o panorama de candidaturas de membros do RenovaBR em 2018 pode ser visto conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 – Candidaturas em 2018

Candidato (a)	Partido	Cargo	Resultado
{Adriana Lima Mallezan}	Novo	Dep. Federal	Não eleita
Alessandro Campos	REDE	Senador	Eleito
{Aurelio Lima Barreto}	Novo	Dep. Federal	Não eleito
Henrique Alves da Rocha	REDE	Dep. Federal	Não eleito
{Hebert C. Santos P. Passos}	REDE	Dep. Federal	Não eleito
{Izabelita Alves de Araújo}	REDE	Dep. Estadual	Não eleita
Milton Andrade	PMN	Governador	Não eleito

{Niully N. Santana Campos}	PSB	Dep. Estadual	Não eleita
Saulo Vieira	PMN	Dep. Estadual	Não eleito
{Thieryson Santos}	PPS	Dep. Estadual	Não eleito

Para analisar esse cenário de forma quantitativa e compreender como se deu o resultado efetivo do RenovaBR pela via da tentativa de ingresso no campo da política, vali-me dos indicadores: Gênero; Concentração partidária; Concentração de cargos disputados; Êxito eleitoral. Assim destaco que a proporção 70% | 30% para homens e mulheres respectivamente, ainda é um dado que reflete a predominância masculina na política sergipana e consequentemente brasileira.

No tocante ao percentual de concentração dos partidos houve predominância do REDE Sustentabilidade com 40% das filiações, seguido do NOVO e do PMN com 20% de filiações cada e por fim o PPS e o PSB com 10% de filiações cada. Esse cenário pode ser compreendido se percebermos a historicidade dos partidos em relação à dicotomia entre “o velho” e “o novo” presente no discurso do RenovaBR, isto é, os partidos com maior percentual de filiação são historicamente mais jovens, sendo o REDE Sustentabilidade e o NOVO criados no século XXI, enquanto aqueles que tiverem menor percentual de filiação estão situados historicamente no século XX.

Amanda Klein: “E algum partido... você acha que ainda consegue... consegue se salvar algum partido, que você acha que ainda seja uma inspiração ou... de uma forma geral seja um bom partido?”.

Eduardo Mufarej: “Eu acho que hoje você tem um novo ecossistema se estabelecendo no Brasil, [...] eu acho que você tem duas... duas novas frentes que tão tentando se consolidar nesse espaço, ainda pequenos, mas com mensagens é... que eu acho que são de virtude né... e com processos é... claros e sem é... contrapartidas, que é o Partido Novo e a Rede, acho que eles fazem um bom trabalho, viabilizam o acesso do cidadão comum à política...”.

(Falas presentes no vídeo *Eduardo Mufarej, Co-fundador do RenovaBR em entrevista à Rede TV* no intervalo de 00:15:56 – 00:16:40, publicado em 09 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bwq5Q3v7pO0>.

Esse dado, parece-me ilustrar com certa clareza, que o fenômeno dos movimentos de renovação da política brasileira dispõem de um condicionante geracional, que delimita suas formas de operação a partir da historicidade das instituições em que se deseja ingressar, ora pela dificuldade de acesso em instituições de maior acúmulo histórico, devido à dimensão de sua capilarização e hierarquia, ora pela dificuldade de estabelecer outros paradigmas, dada a configuração já consolidada de suas estruturas.

Quando analisamos o percentual de concentração dos cargos disputados, temos 40% para os cargos de Deputado Estadual e Deputado Federal; 10% para o cargo de Governador e 10% para o cargo de Senador. Esse cenário causou-se certa cisma num primeiro olhar, posto que é estranho que um dos cargos com o menor percentual de concentração seja o que logrou êxito, porém, quando olhamos em outra perspectiva percebemos que isso se deve à pessoa eleita e ao que ela representa, tanto por se tratar do Delegado – empregado semanticamente como apelo moral e afetivo – Alessandro Campos, como pelo fato deste ter encarnado a versão sergipana de Sergio Moro. Além disso, o cargo pleiteado por ele foi o de Senador, o que exige uma quantidade elevada de fortuna e virtude – na acepção do maquiavelismo – para construir os caminhos necessários para esse intento, diferente dos demais cargos, que dependem muito mais das forças internas da política regional para lograr êxito, que do concurso de uma série de forças regionais e extrarregionais para uma tentativa realmente páreo para uma disputa nesse séquito.

Não à toa, o percentual de êxito foi de apenas 10%, o que não quer significativa algo negativo sob o ponto de vista do alcance, já que estes 10% correspondem ao Senado, isto é, a uma ala do Congresso que tem grande alcance a nível nacional, bem como, fomenta por predicação o intento do RenovaBR ao inserir por via de sua formação, uma pessoa comum na política.

Narrador do RenovaBR: “O Brasil tem pela frente desafios incomuns, que só serão superados se buscarmos o que temos em comum: o desejo de mudança, o sonho de ser feliz, o direito de viver de acordo com as próprias convicções. Pra que isso aconteça precisamos de comum acordo, assumir a responsabilidade pelo nosso futuro. Entender que a política só vai funcionar pras pessoas comuns quando pessoas comuns estiverem na política, pessoas

comuns como você, que não se sentem acima dos outros, que sabem que ninguém merece privilégios, não importa o sobrenome que tenha ou o cargo que ocupe. Tudo isso pode até soar lugar comum, mas é a mais pura verdade. Se o país é de todos nós, a política também tem que ser. Por isso, o RenovaBR prepara pessoas comuns pra serem políticos fora do comum.”. (Falas presentes no vídeo *Pessoas comuns, políticos fora do comum* no intervalo 00:00:03 – 00:01:28, publicado em 07 de janeiro de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AErAoT_nPzg.)

A partir desse panorama, é necessário estabelecer de que maneiras estes formandos compreendem o RenovaBR, bem como, o que ele representa no cenário da política e da democracia brasileiras, tanto para verificar a partir de quais perspectivas ideológicas eles atuam nesse contexto, como para verificar de que maneiras eles compreendem a si mesmos como partes desse processo.

“Escola de formação política. Liberal. Fundamental para formação de novos quadros políticos.”. (Entrevistado NC04-D09)

“Uma escola multidisciplinar para formar pessoas que querem se dedicar a política! Uma ferramenta que encurta o caminho de quem ainda está cru mas tem um forte senso de contribuição social na vida pública!”. (Entrevistado UE12-D09)

“Movimento de formação de novos políticos e lideranças.”. (Entrevistado AA12-D09)

“Uma escola de preparação de novas lideranças para disputar cargos eletivos. Uma instituição suprapartidário com viés de apoio à renovação dos quadros da política brasileira com uma inclinação a defesa da democracia e mais ênfase numa linha social liberal.”. (Entrevistado BS02-D09)

Esse pensamento diante do RenovaBR enquanto uma escola de formação política tem sido um elemento convergente entre os formandos, porém, cumpre destacar que esse aspecto parece mais uma vez ilustrar que este último é uma associação/movimento que quer criar uma via de inserção no campo da política através de um esforço tecnocrático, daí talvez resida a ideia de escola tão disseminada e reproduzida pelos formandos. Outrossim, essa ideia está atrelada à maneira como eles querem de alguma forma velar este projeto de poder, posto que, a ideia de escola, de educação escolar – mesmo que seja anacrônico dizê-lo – suscita a ideia de formação, de planejamento, de busca por resultados a médio e longo prazo.

Dessa forma, quando do empreendimento de esforço à compreensão desse aspecto que concentra e situa o RenovaBR enquanto um espaço de saber, de formação política e de atuação no campo da política, é mister que essa perspectiva de abordagem decorre da forma como o próprio RenovaBR estrutura seu discurso em relação a si e às maneiras como se propõem aos demais agentes, bem como, dos projeto de poder que operacionaliza em suas ações. Ao fazer uso da ideia de escola, faz-se uso de um elemento afetivo que, ora suscita a ideia de uma formação necessariamente positiva, ora faz referência à via educacional como forma de superação da conjuntura política brasileira em questão.

Diante disso, o que se quer está ligado a estabelecer as bases para um projeto de Brasil em que o campo da política seja o espaço para a criação de um campo de dominação, primeiro pelo exercício tecnocrático compreendido na formação política pela educação como forma legítima, eficiente e eficaz de acesso à política; segundo pela capacidade mercadológica que essa ação possui, posto que promove visibilidade a uma forma de ingresso no campo da política, que num primeiro olhar mostra-se apartado da dinâmica das carreiras e da coalizão de forças em comum, mas com o emprego de algum esforço à minúcia, percebe-se que houve na verdade uma mudança de forma, pois o conteúdo em si permanece pouco alterado, isto é, a lógica das carreiras permanece, mas atua sob outras formas e segue outros itinerários.

Se fizermos o exame diante das formas de atuação do RenovaBR em face do que propõem McAdam e Tarrow (2011), ficará evidente que o RenovaBR promove-se enquanto uma forma, um veículo, ou até mesmo um instrumento de renovação política com o interesse de mobilizar inserção no âmbito do poder estatal, bem como, de constituir capilaridade que viabilize a concorrência aos partidos. Assim, o emprego de esforços a fim de uma legitimação no campo da disputa política, está assentado sobre vários ideários acerca da democracia e da política brasileiras, de maneira que mote discursivo desses agentes engloba desde a inaptidão e a não adaptação dos brasileiros à democracia e ao voto até a suposta “juventude” do nosso sistema democrático.

“Talvez por sermos uma democracia jovem, vivendo ainda a sombra de regimes autoritários, de esquerda e direita, compreendo nosso momento conturbado, polarizado. Compreendo a política como um arco-íris de possibilidades, não apenas preto e branco, não apenas oito ou oitenta. Temos

muito a aprender com nossos erros, com os erros alheia também.”. (Entrevistado NC04-D14)

“Engatinhando! Acabamos de sair de uma Ditadura Militar, as pessoas ainda precisam aprender a votar e se acostumar com a colheita da democracia! A venda de voto ainda impera! Mas é uma jornada!”. (Entrevistado EU12-D14)

“A democracia é o melhor regime político, mas ainda precisamos amadurecer e progredir enquanto sociedade, temos uma democracia jovem. Precisamos falar mais sobre cidadania.”. (Entrevistado AA12-D12)

“Ainda cambaleante. Estruturas partidárias e o sistema político e eleitoral potencializam e privilegiam as más práticas dificultando uma verdadeira representatividade nos espaços institucionais de poder. A baixa qualidade da educação formal e cívica tbm potencializam o desconhecimento da dinâmica da sociedade e o desinteresse pela política.”. (Entrevistado BS02-D12)

Esses aspectos evidenciam que a gramática construída por estes agentes perpassa tanto por uma concepção essencialista da política, da democracia e do Estado, como por uma compreensão histórica de Brasil pautada narrativa da secularidade insuperável dos problemas da política brasileira, bem como, de uma certa ineficiência dos dispositivos democráticos nacionais, ora pela desconfiança em relação ao voto e ao processo eleitoral – por tabela –, ora pela crença de que essas situações decorrem da pouca substância histórica da nossa democracia. Além disso, a crise da representatividade política tem sido empregada aqui como mecanismo de clivagem, tanto para justificar a inserção da pauta da renovação da política brasileira, pelas vias de uma outra forma de inserção não partidária – pelo menos inicialmente –, como pela necessidade legitimar um discurso que se antagonize às estruturas já existentes para se apresentar como novidade e inovação, novidade pelo fato de reivindicar uma vanguarda e inovação pelo fato de propor-se *sui generis* em relação no tocante ao binômio forma/conteúdo.

Narrador do RenovaBR: “Quer renovar a política em três passos simples? Vem comigo! O primeiro passo é acreditar que o seu voto faz diferença, anular não é protestar, é deixar as coisas como estão. Vota de olhos abertos, de cabeça erguida. Segundo, os deputados são a chave da mudança, como eles precisam de menos votos é mais fácil eleger gente nova, além disso são eles que fiscalizam ou deveriam fiscalizar governadores e presidente. [...] Por último, chega de repetir que político é tudo igual, esse papo só ajuda os maus políticos. A crise fez surgirem várias boas iniciativas como o RenovaBR, que selecionou, testou e treinou muita gente séria, pra fazer política do jeito certo.”. (Falas presentes no vídeo *Três verdades sobre essas*

eleições no intervalo de 00:00:00 – 00:00:44, publicado em 26 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z7joT6H3Pjc>.)

Tão logo, os formandos sergipanos também compartilhavam entre si elementos de maior ou menor similaridade em relação às temáticas referidas anteriormente, o que não demarca em definitivo o contexto e a dimensão da cultura política sergipana no tocante a esse fenômeno em particular, mas delimita os espaços em que ele ocorre e a partir de quais elementos semânticos esses agentes estabeleceram um lugar-comum às suas interações e às formas como se relacionam com o projeto político democrático que advogam para o Brasil.

3.2. Contexto de 2020: processo seletivo e pleito eleitoral.

Para começar essa análise será necessário propor ao exame o contexto de múltipla tensão de 2018, mas agora em face dos seus desdobramentos no campo da sociedade brasileira (*lato sensu*), bem como, das formas como o Estado estava sendo reconfigurado a partir desse contexto, posto que os discursos presentes nas eleições anteriores ganharam maior força e passaram a ter um perfil de maior refinamento estético, de maneira que a tônica do combate a corrupção e seus desdobramentos mantiveram-se ativos. O ponto de partida para esse intento situa-se em 03 (três) aspectos cruciais: o primeiro situado na escalada da pauta do conservadorismo no Brasil, sobremaneira no espectro de maior inclinação à direita liberal; o segundo situado no êxito do RenovaBR nas eleições de 2018; o terceiro situado na pandemia global de Covid-19, que logicamente passou a ser uma tema sensível à discussão política.

Narrador do RenovaBR: “O RenovaBR existe pra você, você que não admite que as coisas continuem como estão, você que sente que o governo tem que funcionar melhor e que os nossos representantes precisam ouvir o que a gente quer. E a gente quer honestidade, eficiência, respeito e mudança. O objetivo do RenovaBR é que essa mudança seja feita por todos nós brasileiros, por isso o RenovaBR selecionou, testou e treinou caras novas do Brasil todo, pra disputar as eleições e renovar o Congresso Nacional. 17 novas lideranças eleitas, 09 deputados federais, 07 estaduais e 01 senador. Agora é a sua vez de acompanhar, cobrar e garantir que essas mulheres e homens honrem os compromissos que assumiram com todos nós. O

RenovaBR segue por aqui, dedicado a acelerar e qualificar a renovação, porque você merece viver em um país livre e corrupção, com um governo que torne o seu presente mais seguro e te dê a chance de sonhar com um futuro cheio de oportunidades.” (Falas presentes no vídeo *A renovação está só começando* no intervalo de 00:00:01 – 00:00:59, publicado em 10 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oLr63DPMrlw>.)

O ano de 2020 foi marcado pela consolidação cada vez mais evidente das pautas conservadoras no Brasil, não somente pelo fato de Bolsonaro ter sido eleito presidente em 2018, como pelo fato desse evento ter suscitado uma espécie de ascensão dos discursos conservadores, moralistas e teológicos no campo da política. Algo que pode ser compreendido pelo viés da nossa base teocêntrica de concepção política, que num processo de escalada do conservadorismo é um ponto focal que tende sempre a elevar-se e a ganhar vulto, influenciando a opinião pública e reverberando na formação da cultura política.

O ano de 2020 foi marcado pela chegada da pandemia global de Covid-19 ao Brasil, que não demorou a chegar em Sergipe e engendrou toda a conjuntura que delimitou um novo condicionante à feitura da política daquele ano. Em decorrência da pandemia e da sua rápida dispersão pelo Brasil, os sistemas de saúde entraram em colapso em várias cidades e estados, ocasionando uma série de problemas em relação ao desenvolvimento de uma opinião pública favorável ao combate à pandemia, bem como, em face do impacto que esse fenômeno causava naquele período.

Como forma de tentar conter o avanço da contaminação e estrategicamente salvaguardar os empregos e o funcionamento do comércio local, governadores e prefeitos adotaram o isolamento social como forma de combate, elaborando comissões de enfrentamento à Covid-19. Todavia esse movimento mostrou-se divergente ao movimento defendido pelo governo federal, nesse caso, a ala de maior alinhamento com o presidente Bolsonaro e as práticas que ele representava, o que serviu de mote à discussão política sob aspectos diversos, de forma que a discussão foi capitalizada como elemento discursivo pelo RenovaBR, que propôs uma série de ações virtuais (*lives*²¹) para discutir e propor formas de

21 Reuniões virtuais on-line que possuem caráter formal ou não.

enfrentamento à pandemia, bem como, de fiscalizar o gerenciamento dos recursos federais que foram destinados a essa finalidade.

Em Sergipe o governador Belivaldo Chagas emitiu uma série de decretos com a finalidade de combater o avanço da pandemia, bem como, para garantir de alguma forma a recuperação econômica sergipana e evitar o colapso definitivo dos sistemas de saúde. Essas medidas foram elementos centrais nos discursos da política e da imprensa sergipanas, que analisavam as ações a partir da dicotomia da tragédia existente entre fechar o comércio ou fechar o caixão, motivando amplas discussões na Assembleia Legislativa de Sergipe sob o viés do antagonismo existente entre os grupos pro e contra Belivaldo, o que levou o debate também para o âmbito da sociedade civil através das ações envolvendo lideranças já inseridas no Estado, bem como, lideranças externas a esse contexto.

Dessa forma, o movimento que faremos para compreender o contexto eleitoral de 2020 à luz do RenovaBR e dos formandos sergipanos, requer que voltemos ao ano de 2019, ano em que os agentes a que faço referência ingressaram no processo de formação ofertado pelo RenovaBR. Esse grupo foi composto por 20 (vinte) pessoas, sendo 14 (catorze) do gênero masculino e 06 (seis) do gênero feminino, com percentual de dispersão regional diversificado entre os municípios de: Aracaju (70%), Canindé do São Francisco (05%), Capela (05%), Lagarto (10%), Poço verde (05%) e Riachuelo (05%).

O contato desse grupo com o RenovaBR ocorreu tanto pela indicação de amigos, como através da internet com destaque para os vídeos no *Youtube* em que há a propaganda acerca dos resultados alcançados pelos formandos nas eleições de 2018 em todo o Brasil. Aqui o elemento motivador desse agentes manteve o traço de identificação referente à turma anterior, mas agora houve o acréscimo do êxito que o RenovaBR conquistou enquanto uma proposta viável de ingresso no campo da política sem a necessidade – ao menos direta – de fazê-lo pela via da filiação partidária, sobremaneira quando este êxito representa a consecução tecnocrática do exercício político.

Narrador do RenovaBR: “O RenovaBR nasceu com a missão de transformar pessoas comuns em políticos fora do comum. Em 2018 selecionamos e formamos 13 novas lideranças de todo o país: 17 foram eleitas e já estão renovando Brasília e o Brasil. Agora o RenovaBR está abrindo uma nova turma, para qualificar mais gente disposta a entrar na política. Quer alguém com honestidade e preparo pra cuidar da sua cidade? Que tal você?”. (Falas presentes no vídeo *Inscrições abertas para o Processo Seletivo RenovaBR Cidades!* no intervalo de 00:00:00 – 00:00:26, publicado em 02 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EvqSt-q4nQk>.)

Dessa maneira, destaco que na turma de 2019 apenas 10 (dez) formandos lançaram candidaturas, o que equivale a 250% da turma anterior se considerarmos apenas os 04 (quatro) formandos de 2018, mas não se altera se percentualmente se levarmos em consideração o acréscimo dos 06 (seis) candidatos que passariam posteriormente pela formação no RenovaBR. Assim, apesar de ter ocorrido um aumento do número de formandos que lançaram candidaturas, esse indicador manteve-se inalterado se comparado ao quantitativo de candidaturas de formandos no pleito de 2018, o que me parece convergir com a normalidade estatística referente ao êxito eleitoral dos formandos do RenovaBR. A saber, o total de candidaturas dos formandos do RenovaBR em 2019 pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 05 – Candidaturas em 2020

Candidato	Partido	Cargo	Situação
Adriana Lima Mallezan	PL	Vereadora	Não eleita
Ana Paula Soares Mota Araújo	PP	Vereadora	Não eleita
Eduardo Gomes Ribeiro Maia	PDT	Vereador	Não eleito
Erasmio Marinho Filho	PSB	Prefeito	Não eleito
Hebert Carlos Santos Pereira Passos	Cidadania	Prefeito	Não eleito
Henrique Alves da Rocha	Cidadania	Prefeito	Não eleito
Izabelita Alves de Araújo	Cidadania	Vereadora	Não eleita
Leonardo Rodrigues Lisboa	PL	Vereador	Não eleito
Marcos Medeiros Dos Santos Neto	Podemos	Vereador	Não eleito
Saulo Vieira	DEM	Vereador	Não eleito

A fim de analisar esse cenário empreguei os mesmos indicadores que utilizei como recorte para o pleito de 2018, de maneira que teremos a repetição da proporção 70% | 30% para homens e mulheres respectivamente no tocante ao indicador de gênero, que mais uma vez ilustra a prevalência masculina dentro do contexto das candidaturas para esse recorte. Todavia, se observamos esse fenômeno fora do recorte do RenovaBR, mas no âmbito geral das candidaturas em Sergipe, teremos uma reprodução desse quadro, o que decorre ora pela cultura política brasileira não ser um locus tradicionalmente afeito à legitimação do feminino enquanto uma figura orgânica da política, ora pelo fato da estrutura dos direitos sociais e políticos no Brasil ter sido demasiadamente morosa em garantir e fomentar a participação das mulheres no contexto da coisa política.

No tocante à concentração dos partidos houve predominância do Cidadania com 30% das filiações, seguido pelo PL com 20% das filiações e em seguida pelo DEM, PDT, PODEMOS, PP e PSB todos com 10% de filiações cada. Esse cenário pode ser compreendido se percebemos dois contextos, o primeiro deles situado na ausência do Rede Sustentabilidade como partido de maior concentração de formandos, ora pela migração de alguns destes para o Cidadania (que passou a ser o partido de maior predominância de formandos nesse pleito), ora pelo fato de o Cidadania representar um maior alinhamento com as propostas do governo federal, o que possibilitaria talvez uma maior adesão do eleitorado sergipano; o segundo contexto está situado no fato de que a concentração percentual dos partidos assumiu uma localização mais voltada ao espectro da centro-direita, demonstrando não apenas uma espécie de distanciamento dos extremos (direita e esquerda) em detrimento de um posicionamento estratégico de consenso baseado nessa circunscrição aos partidos de centro.

Ao analisarmos o percentual da concentração dos cargos disputados, temos 70% para o cargo de Vereador e 30% para o cargo de Prefeito, o que nesse caso não me causou estranhamento, pois a predominância para os cargos de vereador é estruturalmente intrínseca à disputa eleitoral quando dada a maior quantidade de vagas para o desempenho dessa função junto ao Estado. No entanto, os 30% referentes à disputa para o cargo de prefeito representou um dado interessante, posto que os formandos participantes desse pleito não o fizeram na disputa de uma mesma cidade sergipana, bem como, Aracaju não foi uma delas, fato que

ilustra uma atuação que distanciou-se da capital e foi para os interiores do estado de Sergipe, talvez à busca de uma concorrência de menor capital político ou de um campo em que a disputa ocorresse num cenário favorável ao emprego do cabedal tecnocrático de conhecimentos desenvolvidos ao longo da formação no RenovaBR.

Porém, o percentual de êxito para esse pleito foi efetivamente infrutífero sob a perspectiva da não conquista em nenhum dos cargos disputados, mas há de se observar que esse contexto ainda possui um caráter experimental com vistas à publicização dos formandos enquanto pessoas reconhecidas neste campo, posto que, os formandos atuantes nesse pleito não gozavam de um conjunto de virtude e fortuna – na acepção do maquiavelismo – que fosse suficientemente capaz de angariar capital político, que pudesse ter relevância entre o eleitorado. Isso decorre do concurso tanto das formas de ingresso e de construção das campanhas, que nesse caso, não foram feitas sob os moldes de uma especialização estética conforme a que foi empregada na construção da imagem do Alessandro Campos, bem como, de que a capilaridade política desses formandos ainda não dispunha de alcance suficientemente elevado para fomentar interações que possibilitassem a sua inserção como elementos legitimamente viáveis diante do eleitorado.

Eduardo Mufarej: “Uma parte muito importante do que a gente tá construindo é abrir espaços pra pessoas competentes, éticas e com vontade de servir pra que elas possam almejar um espaço na política, esse espaço que até hoje tava muito bloqueado ou quase que impedido. De que forma a gente a faz isso? Com muita formação! E a gente tem trabalhado muito pra ampliar não só a carga de conhecimento dessas pessoas, das pessoas que a gente tem treinado e capacitado pra fazerem parte dessa nova geração de políticos, mas também ancorado muito em pilar éticos e pra que ela possa enquanto representante, não ter rabo preso, ela possa ser um representante livre servindo à sociedade e não a interesses específicos.”. (Falas presentes no vídeo *Entrevista de Eduardo Mufarej no programa “Brasil Que Dá Certo”* no intervalo de 00:04:55 – 00:06:02, publicado em 15 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ma_gjiAiy_4.)

Assim, para compreender esse panorama é necessário ter acesso às maneiras pelas quais os formandos que participaram desse pleito, bem como, dessa formação junto ao RenovaBR compreendem-no enquanto um movimento ou instituição ao mesmo tempo em que

concebem a si mesmos, como parte do desenvolvimento e da dinâmica da política e da democracia brasileiras.

“Uma escola de capacitação política.”. (Entrevistado NR10-D09)

“O maior curso de formação política da atualidade. Ele permite uma qualificação dos futuros representantes políticos, com um olhar mais técnico do mandato.”. (Entrevistado RR10-D09)

“É um movimento de formação e renovação política. No campo da política e democracia nacionais se situa na neutralidade partidária e ideológica.”. (Entrevistado AN07-D09)

“O renova é uma escola de formação política. Está no espectro dos movimentos de renovação política que ganharam força com a crise de representatividade dos partidos. Hoje, após duas eleições com a participação de lideranças formadas pelo renova, sobretudo após a votação da reforma da previdência, está claro que a maioria eleita é do campo da centro direita, e refletem o perfil do movimento.”. (Entrevistado UM04-D09)

A partir desse contexto fica claro que os formandos da turma de 2019 possuem uma visão idêntica a que foi declarada pelos formandos da turma de 2018, o que não causa estranhamento se pensarmos pelo viés da repetição deste elemento narrativo como uma forma de consolidar a ideia tecnocrática acerca da escola e conseqüente de sua existência enquanto uma instituição estratégica ao estabelecimento de um perfil sociocultural favorável aos interesses do RenovaBR. No entanto, a reprodução desse discurso não ocorre de forma aleatória e tampouco sem a devida inserção num contexto socio-histórico, que além de garantir sua legitimidade semântica, opera sob a possibilidade de outorgar ao RenovaBR a condição de alternativa à superação desse paradigma da não formação técnica dos representantes políticos brasileiros.

Assim, quando essa ideia se faz presente nos discursos dos formandos sergipanos, ela representa não somente o projeto político presente nas ações do RenovaBR, mas representa a consecução da ideia que o sustenta à medida que, se insere como um elemento semântico preponderante acerca da imagem que os formandos têm de si mesmos enquanto formandos (concludentes de uma formação escolar), bem como, da imagem que eles têm acerca do RenovaBR enquanto esse local de formação escolar, de construção de um saber voltado ao exercício político. Todavia, isso demonstra certo distanciamento dos formandos acerca do que

vem a ser a escola – enquanto espaço de saber naturalmente desprovido de neutralidade, posto que, no âmbito da vida social não há neutralidade possível, o que por predicação se aplica a todas as entidades que nela existem e atuam, de maneira que o posicionamento de tomá-lo como escola não garante sob nenhuma hipótese que se trata de uma formação neutra, apartidária ou suprapartidária – como a denominam –, ao contrário, tomá-lo como escola subtende a emergência de identificar os projetos de poder que estão subjacentes à adoção e ao emprego desse acepção.

Nesse sentido, insisto no fato de que o RenovaBR atua e faz uso do emprego semântico da ideia de escola como uma forma de garantir maior adesão em relação ao projeto de poder incutido em seu discurso. O que há nesse emprego é uma tentativa de mobilizar um consenso social em torno da necessidade de formação técnica para o exercício da política, uma mobilização que se vale tanto do questionamento acerca da competência dos representantes políticos brasileiros, como da autopromoção enquanto vanguarda possível à resolução do problema da representatividade política brasileira. Todavia, esse esforço se faz não somente pelas vias da relação semântica e social da escola com a formação política nacional, ela perpassa a área sensível da ética enquanto o indicador de credibilidade indispensável ao processo de renovação que o RenovaBR representa, propondo-o como emissário dessa renovação e como arquétipo dessa ética, que está sempre condicionada à ideia de novidade.

Outrossim, quando proponho essa análise diante desse aspecto do discurso do RenovaBR, bem como, dos formandos sergipanos, faço-o a partir de Mouffe (2016) quando a necessidade de forjar uma condição de dicotomia implica na criação do antagonismo necessário ao êxito das democracias liberais, pelo fato desta ser uma característica que possibilita as distinções contidas na relação nós/eles, bem como, a partir de Foucault (2014) quando essa prática possibilita a lógica da disputa pela autoridade legítima do RenovaBR e dos seus agentes diante das estruturas que sustentam a democracia e a política brasileiras.

“Evoluída do ponto de vista estrutural, uma vez que possui mecanismos modernos de voto, porém, atrasada quanto ao exercício prático, devido ao despreparo da maior parte da população.”. (Entrevistado NR10-D14)

“O Brasil passa por um momento muito delicado com a polarização. Os eleitores tem tomado decisões baseado no medo. Isso tem gerado resultados eleitorais muito ruins.”. (Entrevistado RR10-D14)

“É uma democracia em processo de amadurecimento, ainda com muitas imperfeições no seu sistema de freios e contrapesos.”. (Entrevistado AN04-D14)

“Compreendo como uma política cuja democracia tem baixíssima densidade. Está inserida num contexto mundial de avanço do autoritarismo, mas aqui carrega características ainda mais cruéis considerando sobretudo o agravamento da crise pós golpe de 16, fortalecimento do neoliberalismo, perda de direitos sociais, de direitos de minorias, avanço de problemas ambientais, contaminação de mecanismos de participação social por meio de controle de dados e fakenews, e avanço do facismo. Enfim, a política democrática brasileira exige retomada de fôlego, organização, unidade e resiliência.”. (Entrevistado UM04-D14)

Dessa maneira, há nessas falas a presença da ideia da política e da democracia brasileiras, enquanto coisas ainda incipientes, há aqui o aspecto de tomada da democracia e da política a partir de certo grau de acúmulo histórico enquanto elemento condicionante do aprimoramento político e democrático, isto é, a idade da democracia é determinante para o seu amadurecimento. Sobretudo, a fala do Agente UM04 representou um ponto de distanciamento em relação ao panorama construído até aqui, posto que apesar de também estar situada no contexto do descrédito da democracia e da política brasileiras em face da sua juventude, apresenta perspectivas não abordadas por nenhum dos outros agentes.

3.3. Contextos 2018/2020: democracia e política brasileira.

A fim de justapor os contextos eleitorais de 2018/2020 sob a perspectiva da experiência dos formandos do RenovaBR das turmas de 2018 e 2019, faz-se necessário tomar como ponto de partida as impressões destes formandos acerca do contexto socio-histórico nacional e regional, de maneira que as suas concepções de política, democracia e de Brasil sejam propostas ao exame. Nesse sentido, proponho que retomemos alguns aspectos da literatura sobre os movimentos sociais e o processo eleitoral, como forma de situar e criticar esse recorte, não somente pela necessidade de fazê-lo para esboçar uma primeira análise, mas

como exercício de compreensão do fenômeno de renovação política em que este recorte está contido.

Assim, o primeiro movimento a esse intento requer refazer a pergunta acerca do que é e/ou do que vem a ser o RenovaBR, de que maneiras este ente anuncia-se para o Brasil e a partir de quais elementos consolidou uma identificação com os agentes aqui referidos? Outrossim, é necessário fazê-lo – o ato de indagar – tomando por base a democracia e a política brasileiras como objetos do projeto de poder empreendido pelo RenovaBR, o que está configurado tanto nas ações do RenovaBR em si, como nas ações dos formandos que participaram das disputas eleitorais aqui referidas, posto que independentemente do alcance do êxito eleitoral, o lançamento dessas candidaturas implica ora na adesão à ideia de ingressar no campo da política pela via da formação técnica, ora da consolidação da crença de uma renovação política que se quer legítima.

Nesse sentido, a conjuntura em que ocorreu essa identificação dos agentes com o RenovaBR compõe um recorte histórico do Brasil que se inicia em meados de 2008 (quando do contexto da crise econômica global), momento em que as dinâmicas transnacionais de política econômica incidiram diretamente na forma como os países situados à margem ou numa condição periférica em relação ao capitalismo, desencadearam uma série de questionamentos acerca dos sistemas econômicos – políticos por predicação – e de suas formas de interação no tocante ao binômio Estado e Sociedade Civil.

Esse contexto fez emergir uma série de manifestações sociais ao longo do ocidente – sobremaneira nos EUA e Europa – que, culminaram em uma ampla discussão acerca dos sistemas estatais e das relações entre o Estado, a política, a democracia. Esse momento foi a base para o ocorrido no Brasil a partir de 2010 – quando da eleição da ex-presidenta Dilma Rousseff – até o ápice das manifestações ocorridas no intervalo de 2013 a 2015, posto que, o contexto de combate à corrupção, bem como, do desejo de moralização da política passaram a assumir a tônica dos discursos de muitas manifestações dentro desse espectro no Brasil.

A onda de protestos que ocorreu no Brasil em junho de 2013 aparece como decorrência direta desse espírito de época, que tem a comunicação e a internet como grandes mobilizadoras do espaço público. Milhares de brasileiros foram às ruas, dos mais diversos setores sociais e em cidades de todas as regiões do país, primeiro pautando o aumento de tarifas do transporte público, e na sequência escalonando os protestos para um sentimento de insatisfação generalizada com os nossos representantes políticos. A internet, mais do que ferramenta de organização e mobilização dessas manifestações, proporcionou um espaço autônomo de inspiração, com uma esperança de mudança motivada pelos levantes nos outros países, e de exercício de contrapoder, já que dava significado a uma afronta clara aos poderes institucionais vigentes. (OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p. 113)

A partir de Baron (2016) destaco que, a discussão em torno da crise da representatividade na política brasileira pode ser vista em face do distanciamento dos partidos das ações de caráter representativo em detrimento de ações voltadas ao fortalecimento interno, isto é, do estabelecimento de alianças com vistas ao aumento e à manutenção do poder. Essa mudança suscitou novas dinâmicas no campo das interações entre a sociedade civil e a política institucional, o que foi o panorama para uma reestruturação das formas de acesso ao Estado, ora pela via dos movimentos sociais, ora pela via das relações entre agentes públicos e instituições sem fins lucrativos – como o RenovaBR.

Um levantamento feito pelo instituto IDEIA Big Data²², em julho de 2017, revelou que a grande maioria dos eleitores brasileiros desejava ver novas pessoas concorrendo nas eleições de 2018. De acordo com a pesquisa, 79% concordam com a afirmação “gostaria muito de ver os cidadãos comuns (de fora da política), como professores, empreendedores, funcionários públicos concursados, trabalhadores da indústria, profissionais liberais, entre outros, candidatos em 2018”. A pesquisa também mostrou que os partidos, por sua vez, seguiam num processo de desgaste de credibilidade: 77% dos entrevistados destacaram que votam na pessoa e não se importam com o partido político. (OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p. 108)

Assim, o caso sergipano contempla boa parte das características referentes aos fenômenos dos movimentos sociais do século XXI, posto que a faixa etária dos formandos situa-se na área limítrofe que vai dos 28 aos 60 anos, com predominância do 30 aos 45 anos, o que demonstra que em sua grande maioria, eles nasceram entre meados da década de 60 do século XX, sendo herdeiros dos aspectos da cultura política daquele período, bem como, dos ideários de atuação política advindas daquele contexto socio-histórico. Quando pensamos

22 Instituto especializado em aplicar pesquisas de opinião pública.

sobre esses dados, cumpre dizer que a experiência desses formandos também está em conformidade com os perfis dos agentes políticos que atuam no Brasil no século XXI, de maneira que todos têm ensino superior completo, bem como, possuem carreiras profissionais já consolidadas e inseridas no séquito das tradicionais áreas de atuação que permeiam a política nacional, isto é, tratam-se da parcela da sociedade civil que representa uma elite médica e uma elite jurídica, que sempre estão em torno das relações de poder suscitadas pela política e sempre se fazem presentes nos contextos de ingresso e intermédio nesse campo.

Todavia, esses aspectos estão imersos num discurso que se traveste pluralidade, ora para negar que a maioria desses agentes ocupam uma posição de classe social – na acepção marxiana – mais ao centro das disputas de poder e se querem camuflar sob o viés da normalidade e da comunidade, ora para viabilizar o trânsito de suas imagens – na acepção debordiana – enquanto um elemento coletor de identificação com as camadas de interesse da sociedade civil.

“Quer falar sobre política|| *De verdade|| Fale comigo|| Fale com a gente|| Patrícia Ferraz|| Delegado Alessandro|| Otaciano Neto|| Priscila Chammas|| Tenho 21 anos|| Tenho 60 anos|| Professor de Educação Física|| Fui o comandante geral da polícia militar do estado de Minas Gerais|| Sou psicólogo|| *Sou advogado|| Advogada e professora|| Especialista em políticas públicas|| E mulher preta|| Antes de tudo eu sou mãe, que é atleta, que é empresária|| Sou jornalista|| Sou de Curitiba, Paraná|| De Aracaju, Sergipe|| Do Rio Grande do Sul|| Cuiabá, Mato Grosso|| De Rondônia|| Campo Grande, Mato Grosso do Sul|| Rio Grande do Norte|| Sou da periferia da zona sul de São Paulo e sou formada em ciências políticas e astrofísica.”. (Falas presentes no vídeo *Os novos protagonistas da política brasileira* no intervalo de 00:00:01 – 00:02:26, publicado em 02 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p5V1UUroDkM>.)

É importante frisar que a participação de membros do RenovaBR nas eleições de 2018 e 2020 em Sergipe e no Brasil, compreende um esforço destes de inserir-se no campo da política mediante a criação de interações entre o Estado e a Sociedade Civil, estabelecendo assim, um campo de conflito em que a dicotomia entre o “o velho” e “o novo” estão em voga com demasiada frequência, posto que resultam da condição antagônica necessária à sublevação dessas forças (movimentos sociais) em seu intento de acessar o poder do Estado.

Está implícito em nossa longa e densa conceituação que os movimentos sociais sempre têm um caráter político (não confundir com partidário), que criam e desenvolvem um campo político de forças sociais na sociedade civil, contribuindo para seu desenvolvimento político. Eles politizam as demandas socioeconômicas, políticas e culturais, inserindo-as na esfera pública da luta política. Trata-se de coletivos que no processo da ação sociopolítica desenvolvem uma entidade, de forma que se apresentam como atores coletivos.

Ainda que alguns atores individuais possam se destacar mais, eles atuam como representantes e veículos de expressão dos movimentos e suas mensagens e ideologias são as dos movimentos. O líder não fala por si próprio mas faz em nome do coletivo. (GOHN, 1997, p. 252)

Dessa maneira, para Abers; Büllow (2011), o relativo alcance obtido pelo RenovaBR em Sergipe, não implica um fracasso ou alguma proposição de caráter negativo, mas compreende parte do processo de inserção deste no campo da política, isto é, à medida que mais formandos do RenovaBR participem de disputas eleitorais, bem como, do debate acerca do gerenciamento da coisa pública, maior será o seu alcance em termos de visibilidade neste campo, o que de alguma maneira incide na construção de uma imagem que se solidifica no decurso dessa lógica.

Conforme McAdam; Tarrow (2011) destaco a importância de tomarmos esse contexto a partir das interações entre os formandos, a Sociedade Civil e o Estado, de maneira que as relações oriundas desse processo incidem sobre os pleitos eleitorais em alguma medida, posto que, as dinâmicas que decorrem dessas interações reverberam na forma como a sociedade civil se posiciona em relação às formas de operação do Estado, bem como, o Estado é afetado pelas eleições, que por sua vez, decorrem da ação da sociedade civil em relação às conjunturas políticas que concorrem ao seu acesso.

Todavia, quando analisamos o caso sergipano, é necessário evidenciar que o RenovaBR não promoveu uma mudança significativa em relação ao resultado das eleições, porém, isto se deve ora à sua maneira de operação, que se caracteriza a médio e longo prazo, ora pelo fato de sua ação ser baseada também numa inserção meticulosa e estruturada, que ocorre de forma paulatina até que uma imagem sólida tenha sido edificada. Além disso, a forma de atuação do RenovaBR no que se refere ao processo eleitoral possui um caráter de composição característico das democracias modernas.

[...] nas sociedades democráticas, a grande maioria dos movimentos confia mais em táticas institucionalizadas do que não-institucionalizadas, devotando enormes esforços, por exemplo, em atividades educacionais e de propaganda, trabalho organizacional, eleições e lobismo. (MACADMAM; TARROW, 2011, p. 24)

Conforme Vieira (2018) o avanço da personalização no campo da política é resultado da estrutura do nosso sistema eleitoral, que tem como normativa o voto em relação ao candidato e não ao partido, o que por sua vez gera uma tendência dos partidos em recrutar pessoas que disponham de um perfil estético elaborado e direcionado às camadas sociais de interesse destes partidos. A partir dessa lógica, é necessário destacar, que esta dinâmica incide na forma como os movimentos sociais organizam-se, posto que, passam a atuar mediante a construção de narrativas que estejam em acordo com essa personalização, isto é, construindo lideranças que sejam capazes de representar em si mesmas a heterogeneidade da realidade social.

É necessário destacar que quando se fala em solidariedade não se quer dizer que os movimentos sejam internamente espaços harmoniosos ou homogêneos. Ao contrário, o usual é a existência de inúmeros conflitos e tendências internas. Mas a forma como se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade, uma visão de totalidade. A solidariedade é o princípio que costura as diferenças fazendo com que a representação simbólica construída e projetada para o – não-movimento – seja coerente e articulada em propostas que encubram as diferenças internas, apresentando-se, usualmente, de forma clara e objetiva. Para tal é preciso que se observem os códigos político-culturais que eles constroem, pois são estes códigos que sistematizam as demandas e criam sobre elas representações. (GOHN, 1997, p. 253)

A proposta de agente empregada por Arruti; Monteiro; Pompa (2012) converge com o conceito de agente apontado por Bourdieu (1989), posto que considera a ação do agente enquanto um conjunto de dinâmico que se desenvolve à medida que este dialoga com o campo em que está inserido, não sendo nem finito e nem *a priori*, mas em dispersão. Da mesma maneira, converge com Ricoeur (2014) quando propõe que os agentes não são reprodutores de enunciados semânticos, ao contrário, apropriam-se dos itinerários de sentidos a que tem acesso no grupo de que faz parte e os reformula a partir da própria realidade, dá-lhes novos empregos a partir de sua experiência e os emprega mediante essas dinâmicas

internas de formação, o que ocorre sempre em concomitância com a lógica espaço temporal representada pelo alargamento do tempo presente, como o faz Heidegger (2015) ao propor o ser aí enquanto a existência no mundo, que se desenrola a todo instante sem amarras, pois está em constante transição, já que não é pretérito e nem porvir.

Descrever a posição de um agente é parte do problema e não um ponto de partida posto que ele se define através de uma trajetória cujo percurso deve ser interrogado. Por outro lado, compreender os interesses ligados à posição social ajuda a compreender os modos de apropriação dos enunciados. Nesse sentido, a noção de agente corporifica posições de mediação que resultam do cruzamento, no espaço social e em um determinado tempo, de um tipo particular de trajetórias com uma série de enunciados. (ARRUTI; MONTERO; POMPA, 2012, p. 29)

Dessa forma, Habermas (1997) destaca que a capacidade de representar do agente é preponderante, para que este consiga elevar seu capital político e mover-se entre os grupos de interesse em que almeja ter visibilidade, tanto como uma estratégia que o permita angaria recursos daqueles a quem tenha interesse em aliar-se e buscar apoio, como para se mostrar em oposição àqueles a quem deseja de alguma forma cooptar e arrefecer. Portanto, o exercício político na democracia, sobremaneira nas democracias liberais, é feito sob a esfera da interligação de elementos culturais às práticas políticas, tanto como estratégia de ter os costumes como elemento de agregação de valor positivo ao que se deseja alcançar, como para angariar maior similitude em relação àqueles a quem se quer agenciar.

Assim, os projetos de Brasil defendidos por esses formandos compõem um quadro ideológico em que há a predominância da redução do Estado e da adoção do liberalismo político e econômico, como propostas viáveis à consolidação de um Estado-nação brasileiro, o que por sua vez ilustra como o aspecto do apartidarismo, do suprapartidarismo e/ou de uma possível neutralidade ideológica inexistem – não seria possível de outra forma – e são apenas elementos retóricos empregados ao não atrito com os diversos setores da política brasileira, tanto como forma de garantir uma capacidade de trânsito entre os setores do Estado – aqueles situados à direita –, como para facilitar o desenvolvimento de uma capilaridade no tocante à inserção nos órgãos públicos e/ou privados, que lhes sejam estrategicamente necessários.

Dito isso, essas compreensões acerca do Estado, da democracia e da política brasileiras, possuem em si mesmas os elementos desse posicionamento liberal, de maneira que, o RenovaBR está situado à direita e flerta com as direitas apesar de não fazê-lo discursivamente – não como prática nessa acepção – sob o simulacro de uma pluralidade ideológica, que não se faz presente em suas ações e tampouco nas ações da maioria dos seus agentes.

“O liberalismo econômico. O brasileiro tem uma cultura de dependência estatal, mas isso não se sustenta. Os fatos estão aí. Um Estado inchado e ineficiente, com focos demais. Precisamos de um Estado enxuto, voltado apenas para saúde, educação e segurança, para que exerça essas áreas de forma eficiente. As demais devem ser pela iniciativa privada e uma maior liberdade econômica.”. (Entrevistado RR10-D16)

“Uma política que tire do Estado responsabilidades que não suas, focando na melhoria de serviços fundamentais, como saúde, educação e segurança.”. (Entrevistado NR10-D16)

“O Brasil é um país gigantesco, continental, o projeto político que penso ser adequado ao Brasil é um projeto em que as leis sejam efetivamente cumpridas, a sensação de impunidade ainda é o muoto grande e abre brechas para situações que atrasam o país. Da mesma forma as instituições devem saber o seu papel, não interferir um poder sobre o outro por divergências políticas. O Brasil é o melhor país de se viver no mundo, temos belezas naturais que podem ser exploradas pelo turismo, terras férteis que podem ser melhor exploradas pelo agronegócio, não temos guerra declarada, um povo ordeiro e trabalhador, é preciso a conscientização e educação política da população também para melhor escolher seus representantes. As minhas principais ideias estão baseadas basicamente na melhor estruturação da educação, do incentivo ao trabalho através das nossas potencialidades já apresentadas, além das demais não citadas que podemos muito bem usufruir em nosso país e que venha a colaborar com nosso desenvolvimento.”. (Entrevistado AL02-D16)

“Não tenho um projeto pronto para o Brasil ainda porém prioridade na educação tem que sair do discurso e ir para a prática. Temos que estimular cada vez mais a participação e o envolvimento da sociedade no exercício do poder local, qualificar o sistema eleitoral para tornar mais baratas e limpas as campanhas e maior o nível de participação de verdadeiras lideranças positivas nos espaços de poder. Tenho uma visão equilibrada de mercado, reconhecendo a importância do estado no enfrentamento das desigualdades. Defendo o SUS e SUAS forte.”. (Entrevistado BS02-D16)

“Um país liberal, sem esquecer de cuidar dos mais humildes. Somos um país onde as riquezas ficam nas mãos de poucos.” (Entrevistado NC04-D16)

“Um projeto político adequado para o Brasil deve focar no maior controle dos Poderes e das instituições públicas. Coibir os abusos, as arbitrariedades, a imoralidade e os ilícitos é pressuposto para a implementação de políticas públicas que visem o desenvolvimento.”. (Entrevistado AN07-D16)

“Um projeto que ofereça dignidade para as pessoas, diminua as diferenças sociais e econômicas. Lute contra todo tipo de violência. Ofereça oportunidades e traga desenvolvimento para o nosso país. Que não seja polarizado e que pregue o respeito e a paz.” (Entrevistado AA12-D16)

“O Brasil merece um projeto político do tamanho da grandeza de seu chão e do seu povo. Que tenha como norte o combate ferrenho às desigualdades, a garantia de dignidade ao povo, o respeito à diversidade, o fortalecimento da participação popular, a defesa intransigente das riquezas ambientais e o desenvolvimento econômico, e tudo isso exige uma política afastada da lógica neoliberal.” (Entrevistado UM04-D16)

“Nossa, bem difícil descrever um projeto para Brasil por aqui, é algo bem profundo e técnico! Mas o principal ideal que deve nortear tudo é a liberdade!” (Entrevistado UE12-D16)

Diante desses posicionamentos acerca do Brasil e de um projeto político adequado à renovação da política brasileira, é possível afirmar que há uma predominância do discurso liberal entre os formandos sergipanos, o que demonstra entre outras coisas, a característica do potencial de reprodução desses discursos – dadas as similaridades entre eles – e como eles atuam à consolidação de um ideário político em que a tecnocracia expande-se para todas as áreas da vida social, pretende-se reguladora do campo da política, de sua feitura e do acesso às suas vias.

Membros do RenovaBR: “*De verdade|| Fale sobre verdade|| Combate à corrupção|| A corrupção mata|| Combate ao inchaço máquina pública|| Inúmeras regalias e isso precisa acabar|| Que a política não é um mal|| Descomplicar a política|| Troca|| Por um país com mais igualdade de oportunidades|| Inclusão|| Diversidade|| Igualdade de oportunidade|| Justiça social a todos|| Pra passar prum novo nível de política, de aprendizado|| Diálogo|| Liberdade|| Pluralidade|| Eficiência em gestão|| Planejar o futuro|| Política social|| Um novo modelo de gestão|| Como um mandato parlamentar pode ser inovador no Congresso Nacional Brasileiro|| Pra aproximar o cidadão dos seus representantes|| E dar justiça social|| A melhoria na qualidade vida das pessoas com deficiência|| Falar pras pessoas o quanto elas são capazes|| Coragem da gente ser quem a gente é|| Como guiar políticas públicas|| E o Renova surge pra fazer essa ligação, essa ponte|| Uma espécie de reeducação|| Com foco em servir à sociedade|| Tô vendo pessoas jovens, preparadas e entusiasmadas|| De toda parte do Brasil|| Uma nova geração|| Uma democracia participativa|| Responsabilidade|| *Protagonismo|| Combate

às diferenças|| A gente precisa colocar sangue novo|| Transformar essa indignação em ação política|| Com transparência e participação|| *Transparência|| Fome de transformação|| [...] *Igualdade [...] *Apoio o Renova|| *O Brasil tem jeito|| Com certeza o Brasil tem jeito|| É da sociedade para a sociedade|| Quer falar sobre política de verdade|| RenovaBR|| *Brasil de verdade.”. (Falas presentes no vídeo *Os novos protagonistas da política brasileira* no intervalo de 00:00:01 – 00:02:26, publicado em 02 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p5V1UUroDkM>.)

Outrossim, esses posicionamentos decorrem da interesse de autopromoção de si e do projeto de poder que o RenovaBR representa, ora pela reivindicação da verdade e da ética como pressupostos desse processo de renovação, ora pelas implicações desta ação quando a observamos sob a perspectiva da contradição elementar entre “positivo/negativo”, já que um suscita o outro e ambos se anulam de maneira duplamente excludente. Sabemos que no contexto das relações humanas essa premissa do campo da lógica não se aplica – apenas utopicamente –, mas ela representa em alguma medida a ideia de consenso que não permite o contraditório, como nos alerta Mouffe (2016) ao destacar que nas democracias liberais, o campo das disputas políticas é sempre permeado pela necessidade contínua de homogeneidade, nela as disputas de poder ocorrem sob a égide da convergência total, bem como, da não possibilidade de heterogeneidade.

Considerações

À maneira de estabelecer uma crítica à forma como os estudos dos movimentos sociais vem sendo desenvolvidos, podemos evidenciar o contexto em que muitos deles têm como premissa o desenvolvimento de um quadro conceitual universalizante, isto é, que seja capaz de ser aplicado a este fenômeno a qualquer momento da condição espaço/tempo. Entretanto, essa empreitada não é das melhores, dada a dinâmica das relações sociais na modernidade, bem como, dos desdobramentos que ela suscita no campo das relações de caráter político em que habitam os movimentos sociais e a política democrática, dessa maneira:

As grandes narrativas sobre os movimentos sociais na América Latina, baseadas nas teorias de classe, da tradição marxista e nos princípios discursivos da modernidade, enfatizavam tendências universalizantes para os comportamentos coletivos. As explicações para a luta dicotômica entre as classes tornaram-se muitas vezes reducionistas, teleológicas ou previsíveis. Os modelos analíticos foram aplicados de forma generalizada em diferentes situações e contextos históricos. Na atualidade, as questões da previsibilidade histórica e da centralidade política de determinadas classes passaram a ser questionadas na teoria e na prática dos próprios movimentos. (SCHERER-WARREN, 2011, p. 17-18)

A partir de Oliveira (2021) destaco que o surgimento do RenovaBR, bem como, seu alinhamento com o fenômeno de renovação da política brasileira decorrem primeiro do caráter transnacional contido nessa dinâmica, que engloba os movimentos sociais como representantes dessa busca por legitimidade de discurso no campo da política, ora para reformá-la, ora para concentrar sobre ela os interesses dos grupos sociais a que estes últimos (movimentos sociais) representam; segundo pelo fato de esses novos arranjos da participação política nacional advirem da crise do sistema político brasileiro desde a redemocratização no início dos anos 90 do século XX, suscitando a ação de grupos (*lato sensu*) que agem sob a estrutura de forma/conteúdo dispostos numa miscelânea, que englobou as organizações e entidades não governamentais sem fins lucrativos até o a primeira década do século XXI com uma recomposição baseada num discurso empreendedor e de fomento coletivo, representado pelas *startups* e as incubadoras de ideias, apoiadas tanto pelo RenovaBR, como pelos movimentos sociais que lhes são contemporâneos.

A partir de Oliveira; Macedo (2020) podemos estabelecer uma analogia ou até mesmo alinhar o RenovaBR no contexto dos movimentos de renovação política que atuam a partir do binômio informação/formação, dado que seu repertório de atuação consiste resumidamente em produzir conteúdo para divulgação dos ideais que representa, para não somente atrair e posteriormente formar o público-alvo que decidiu submeter-se à formação ofertada sob a tutela do RenovaBR, mas também colaborar de forma direta através da cessão dos direitos de imagem às campanhas publicitárias (redes sociais digitais e conteúdos multimídias) e seus desdobramentos no processo de retroalimentação na cadeia de recrutamento e disseminação de sua agenda ideológica.

Esse contexto ilustra como os usos das redes sociais digitais têm sido preponderantes à compreensão dos fenômenos socioculturais, posto que, evidenciam a criação de novas formas de organização e atuação política, que por sua vez suscitam novos espaços em que a disputa política ocorre, isto é, demonstram que a política – a coisa política – dispõe de uma elevada capacidade de transição e transcendência, que estão além dos espaços institucionalizados em que ela costumeiramente ocorre – ou que temos como senso comum de que ela deva naturalmente ocorrer –.

Assim, diante do fato de classificar o RenovaBR sob o espectro dos movimentos sociais, fica claro que este não pode ser encarado enquanto um movimento social, tanto pela ausência das características de atuação e de adesão às pautas voltadas à garantia e ao fomento de direitos sociais, como pela forma de operação baseada numa estrutura organizacional altamente hierarquizada e composta por pessoas com nível de superior de formação educacional. Doravante, uma nomenclatura possível que lhe seja adequado situa-se na aglutinação entre a seara teórica que circunscreve os movimentos sociais e ONGs.

Outrossim, sua atuação no campo da política percorre o itinerário da dinâmica contida em uma reconfiguração do campo da política e de sua feitura no Brasil, de maneira que ao pensarmos sua atuação devemos fazê-lo sob o contexto de deslocamento dos processos de representatividade política no Brasil. Esse contexto pode ser compreendido à medida que as

ações empreendidas pelo RenovaBR são direcionadas à construção de um cenário sociocultural – daí o uso da escola e da educação como elementos estéticos – favorável ao estabelecimento de uma cultura política em que o alcance dos seus interesses estejam no patamar de naturalidade por parte da sociedade civil.

Os movimentos de renovação no Brasil, dessa forma, articulam uma nova mentalidade da autonomia frente aos espaços dominantes de poder e se contrapõem às instâncias administrativas e aos métodos de tomada de decisão vigentes. Observa-se que os movimentos de renovação política, partindo da lógica da sociedade em rede e de suas características dialógicas de contrapoder, não só garantem maior agilidade de difusão das informações, interatividade, transparência, engajamento e incentivo ao ativismo, como tentam renovar a própria maneira de se pensar a política nos dias de hoje de acordo com esses valores, em contraposição aos meios tradicionais. (OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p. 118)

Nesse sentido, o posicionamento ético, bem como, o posicionamento que proponho diante do RenovaBR e do fenômeno dos movimentos sociais, empreende o esforço de considerar sua ocorrência a partir das diversas dimensões paralelas que convergem e divergem entre si, tanto à medida que seus agentes e suas agendas não são confluentes, como a partir das dimensões que compreendem as lógicas dessa relação em face do binômio Estado| Sociedade civil. Outrossim, compete-me o caráter da institucionalidade a que represento quando estabeleço essa pesquisa:

Portanto, o intelectual deve fazer uma análise crítica sobre o lugar de sua fala. Assim sendo, deverá estar ciente de que há uma memória oficial hegemônica e uma memória coletiva dos “de baixo” na pirâmide social, uma memória a partir dos centros de poder e uma memória a partir dos oprimidos, uma memória intelectual hegemônica e uma memória de saberes historicamente subalternos. Desta forma, considera-se que o posicionamento, a localização e a memória são centros relevantes do debate político e intelectual contemporâneo. O que, em última instância, significa desenvolver também um debate crítico em torno da diversidade e das contradições das experiências vividas, dos poderes de representação social e das lutas por reconhecimento. (SCHERER-WARREN, 2011, p. 23)

Assim, as manifestações de 2013 a 2015 configuraram-se como panorama de criação do RenovaBR quando suscitaram o debate acerca da renovação da política nacional, a partir de uma via paralela à lógica de inserção partidária. Talvez aquele contexto tenha feito emergir

nos fundadores do RenovaBR e por predicação – a *posteriori* – dos seus agentes (formandos e apoiadores) o interesse em acessar o poder do Estado a partir da política e da democracia, mobilizando para isso recursos próprios (dos membros fundadores) e de parcerias econômicas (empresas do setor privado e doadores sob a condição de pessoa física).

Dito isto, é necessário tomar a sua ocorrência ao retomar Foucault (1999) e perceber que as ciências do humano, são sempre passível de infortúnios, posto que, propõem ao exame aqueles que examinam, permite que se tenha como recorte a própria condição humana e a insuficiência dela em face da própria ciência que atesta o exercício da verdade; de outra forma, posso retomar Certeau (1982) quando parto do princípio de que as narrativas históricas são muito mais complexas e repletas de adjacências, os processos nela contidos são tão permeados de pormenores, que apesar de ser possível empreendê-la, deve-se ter em mente que ela é repleta de incongruências.

Para a antropologia, é preciso investigar tais trocas dentro do contexto etnográfico em que ocorrem, buscando a compreensão das relações sociais envolvidas. Em muitos casos, essa compreensão é fundamental para percebermos que a política opera com valores da sociedade mais abrangente, tradicionalmente associados a outras esferas da vida social, como família e religião, mas considerados ilegítimos quando operados na esfera política. Isso não quer dizer, obviamente, que se queira justificar nem defender essas práticas – cumpre, antes de tudo, compreendê-las. (KUSCHNIR, 2007, p. 165)

Assim, quando nos propomos a feitura de um campo de saber, bem como, ao desenvolvimento de uma pesquisa científica, fazemo-lo a partir de uma autoridade acadêmica e institucional, que ora nos assegura a salvaguarda do exercício profissional, ora nos impele à crítica dos nossos pares. Nesse sentido, pode-se dizer que:

O autor, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, «naturais». (BOURDIEU, 1992, p. 113)

A ideia de autoria proposta por Bourdieu (1992) converge com a ideia de autoria proposta por Foucault (2014), a partir da premissa de que seu exercício inaugura a legitimidade de criação do mundo e das coisas que nele há, porém, diverge quando do emprego que este último confere à autoria ao descrevê-la enquanto um exercício da produção dos discursos – como práticas – de maneira que, sua experimentação ocorre a partir de um corpus do *cogito ergo sum* situado e permeado por todas as normativas que configuram o Estado moderno, assim:

Geralmente se vê na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação de discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva. (FOUCAULT, 2014, p. 34)

Acerca da origem do RenovaBR e da sua inserção no contexto dos movimentos sociais do século XXI, cumpre dizer que este está assentado na lógica de produção liberal, isto é, na redução do Estado em detrimento de organizações que possam competir sobre a soberania do seu poder ou conforme Bourdieu (2002), para estabelecer as bases de seus projetos hegemônicos à busca de desenvolver uma espécie de capital político e cultural, para o qual seja possível controlar o acesso conforme a predileção e os interesses dos grupos a quem este representa. Dessa maneira, sua forma de operação resulta da ação conjunta de:

[...] startups, coworkings, crowdfunding, incubadoras e assemelhados, que se orientam por princípios liberais em costumes e economia, frisando a liberdade e a eficiência de indivíduos e mercado *vis-a-vis* o Estado. (ALONSO, 2019, p. 106)

Assim, fica claro que sua forma de operação tende ao estabelecimento de uma tecnocracia direcionada ao exercício da política, talvez como nicho de mercado se pensarmos que essa prática criaria uma demanda no campo da oferta de serviços, bem como, de estar em conformidade com a lógica de funcionamento da política liberal ao tentar transformar o campo da política num locus em que a especialização e a alta divisão do trabalho configurem-se como a tônica mediadora de acesso ao Estado.

[...] a tendência predominante no pensamento liberal se caracteriza por uma abordagem racionalista e individualista que impede o reconhecimento da natureza das identidades coletivas. Esse tipo de liberalismo é incapaz de compreender de maneira adequada a natureza pluralista do mundo social, com os conflitos que o pluralismo acarreta; conflitos para os quais jamais poderá existir qualquer solução racional. (MOUFFE, 2015, p. 09)

A partir de Han (2015) destaco que a transição da sociedade disciplinar apontada por Foucault (1987) à sociedade do cansaço – em que os indivíduos foram semântica e lexicalmente transformados em coisas, em coisas que produzem e reproduzem para produzir – percorre o itinerário ideológico do liberalismo, dos seus desdobramentos na vida social e em suas implicações sobre as democracias liberais. Nesse contexto, o esforço do RenovaBR de inaugurar essa vanguarda em face do fenômeno da renovação política brasileira, compreende um sintoma dessa transição à medida que representa a consecução de um projeto de poder voltado à reformulação do campo das disputas políticas pelas vias de uma tecnocracia, que transforma a política e o seu exercício em uma atividade laboral altamente racional e especializada; outrossim, também o é à medida que sua forma de operação vale-se da criação de lideranças, como forma de individualização e personalização dos agentes ao ponto que sejam capazes de condensar o ideário desta associação/movimento.

Dessa maneira, é necessário destacar que o emprego das redes sociais digitais foi preponderante à consecução desse projeto, posto que, seu emprego possui um nível de complexidade e refinamento que viabilizam desde a redução de custos até a personalização em torno de um público-alvo. Outrossim, esse desdobramento no campo do ciberespaço pode ser visto como um elemento agregador fundamental ao projeto de poder que o RenovaBR desenvolve, posto que, as aulas, as propagandas e todo o processo de construção estético foram desenvolvidos pelos meios da virtualidade, o que não somente indica um desdobramento técnico aprimorado em relação ao contexto das manifestações de 2013 a 2015, como demonstra um *modus operandi* baseado num elevado grau de produção tecnocrata.

Em face do interesse em investigar o mundo pelo olhar da Antropologia, cabe-nos a reflexão acerca de como isso será possível e através de quais caminhos poderemos habitar esse campo e fazer dele uma prática vital, cumpre que sejamos capazes de estar atentos ao

nosso mundo e aos seus desdobramentos, às suas múltiplas facetas, requer de nós estar em constante exercício sobre quem somos e o que nos faz ser diante dos nossos interlocutores e de nós mesmos. Dessa maneira,

Se queremos formar antropólogos, e não meramente ensinar antropologia, precisamos ser reflexivos: não há uma história da antropologia. Devemos deixar espaço para que nossos antecessores possam nos falar sobre sua experiência, possam nos informar sobre os problemas (teóricos ou existenciais) que enfrentaram, possam, enfim, nos fazer refletir a partir do que fi zeram – lembrando que aprendemos pelos bons e pelos maus exemplos. O resultado é que nossa história será sempre espiralada, nunca evolutiva nem unidirecional. (PEIRANO, 2014, p. 384)

Todavia, esse contexto não se encerra e tampouco delimita à exaustão as problemáticas advindas desse fenômeno dos movimentos sociais e sua atuação na política, posto que estes existem em sincronia com as conjunturas socioculturais de cada período histórico, sendo um elemento sintomático das formas pelas quais as relações políticas ocorrem. O que por sua vez, demanda a necessidade de outras investigações que abordem este fenômeno sob outros recortes, que não o da Antropologia da Política e das Ciências Sociais.

Todo antropólogo está, portanto, constantemente reinventando a antropologia; cada pesquisador, repensando a disciplina. [...] Somos todos inventores, inovadores. A antropologia é resultado de uma permanente recombinação intelectual. (PEIRANO, 2014, p. 381)

Acerca das limitações do trabalho antropológico e do exercício etnográfico, é necessário ter em evidência que,

Enquanto nossa invenção de outras culturas não puder reproduzir, ao menos em princípio, o modo como essas culturas inventam a si mesmas, a antropologia não se ajustará à sua base mediadora e aos seus objetivos professos. Precisamos ser capazes de experienciar nosso objeto de estudo diretamente, como significado alternativo, em vez de fazê-lo indiretamente, mediante sua literalização ou redução aos termos de nossas ideologias. A questão pode ser formulada em linguagem prática, filosófica ou ética, mas em todos os casos ela diz respeito àquilo que escolhemos querer dizer com a palavra “cultura” e a como decidimos dirimir, e inventar, suas ambiguidades. (WAGNER, 2010, p. 66)

A partir dessa forma de operação, posso destacar que a atuação do RenovaBR, apesar de querer-se e de mostrar-se sob a égide de certa pluralidade, de certa centralidade dialógica como tônica das suas ações – e dos seus formandos – o fato de valer-se da ideia do apartidarismo e/ou do suprapartidarismo enquanto negação à política nacional, ora como forma de negá-la, ora como forma de deslegitimá-la, compreende uma estratégia de ação comum ao pensamento liberal e às formas de discurso que dele decorrem. Nesse sentido, o ideário discursivo que funda e orienta o RenovaBR é permeado por elementos que suscitam uma espécie de racionalidade extrema, que suplantaria a suposta imprecisão da política e da democracia brasileiras, bem como, seria capaz e otimizar o Estado e moralizar em definitivo o campo da política, elementos que não são em nenhum aspecto, condizentes com os preceitos democráticos.

Nesse sentido, a tentativa de querer o RenovaBR ou qualquer outro movimento no contexto da renovação política brasileira no âmbito dicotômico esquerda/direita, compreende em primeiro uma dupla negação que conduz aos extremos e não consolida o ambiente necessário à democracia, bem como, ocorre ora pela invalidação da vontade – na acepção de prática política – da sociedade civil em detrimento de um ideal maximizado de coletividade (quando no contexto do socialismo), ora pela inexistência moderadora – na acepção da garantia das liberdades individuais – do Estado em detrimento de um ideal maximizado de autorregulação da vida social a partir da lógica do mercado (quando no contexto do liberalismo).

Mas não precisamos recorrer a este grande contraste histórico que dividiu os seguidores das duas ideologias dominantes há mais de um século, liberalismo e socialismo, para nos darmos conta de que nenhum dos dois ideais pode ser realizado em suas extremas conseqüências sem alguma limitação às possibilidades de realização do outro. O exemplo mais evidente é o contraste entre o ideal da liberdade e o ideal da ordem. Não se pode deixar de reconhecer que a ordem é um bem comum a todas as sociedades, tanto que o ter contrário “desordem” tem uma conotação negativa semelhante à de “opressão”, contrário de “liberdade”, e de “desigualdade”, contrário de “igualdade”. Mas a experiência histórica e a experiência cotidiana nos ensinam que “ordem” e “liberdade” são dois bens em contraste entre si, tanto que uma boa convivência somente pode ser fundada sobre um compromisso entre um e outro, de modo a evitar o limite extremo ou do Estado totalitário ou da anarquia. (BOBBIO, 1995, p. 112-113)

Dessa maneira, os discursos dos formandos sergipanos convergiram com esses elementos de caráter liberal, o que pode decorrer tanto da consolidação cognitiva resultante da formação a que eles tiveram acesso no RenovaBR, como das lógicas sociais inerentes às posições de classes que ocupam em suas carreiras profissionais, dado que, todos compõem a menor parcela da população brasileira e sergipana que dispõe de uma formação superior, bem como, atua em áreas já circunscritas ao campo da política. Para além desse aspecto, o espectro etário em que eles estão converge com a ideia de produtividade admitida pelo pensamento liberal, posto que se configuram numa juventude, mas numa juventude que se quer produtiva e que toma a produção – na acepção de produção de renda – como elemento condicionante da vida em sociedade.

Nessa perspectiva, a atuação destes formandos nas disputas eleitorais 2018/2020 em Sergipe não pode ser encarada pelo viés do êxito/fracasso, dada a condição experimental de sua feitura. Entretanto, ela deve ser encarada enquanto um exercício de ensaio/erro, que gera dados ao subsídio de pesquisas científicas – como esta – por parte das ciências sociais e afins, bem como, servir de base ao aprimoramento das estratégias do RenovaBR ou de qualquer outro movimento ou instituição da sociedade civil, que mantenha o interesse em compreender as dinâmicas dos processos eleitorais e seus desdobramentos (estratégias, discursos, identificação com o eleitorado, etc.)

Assim, quando reflito acerca dos resultados desta pesquisa, do trabalho empreendido até aqui, faço-o sob a tentativa de manter a capacidade estranhamento em relação ao mundo que me cerca, posto que, sem esse exercício ser-me-ia impossível ser/estar antropólogo e tampouco atuar em prol do desenvolvimento da ciência e da pesquisa brasileiras.

É este contraste, estas surpresas sempre à espreita dos pesquisadores, este destemor em explorar o mundo em que vivemos, o colocar-se em perspectiva, a negação de demarcação de fronteiras intelectuais, a disposição a nos expor ao imponderável e a vulnerar nossa própria cosmologia – essas são posturas que estiveram sempre presentes, ontem e hoje. (PEIRANO, 2014, p. 382)

Por conseguinte, a Antropologia ainda tem muito a fazer, sobremaneira, quando pensamos em dialogar acerca do que fazemos enquanto antropólogos para os não antropólogos, pois a necessidade de ampliar esse alcance e abrir esses caminhos, pode não somente garantir que tenhamos maior visibilidade junto às pessoas, como também de criar espaços dentro da mídia, para reforçar esse fomento ao conhecimento antropológico, que via de regra, seria mister para o desenvolvimento da disciplina, bem como, para sua divulgação fora dos espaços acadêmicos.

Referências

<<https://media.renovabr.org/uploads/2020/07/Relat%C3%B3rio-2018.pdf>> acesso em: 24 de Novembro de 2020 às 01:26.

<<https://media.renovabr.org/uploads/2020/07/RenovaBR-Estatuto-Social-Setembro-2018-2-1.pdf>> acesso em: 10/08/2020 às 23:40.

<https://media.renovabr.org/uploads/2020/11/relatorio_anual-2019-renova-atualizado.pdf> acesso em: 24 de Novembro de 2020 às 01:24.

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e Sociedade?** Sociologias, Porto Alegre, ano, nº 28, set./dez. 2011, p. 52-84.

ALONSO, Angela. **A gênese de 2013: formação do campo patriota.** Journal of Democracy em português. v. 8, n. 1, maio de 2019.

ARRUTI, Jose Maurício; MONTERO, Paula; POMPA, Cristina. **Para uma Antropologia do Político.** In: LAVALLE, Adrian Gurza (Org.). **O Horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa.** São Paulo: Editora Unesp: Cebrap: CEM, 2012.

BARICKMAN, Bert. J; LOVE, Joseph L. **Elites Regionais.** In: HEINZ, Flávio Madureira (Org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARON, Letícia. **Os novos movimentos de direita no Brasil e o discurso partidário: ambivalências e contradições.** In: ROCHA, Camila (Org.). **Direitas latino-americanas no século XXI.** Leviathan. Cadernos de pesquisa política. N. 13, p. 1-29, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/leviathan/article/view/144658>

BLUMER, Herbert. **“Collective behavior”.** In: McCLUNG LEE, Alfred (ed.). **New outline of the principles of sociology.** New York: Barnes & Noble, 1951.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política.** Trad. de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de Poder, Campo Intelectual: Itinerario de un concepto.** Editorial Montessor, 2002.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia.** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CAIANI, Manuela; KRÖLL, Patricia. **The transnationalization of the extreme right and the use of the Internet**. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, [S. l.], v. 39, n. 4, p. 331–351, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01924036.2014.973050>

CAYRES, Domitila Costa. **Ativismo Institucional e Interações Estado-movimentos sociais**. BIB, São Paulo, n. 82, 2º semestre de 2016 (publicada em setembro de 2017), pp. 81-104.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre o Populismo no Brasil**. *Caderno de Ética e Filosofia Política*, n. 32, p. 54-74, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. **Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina**. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 13-91.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo**: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DERRIDA, Jacques. **A universidade sem condição**. Trad. Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

DERRIDA, Jacques. **O olho da universidade**. Trad. de Ricardo Iuri Canko e Ignacio Antonio Neis. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

DESERIIS, Marco. **Technopopulism**: The Emergence of a Discursive Formation. CC-BY-NC-ND: Creative Commons License, 2017.

DIANI, Mario; McADAM, Doug. **“Networks and social movements: a research program”**. In: **Social movements analysis: the network perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DIANI, Mario. **“The concept of social movement”**. The Sociological Review, v. 40, n. 1, 1992, p. 1-25.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Anpocs, 1995.

DRUCKER, Peter. **Men, Ideas, and Politics**. Harvard Business Review Press, 2010 (1971).

EARL, Jennifer; KIMPORT, Katrina; PRIETO, Greg; REYNOSO, Kimberly; RUSH, Carly. **Changing the world one webpage at time: conceptualizing and explaining internet activism**. © 2010 Mobilization: An International Journal 15(4):425-446.

ELIAS, Norbert; Scotson, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

FELDMAN-BIANCO. **Entre a ciência e a política: desafios atuais da antropologia**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Desafios da Antropologia Brasileira**. ABA, 2013.

FISCHER, Michael M. J.; MARCUS, George E.. **Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences**. 2. ed. Library of Congree Cataloging in Publication Data, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24 ed. São Paulo: Edições Loyla, 2014.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019**. Mundos Plurales – Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública, v. 6, n. 1, p. 93-119, 21 jul. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Jovens na Política na Atualidade – uma nova cultura política da participação**. Cadernos CRH, v. 31, p. 117-133, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Protesto nas ruas no Brasil a partir de 2013**. REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL (PUCPR. IMPRESSO), v. 16, p. 125-146, 2016.

- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- GOHN, Maria da Glória. **500 ANOS DE LUTAS SOCIAIS NO BRASIL: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Rev. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a Democracia – uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006.
- GOLDSTONE, Jack A.. **“Bridging institutionalized and non institutionalized politics”**. In: **States, parties, and social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 1-24.
- GOMES, Laura Graziela; LEITÃO, Débora K. **Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões**. Revista Antropolítica, n. 42, Niterói, p.41-65, 1. sem. 2017.
- HABERMAS, Jürgen. **Na esteira da tecnocracia: pequenos escritos políticos XII**. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. Vol. II, RJ, Tempo brasileiro, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Trad. de Enio Paulo Gianchini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.
- HOBBSAWM, Eric J. **Os trabalhadores: Estudos sobre a História o Operariado**. 2. ed. trad. de Marina Leão Teixeira Viritato de Medeiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- KORNHAUSER, William. **The politics of mass society**. New York: Free Press, 1959.
- KUHN, Thomas S.. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia e Política**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – VOL. 22 Nº. 64, 2007.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Trad. de Soledad Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura. Económica, 2011.

LATOUR, Bruno. **Se falássemos um pouco de política?** Política & Sociedade: revista de sociologia política, Florianópolis, v. 3, n. 4, p. 11-40, abr. 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Associativismo civil e representação democrática**. In: LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; SCHERER-WARREN, Ilse (Orgs.). **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. De Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2008.

MARCON, Frank Nilton. **Agências Estetizadas, Geração Digital, Ativismos e Protestos no Brasil**. PONTO URBE, v. 23, p. 1-19, 2018.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. **Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 18-51.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C.. **Dynamics of contention**. New York: Cambridge University Press, 2001.

MELUCCI, A. **Challenging codes**. Cambridge: Cambridge Um.Press, 1996.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MEYER, David; TARROW, Sidney. **“A movement society: contentious politics for a new century”**. In: **The social movement society: contentious politics for a new century**. Lanham: Rowman & Little Field, 1998.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. de Catarina Eleonora D. da Silva e Jeannne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed.. São Paulo: Cortez, 2000.
- MOUFFE, Chantal. **L'illusion du consensus**. Trad. de Albin Michel. Éditions Albin Michel, 2016.
- MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. Trad. de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. Verso Press, 2000.
- NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- OLIVEIRA, Lígia de Moraes; MACEDO, Roberto Gondo. **Movimentos de Renovação Política no Brasil: o Engajamento da Sociedade Civil na Era Digital**. Agenda Política. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos Volume 8, Número 2, São Carlos, 2020, 107-123
- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção**. Estud. sociol. Araraquara v.26 n.50 p.277-299 jan.-jun. 2021.
- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Protestos anticorrupção, sistema de alianças e polarização política**. In: PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de (orgs.). **Dinâmicas de poder e práticas políticas**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. (Coleção Sociologias Necessárias, v.1, p. 83-111).
- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Redes de confiança, inserção e atuação profissional em partidos políticos no Brasil**. ETNOGRÁFICA (LISBOA, v. 1, p. 27-48, 2020.)
- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Antropologia, política e etnografia: fronteiras disciplinares e trabalho de campo**. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (Orgs.). Como estudar elites. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.
- PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- PEIRANO, Mariza. **A antropologia como ciência social no Brasil**. Etnográfica (Lisboa), Lisboa, v. 4, p. 219-232, 2000.
- RICOUER, Paul. **O si-mesmo como outro**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI.** Política & Sociedade (Impresso), v. 13, p. 13, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política.** Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 27, p. 417-429, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais.** In: LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; SCHERER-WARREN, Ilse (Orgs.). *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina.* Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

SCHUCH, Patrice. **A Vida Social Ativa da Ética na Antropologia.** BIB, São Paulo, nº 71, 1º semestre de 2011, pp. 5-24.

SILVA, Marcelo Kunrath. **De volta aos movimentos sociais?** Reflexões a partir da literatura brasileira recente. Ciências Sociais Unisinos, vol. 46, nº 1, jan./abr., 2010, p. 2-9.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade.** Trad. Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SMELSER, Neil. **The theory of collective behavior.** New York: Free Press, 1962.

TARROW, Sidney. “**Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention**”. In: TRAUGOTT, Mark (org.). **Repertoires and cycles of collective action.** Durham: Duke University Press, 1995, p. 89-115.

TILLY, Charles. “**Social movements as historically specific cluster of political performances**”. Berkeley journal of Sociology: a critical review, v. XXXVIII, 1993-1994, p. 1-30.

TILLY, Charles. “**Models and reality of popular collective action**”. Social Research, v. 52, n. 2, 1985.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution.** Menlo Park: Addison-Wesley Publishing Company, 1978.

TOURAINÉ, Alain. “**An introduction to the study of social movements**”. Social Research, v. 52, n. 4, 1985, p. 749-787.

VIVIEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo.** Mana, 8(1): 113-148, 2002.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** Trad. de Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZALD, Mayer N. “**Culture, ideology, and strategic framing**”. In: McADAM, D.; McCARTHY, J.; ZALD, M. (eds.). **Comparative perspectives on social movements:**

political opportunities, mobilizing structures, and cultural framing. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.